

UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO
SOCIOECONÔMICO

LEONAN PEREIRA RODRIGUES

QUILOMBO BOM JESUS DOS PRETOS: reminiscências e alterações nas práticas
de geração de renda e de consumo

São Luís
2013

LEONAN PEREIRA RODRIGUES

QUILOMBO BOM JESUS DOS PRETOS: reminiscências e alterações nas práticas de geração de renda e de consumo

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Socioeconômico da Universidade Federal do Maranhão, para a obtenção do Título de mestre em Desenvolvimento Socioeconômico.

Orientador: Prof. Dr. José de Ribamar Sá Silva

São Luís
2013

LEONAN PEREIRA RODRIGUES

QUILOMBO BOM JESUS DOS PRETOS: reminiscências e alterações nas práticas de geração de renda e de consumo

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Socioeconômico da Universidade Federal do Maranhão como requisito parcial para a obtenção do título de mestre em Desenvolvimento Socioeconômico.

Aprovada em: ____/____/____

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. José de Ribamar Sá Silva (Orientador)
Universidade Federal do Maranhão

Profa. Dra. Tatiana Raquel Reis Silva
Universidade Estadual do Maranhão

Prof. Dr. Benjamin Alvino de Mesquita
Universidade Federal do Maranhão

Prof. Dr. Flávio Bezerra de Farias (Suplente)
Universidade Federal do Maranhão

*À minha amada mãe, heroína que sempre deu
importância para educação de seus filhos;
à minha noiva Alessandra, por seu amor e
companheirismo;
aos meus irmãos, Kardene, Kardilson e
Leonilson, uma vitória compartilhada;
aos meus sobrinhos, Levi, Benício, Maria Sofia
e Davi, sinônimos de alegrias, mesmo nos
momentos de dificuldades;
ao meu pai, pelo incentivo.*

AGRADECIMENTOS

A elaboração desta dissertação é fruto da colaboração de várias pessoas que direta e indiretamente contribuíram para a sua conclusão. Certamente que equívocos e lacunas deste trabalho são de responsabilidade do autor. Contudo, quero agradecer nominalmente às seguintes pessoas e instituições:

ao professor Dr. José de Ribamar Sá Silva (UFMA), meu orientador, pelo respeito, paciência e confiança no processo de orientação, e por acreditar, mesmo não sendo um economista, que tinha contribuições a oferecer sobre a temática do desenvolvimento socioeconômico;

aos professores do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Socioeconômico (PPGDSE/UFMA), pelos momentos de discussão e crescimento acadêmico;

às funcionárias, Núbia e Marília, pela atenção prestada na Secretaria do PPGDSE;

ao professor Dr. Benjamin Alvino de Mesquita (UFMA), pela coordenação inicial do PPGDSE;

à Faculdade de Educação São Francisco, na pessoa da professora Aldenora Veloso, pela compreensão de minhas ausências;

a Diego, Daiane, Graciely, Francisca Daiane, Raylane, Nayanne, Geiciane e Vanessa, meus alunos e mediadores na comunidade em estudo, durante a coleta de dados;

a Meire e Renê, representantes da Associação de Moradores da comunidade, pela presteza em fornecer as informações necessárias;

às famílias da Comunidade Remanescente do Quilombo do Bom Jesus dos Pretos, pela recepção atenciosa e informações sinceras de seus cotidianos;

ao professor Leonilson Pereira Rodrigues, meu irmão, pela contribuição na redação desta dissertação;

à Alessandra Carneiro Corrêa Rodrigues, minha noiva, que contribui em vários momentos da escrita deste trabalho;

ao professor Rogério, amigo, pela tradução do resumo para o inglês;

aos companheiros e às companheiras do PPGDSE: Lourdinha, Jadson, Aline, Maria Tereza, Dionatan, Luiz Eduardo e Eliene, pelo convívio e troca de experiências.

*Por menos que conte a história,
Não te esqueço meu povo,
Se Palmares não existe mais,
Faremos Palmares de novo.*

José Carlos Limeira

RESUMO

Estudo sobre o conjunto de práticas de uma comunidade remanescente de quilombos, influenciadas por um processo de apropriação e transformação através de condicionantes externos, onde são moldadas e reestruturadas dentro de um tempo e espaço, dinamizando ou normatizando as vidas cotidianas. Assim, o objetivo desse trabalho é analisar as reminiscências e alterações das práticas de geração de renda e de consumo da comunidade remanescente de quilombo “Bom Jesus dos Pretos”, Lima Campos, Maranhão, no sentido de perceber as lutas de garantia dos seus direitos socioeconômicos e territorial. Com vistas a compreender esse emaranhado de significados e representações, a pesquisa qualitativa fornece uma avaliação sob um universo de significados, motivações, aspirações, crenças, valores e atitudes que, a partir do prisma da interdisciplinaridade, podem ser descritas mediante a arte de saber olhar, ouvir e escrever. Os resultados demonstram que as famílias quilombolas têm a roça como lugar de sustento, embora com problemas fundiários que os colocam como arrendatários de terras que lhes pertenciam. A falsa euforia de desenvolvimento, com as recentes descobertas de gás natural na região, tem gerado expectativas. Há uma diversificação de atividades produtivas na geração de renda. Conclui-se que não basta a visibilidade dada pelo texto constitucional quando o problema fundiário, a falta de condicionantes que permitam o acesso às políticas públicas de saúde, educação e nutrição tornam invisíveis essas comunidades.

Palavras-chave: Remanescentes de quilombo. Agricultura. Renda.

ABSTRACT

This study aims practices in a remaining community of quilombo, influenced by the process of appropriation and transformation by external factors, where it is shaped and restructured within time and space, boosting or normalizing the daily life. So, this work aims to analyze the changes in the practice of income generating activities of the community in the quilombo of Bom Jesus dos Pretos, in the city of Lima Campos, in the State of Maranhão, Brazil, in order to understand the struggles to guarantee their socioeconomical and territorial rights. A qualitative research provides an evaluation under a universe of meaning, motivations, aspirations, beliefs, values and attitudes, inwhich on the perspective of interdisciplinarity, can be described through the art of looking, listening and writing. Results showed that families from quilombolas use their plantation as their main income generation, albeit land problems make them tenants of the land who belonged. The false euphoria of development caused by recent discoveries of natural gas in the region has created expectations. It has created a diversification on activities to generate income. It is concluded that the visibility from Constitution isn't enough when there are land problems, lack of factors who allow access to public health politics, to a proper education and a proper nutrition that makes these communities invisible.

Keywrords: Remaining quilombo. Agriculture. Income.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Gráfico 1:	Distribuição de domicílios por tipo de material das paredes externas	93
Gráfico 2:	Distribuição percentual de domicílios quanto aos cômodos para dormir, total de cômodos e banheiros	94
Gráfico 3:	Distribuição numérica dos domicílios quanto ao destino do lixo	96
Gráfico 4:	Utilização dos insumos na produção agrícola, segundo as famílias	105
Gráfico 5:	Distribuição percentual das famílias quanto à destinação principal da produção	112
Gráfico 6:	Distribuição percentual de compra em relação à procedência do produto, segundo as famílias	113
Gráfico 7:	Produtos agrícolas mais frequentemente vendidos pelas famílias dentro da comunidade	114
Gráfico 8:	Produtos agrícolas mais frequentemente vendidos pelas famílias fora da comunidade	115
Gráfico 9:	Distribuição dos membros das famílias que possuem emprego formal por atividade	117
Gráfico 10:	Distribuição dos membros das famílias que trabalharam de forma renumerada temporária fora do Maranhão e o tempo de permanência	118
Gráfico 11:	Principais destinos fora do Maranhão para trabalho renumerado temporário	119
Gráfico 12:	Distribuição dos membros das famílias que trabalharam de forma renumerada temporária nas empresas de exploração do gás natural, por função exercida	120
Gráfico 13:	Distribuição percentual da renda familiar	123
Gráfico 14:	Distribuição percentual das fontes de renda	124

Figura 1:	Microrregião do Médio Mearim	63
Figura 2:	PIB da microrregião do Médio Mearim, Maranhão (2010)	69
Figura 3:	Croqui da Comunidade remanescente de quilombo Bom Jesus dos Pretos	91
Figura 4:	Gráfico de aproveitamento de mão de obra para UTE1-Fase de implantação	121
Figura 5:	Gráfico de aproveitamento de mão de obra para UTE2-Fase de implantação	121
Quadro 1:	Legislação Federal sobre as comunidades remanescentes de quilombos	23
Quadro 2:	Títulos expedidos às comunidades quilombolas do Maranhão	30

LISTA DE TABELAS

Tabela 1:	Andamento dos processos de regularização fundiária quilombola no Brasil	28
Tabela 2:	Títulos expedidos às comunidades quilombolas no Brasil	29
Tabela 3:	Distribuição anual de processos de regularização de territórios quilombolas	29
Tabela 4:	Caracterização geográfica e demográfica, segundo os municípios-Maranhão (2010)	65
Tabela 5:	Distribuição da população por gênero, segundo os municípios- Maranhão (2010)	66
Tabela 6:	Índice de Desenvolvimento Humano, por dimensão: renda, longevidade e educação, segundo os municípios - Maranhão -1991/2000	67
Tabela 7:	Valor adicionado a preços correntes, por setor econômico, segundo os municípios, Maranhão, 2009-2010	68
Tabela 8:	Renda média domiciliar <i>per capita</i> e índice de GINI (2010)	70
Tabela 9:	Principais produtos agrícolas (lavoura permanente), por rendimento médio e quantidade produzida, segundo os municípios - Maranhão -2011	71
Tabela 10:	Principais produtos agrícolas (lavoura temporária), por rendimento médio e quantidade produzida, segundo os municípios - Maranhão -2011	72
Tabela 11:	Alguns efetivos rebanhos e produtos de origem animal, segundo os municípios, Maranhão-2011	73
Tabela 12:	Quantidade dos principais produtos da extrativa vegetal em toneladas, segundo os municípios - Maranhão - 2011	74
Tabela 13:	Salário médio e estoque de emprego formal, por atividade, segundo municípios- Maranhão- 2011	75
Tabela 14:	Variação do estoque de emprego formal, 2010-2011 e Taxa de desemprego (2010), segundo os municípios, Maranhão- 2010-2011	76

Tabela 15:	Índice de Desenvolvimento Humano, por dimensão: renda, longevidade e educação, segundo os municípios - Maranhão -1991/2000	77
Tabela 16:	Total destinado e quantidade de famílias beneficiadas pelo Programa Bolsa Família, segundo municípios, Maranhão- 2011/2012	78
Tabela 17:	Valor de Benefícios emitidos pela Previdência, segundo municípios, Maranhão- 2009/2010	79
Tabela 18:	Quantidade de docentes e rede escolar, segundo os municípios- Maranhão- 2009	80
Tabela 19:	Matrículas por nível de ensino e transferência de recursos para Educação (FUNDEB), segundo os municípios- Maranhão- 2012	81
Tabela 20:	Indicadores da educação no ensino fundamental e médio, segundo municípios, Maranhão 2010/2011	82
Tabela 21:	Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) no Ensino Fundamental, segundo os municípios - Maranhão -2009, 2011/2013	83
Tabela 22:	Quantidade de pessoas alfabetizadas e não alfabetizadas, taxa de analfabetismo (15 anos e+), segundo os municípios- Maranhão- 2010	84
Tabela 23:	Indicadores de saúde, segundo municípios- Maranhão- 2008/2009	85
Tabela 24:	Percentual de domicílios com rede geral de água e quantidade de ligações de esgoto ativas, segundo os municípios - Maranhão - 2006	86
Tabela 25:	Desflorestamento dos municípios da Amazônia Legal, localizados na Região do Médio Mearim, Maranhão (2011)	87
Tabela 26:	Distribuição da população residente, por faixa etária e gênero	93
Tabela 27:	Distribuição numérica das famílias (domicílios permanentes) com a existência de alguns bens de consumo	97

Tabela 28:	Quantidade de pessoas alfabetizadas e não alfabetizadas e taxa de analfabetismo (+15 anos)	99
Tabela 29:	Quantidade de famílias envolvidas em atividades da lavoura temporária	106
Tabela 30:	Quantidade produzida da lavoura temporária por produtos, segundo estimativa de safra das famílias em 2011	107
Tabela 31:	Quantidade de famílias envolvidas em atividades da lavoura permanente	108
Tabela 32:	Quantidade produzida da lavoura permanente por produtos, segundo estimativa de safra das famílias em 2011	108
Tabela 33:	Quantidade de famílias envolvidas em atividades da pecuária	109
Tabela 34:	Quantidade dos rebanhos por tipo de rebanho, segundo as famílias, em 2011	109
Tabela 35:	Quantidade de famílias envolvidas em outras atividades produtivas agropecuárias	110
Tabela 36:	Quantidade de famílias envolvidas em atividades extrativistas	110
Tabela 37:	Quantidade produzida pela atividade extrativista por produto, segundo estimativa das famílias em 2011	111
Tabela 38:	Quantidade de famílias envolvidas em outras atividades produtivas não agropecuárias	125

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	14
2	AS COMUNIDADES REMANESCENTES DE QUILOMBOS: visibilidades e invisibilidades a partir da Constituição Federal de 1988	20
2.1	Lutas e ameaças ao direito de posse da terra quilombola	24
2.2	Considerações sobre as atividades de geração de renda nos quilombos do Maranhão	32
2.3	Políticas públicas para remanescentes quilombolas	39
2.4	O movimento negro e a mobilização pela garantia das áreas quilombolas	43
3	AS COMUNIDADES REMANESCENTES DE QUILOMBOS NO CONTEXTO DA MODERNIZAÇÃO AGRÍCOLA	48
3.1	A inserção do Maranhão no processo de modernização da agricultura	53
3.2	Implicações da modernização agrícola na agricultura tradicional quilombola	56
3.3	Modernização pela via do consumo: possíveis implicações para a segurança alimentar das comunidades quilombolas	60
4	CONTEXTUALIZAÇÃO DEMOGRÁFICA E SOCIOECONÔMICA DA MICRORREGIÃO DO MÉDIO MEARIM	63
5	A COMUNIDADE REMANESCENTE DO QUILOMBO DE BOM JESUS DOS PRETOS EM LIMA CAMPOS, MARANHÃO: aspectos sociodemográficos, práticas agrícolas, trabalho e renda	89
5.1	Caracterização demográfica e socioeconômica da comunidade	89
5.2	As práticas agrícolas contemporâneas	101
5.3	Trabalho e renda das unidades familiares quilombolas	116
6	CONSIDERAÇÕES FINAIS	127
	REFERÊNCIAS	131
	APÊNDICES	137

1 INTRODUÇÃO

A partir de algumas visitas feitas na comunidade do Bom Jesus dos Pretos, em Lima Campos-Maranhão, percebi de forma iniciante que o Estado se distancia em garantir as condições materiais de sobrevivência para essa gente, mesmo com iniciativas como a Política Nacional de Sustentabilidade dos Povos e Comunidades Tradicionais (PNPCT) e o Programa Brasil Quilombola.

Historicamente estes têm raízes que se fixam nos quilombos do século XVIII que tinham características de uma forte resistência, produtores agrícolas que mantinham relações de comércio com seus arredores, mas que socialmente estavam à margem, como hoje, um não lugar social. Denominados como “remanescentes de quilombos” ou “tradicionais”, carregam traços de identidade embebidos de ritos, costumes, normas sociais e formas de trabalho advindas de ancestrais.

No Maranhão, desde o século XVII, registra-se a presença de mão de obra africana. No entanto, a sociedade escravista é considerada tardia, pois somente nos fins do século XVIII é que haverá uma expressiva presença de escravos negros na produção agrícola da região. Esse fenômeno se deu com a criação da Companhia de Comércio Grão-Pará e Maranhão (1755), que financiou a compra de escravos pelos colonos em troca do monopólio do comércio do porto de São Luís (ASSUNÇÃO, 1996).

Segundo o “Itinerário da Província do Maranhão”, no ano de 1822, a população de Província era de 152.893 habitantes, dos quais 77.914 de negros escravos. Esse fato traduz que 51% da população maranhense era composta por negros: a mais elevada porcentagem populacional de todo o Brasil. Estes se concentravam na baixada ocidental e nos vales dos rios Itapecuru, Mearim e Pindaré, e eram, na grande maioria, originários de Cacheu, Bissau e Angola (ALMEIDA, 2002).

Cumprе ressaltar o fato de que, por volta de 1820, havia no estado cerca de 3.903 pessoas que ocupavam diversos ofícios, como: carpintaria, ourivesaria, alfaiataria, marcenaria, construção civil, entre outros. Dentre esses, 2.979 eram escravos, ou seja, 76% do total, denotando que eles estavam presentes em outras atividades que não tinham caráter agrícola, mas que em geral eram serviços

exaustivos e manuais com um maior uso da força física. Essa configuração marca ainda no século XXI os trabalhos manuais e domésticos (PEREIRA, 2001).

Conforme ocorreu em todas as regiões brasileiras, a fuga de escravos culminou na formação e existência dos quilombos. Entretanto, diferentemente da zona açucareira nordestina, que se localizava em uma estreita faixa de terras junto ao litoral, o Maranhão “apresentava, em quase toda a parte norte de seu território, abundantes matas com muitos rios e riachos”, o que beneficiou a propagação de “quilombos nas cabeceiras dos rios, nos locais mais afastados das florestas, zonas não ocupadas pelas fazendas escravistas” (ASSUNÇÃO, 1996, p.434).

Esse contexto favoreceu a multiplicação dos quilombos no Maranhão, e fez com que as forças repressivas do governo, aliado aos fazendeiros que muitas vezes contratavam os serviços dos capitães-do-mato, empreendessem incursões para pôr fim aos quilombos. Entretanto, diante de um vasto território e um insuficiente efetivo de soldados e capitães-do-mato, poucas eram as fazendas que não possuíam um quilombo por perto. Esse contexto escravista é fundamental para entender posteriormente como o Maranhão possui o maior número de comunidades remanescentes de quilombos.

As literaturas, a partir de fontes das forças repressoras, destacam as primeiras comunidades que surgiram no cenário maranhense: a região do Turiaçu com os quilombos de São Bendito do Céu, Limoeiro e São Sebastião; em Chapadinha, o quilombo de Lagoa Amarela; também nas regiões do vale do Itapecuru, em Codó, vale do Mearim e na Baixada Maranhense (PROJETO VIDA DE NEGRO, 2005).

A resistência e a luta pela sobrevivência desses grupos fizeram com que chegassem ao século XX carregando traços de identidade embebidos de ritos, costumes, normas sociais e formas de trabalho advindas de ancestrais. Assim, com a promulgação da Constituição de 1988, os remanescentes das comunidades de quilombo passam a existir formalmente, com adendo de terem resguardados a posse e o título das terras em que moram. “A medida visa não apenas à manutenção da cultura dos remanescentes de quilombo, mas faz gritar diante do Direito brasileiro a necessidade de normatizar relações plurais e reconhecer a diversidade étnico-cultural presente na sociedade” (CUSTÓDIO; LIMA, 2009, p. 276).

Essa delimitação categorial de remanescente de quilombos é utilizada por outros autores, e aqui definiremos como aqueles que através de lutas cotidianas de resistência garantem a manutenção e reprodução de seus modos de vida. Também, enquanto grupo que carrega um legado de uma herança cultural e material, com sentimento de pertencer a um lugar específico. Eles utilizam o território e os recursos naturais como elemento de sua reprodução social, religiosa e econômica a partir de práticas geradas e transmitidas pela tradição.

Nesse sentido, a identidade quilombola aflora diante da necessidade de defesa de seu território, passando a significar um complexo e forte elemento de articulação pela sobrevivência material e simbólica de um contexto desigual, pois não se encerra a batalha da posse da terra com o art. 68 da Constituição, apenas inicia a institucionalização desse processo.

A outra categoria utilizada para designar essas populações é a de comunidade tradicional. Primeiramente, o termo deve ser compreendido como grupos étnicos, que sem perder sua identidade e relação histórica com seus antepassados, dinamiza suas práticas culturais na relação com o tempo em que vivem. Segundo, são portadores de culturas e tradições que se diferenciam dos demais grupos distintos, ou seja, são identificados e se identificam como tais.

Há outros elementos que os colocam nessa categoria. São as regras estabelecidas para o uso comum do território e dos recursos entre os grupos familiares que compõem a comunidade, como também os laços de solidariedade, de cooperação mútua e reciprocidade que influenciam as relações sociais do grupo (ALMEIDA, 2004). O mesmo autor ainda diz que não se pode prender o termo tradicional ao passado, pois a dinamicidade desses grupos passa pela reinvenção e reinterpretção de seus valores e costumes diante daquilo que experienciam.

Fleury e Almeida (2007) discutem sobre as relações entre as categorias comunidades tradicionais e comunidades rurais (camponeses), ao observar o “modo de vida” de ambos. A partir das técnicas utilizadas e adaptadas ao meio em que vivem, a economia de subsistência, o trabalho em grupo e a reciprocidade que compartilham, ou seja, o uso da terra caracterizado por elementos da tradição e racionalidade aproxima tais termos.

O que se pode inferir diante dessas categorias é uma série de elementos que caracterizam essas populações enquanto remanescentes de quilombos ou comunidade tradicional: identidade étnica, relações de reciprocidade, uso comum do território, coletividade, práticas e tradição. Estes utilizados como formas de mobilização e reivindicação de reconhecimento de alteridade cultural e de seu território pelo Estado.

Daí que analisar as práticas agrícolas e geração de renda da comunidade remanescente de quilombo “Bom Jesus dos Pretos” torna-se oportuno e com relevância social, pois o fomento de políticas públicas para essa comunidade deve compreender que é a partir desses elementos identitários que se viabilizam novas estratégias para sobrevivência destes.

Essa comunidade tem sido submetida a crescentes planos de desenvolvimento de órgãos governamentais. Dentre tais, encontramos o Programa Brasil Quilombola e o Programa Territórios da Cidadania que, em seu Plano de Execução 2010 destaca a ação de apoio ao desenvolvimento sustentável das Comunidades Quilombolas do Território do Médio Mearim. Esta ação objetiva: “prover as comunidades quilombolas rurais de meios para o seu desenvolvimento sustentável, através do fortalecimento da organização das suas comunidades, elaboração de planos de consolidação dos territórios, destinados à segurança alimentar de suas famílias, bem como, o apoio às atividades produtivas com vistas à geração de renda” (BRASIL, 2010, p. 3).

Entendendo que o conjunto de práticas de uma comunidade, como esta, tem passado por um processo de apropriação e transformação de condicionantes externos, em que são moldados e reestruturados dentro de um tempo e espaço, dinamizando ou normatizando as vidas cotidianas. De acordo com Bourdieu (2001), todo objeto de pesquisa é passível de modificações e interpretações, o processo pode acarretar em contrapartida, variadas interpretações desse novo significado, gerando “silêncios”, ou “zonas de silêncios”, que podem ou não ser provisórios. Mas a tentativa de desvelar algo que não está tão aparente é contribuir de forma significativa para o alargamento teórico e discussão da temática.

Assim, o objetivo deste trabalho é analisar as reminiscências e alterações das práticas de geração de renda e de consumo da comunidade remanescente do

quilombo “Bom Jesus dos Pretos”, Lima Campos, Maranhão, no sentido de perceber as lutas de garantia dos seus direitos socioeconômicos e territorial.

Com vistas a compreender esse emaranhado de significados e representações, a pesquisa qualitativa fornece uma avaliação sob um universo de motivações, aspirações, crenças, valores e atitudes, que a partir do prisma da interdisciplinaridade, podem ser descritas mediante a arte de saber olhar, ouvir e escrever, na busca de estudar o homem por inteiro em todas as sociedades ou estados e épocas a que possam pertencer (GIL, 2010).

Assim, foram realizadas visitas na comunidade no período de agosto a dezembro de 2012, tendo como um dos métodos utilizados o trabalho de campo através da observação participante, com vistas a estabelecer interações dialógicas com seus membros para perceber suas práticas cotidianas. Considerando que parte de nossa percepção, o olhar e o ouvir com o qual se avaliamos que aquilo que era tido como natural em nós mesmos é de fato, cultural e que a cultura nada mais é do que um emaranhado de estruturas e significados, socialmente estabelecidos e legitimados pela aceitação do grupo a que passa a se submeter (GEERTZ, 1989).

O segundo passo foi a aplicação de entrevistas semiestruturadas (Apêndice A) com líderes, pessoas mais antigas e mais novas da comunidade. Também se aplicou um questionário (Apêndice B) em visitas domiciliares, com auxílio de jovens da própria comunidade, a 153 famílias que aceitaram participar da pesquisa. Assim, foi possível obter uma visão acerca das possíveis continuidades e rupturas no que se refere à vivência e à estruturação do grupo, sobretudo, no que diz respeito às suas práticas de geração de renda e de consumo.

O terceiro procedimento foi a coleta de dados estatísticos oficiais e não oficiais, em órgãos dos governos estadual e federal, com objetivo de obter informações socioeconômicas e demográficas do objeto de estudo nas dimensões do Brasil, Maranhão, Microrregião do Médio Mearim e município de Lima Campos. São dados relativos a situação de regularização fundiária, atividades produtivas, pobreza, benefícios sociais e previdenciários, educação, economia, saúde e cultura.

A exposição textual buscou cumprir o objetivo proposto nos seguintes capítulos. No primeiro capítulo, a questão quilombola é discutida a partir da Constituição de 1988, especificadamente no Art. 68 dos Atos das Disposições

Constitucionais Transitórias. Assim, mostra as discussões que se iniciaram após a publicação do artigo no cerne da sua aplicabilidade, pois o texto em si não garantia de fato a efetivação do dispositivo. Também, aborda as lutas e ameaças ao direito de posse da terra quilombola; considerações sobre as atividades de geração de renda nos quilombos do Maranhão; políticas públicas para remanescentes quilombolas; e o movimento negro e a mobilização pela garantia das áreas quilombolas.

O segundo capítulo contextualiza as comunidades remanescentes de quilombos na modernização agrícola ocorrida no Brasil a partir do segundo quarto do século XX, partindo do pressuposto que estas têm, tradicionalmente, sua reprodução socioeconômica baseada na agricultura familiar. Nesse sentido, pontuaremos a inserção do Maranhão nesse processo, as implicações na agricultura tradicional quilombola e a modernização pela via do consumo, nas possíveis implicações para a segurança alimentar das comunidades quilombolas.

No terceiro capítulo, é feita abordagem da Comunidade remanescente de quilombo “Bom Jesus dos Pretos”, com uma contextualização demográfica e socioeconômica da microrregião do Médio Mearim, caracterização demográfica e socioeconômica da comunidade, as práticas agrícolas contemporâneas e as formas de trabalho e renda das unidades familiares quilombolas.

As considerações finais do trabalho aludem às discussões sobre a regularização de terras quilombolas, a modernização agrícola e as reminiscências e alterações das práticas de geração de renda e de consumo. Isso, a partir do conteúdo evidenciado ao longo do trabalho em relação à comunidade quilombola Bom Jesus dos Pretos. Com isso, pretendemos pôr em evidência o cotidiano de precariedades semelhante a diversas outras comunidades quilombolas no Maranhão e no Brasil.

2 AS COMUNIDADES REMANESCENTES DE QUILOMBOS: visibilidades e invisibilidades a partir da Constituição Federal de 1988

A Constituição Federal, aprovada em 5 de outubro de 1988 veio restabelecer o Estado de Direito sobre novas bases pautadas na inclusão de sujeitos sociais e de direitos. Assim, os negros, em particular, das comunidades de remanescentes de quilombos, adquirem com ela uma condição plena de direitos e passam a ser citados e incorporados à concepção de Nação. Desta feita, ganham visibilidade no momento em que o texto constitucional lhes dá garantia da posse e do usufruto das riquezas do solo e das terras nas quais exercem uma ocupação há sucessivas gerações.

O artigo 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (ADCT), com o seguinte texto: “Aos remanescentes das comunidades dos quilombos que estejam ocupando suas terras é reconhecida a propriedade definitiva, devendo o Estado emitir-lhes os títulos respectivos” (BRASIL, 1988). Marca a história como a primeira Constituição brasileira que dá atenção à comunidade afro-brasileira, em relação à discussão do território, patrimônio e cultura.

Sendo parte dos Atos das Disposições Transitórias, pois foi aprovado no limiar do processo, consubstanciado de um pragmatismo das elites no processo de construção da Carta Magna, na qual acreditavam que se tratava de comunidades pontuais como o quilombo de Palmares em Pernambuco. Os parlamentares imaginavam que restavam poucas comunidades remanescentes de quilombos, e desse modo, não seria necessário o dispositivo constitucional seguir no corpo permanente da Constituição, quando equacionado o problema fundiário destas comunidades (FIABANI, 2009).

Entretanto, para o exercício desse direito, há um caminho árduo e difícil a ser percorrido¹. A começar que o próprio dispositivo constitucional, apesar de uma conquista e um momento singular de discussão ante ao conservadorismo identitário dos legisladores na época, que foram pressionados por mudanças sociais a partir de um movimento negro de combatividade presente, não conjugou todas as aspirações da população negra, demandando novos desdobramentos para questão quilombola.

¹ A primeira titulação de uma terra quilombola deu-se somente sete anos após a promulgação da Constituição, em novembro de 1995.

As discussões que se iniciavam após a publicação do artigo estavam no cerne da sua aplicabilidade, pois o texto em si não garantia de fato a efetivação do dispositivo. Era necessária a sua regulamentação, que aconteceu com leis, portarias, pareceres e medidas provisórias, que deram competências e criaram entidades e mecanismos.

Dentre tais, temos a criação da Fundação Cultural Palmares através da Lei 7.668/88 e do Decreto n.º 418/92 que aprova seu estatuto; Portaria INCRA n.º 307/95 que define um plano de trabalho para a concessão de títulos de reconhecimento de domínio; Medida Provisória n.º 1.911-11/99 que incorpora como área de competência do Ministério da Cultura o cumprimento do artigo 68; Portaria n.º 447/99 do Ministério da Cultura que delega essa competência à Fundação Cultural Palmares, que pela Medida Provisória n.º 2.123-27/2000, tem especificadas as suas atribuições quanto a identificar e reconhecer as comunidades remanescentes de quilombos, e delimitar, demarcar e conferir titulação de terra, como também, promover junto aos cartórios imobiliários o registro dos títulos de propriedade (SUNDFELD, 2002, p. 40).

Na tentativa de regulamentar as disposições relativas ao processo administrativo para identificação dos remanescentes das comunidades dos quilombos e para o reconhecimento, a delimitação, a demarcação, a titulação e o registro imobiliário das terras por eles ocupadas, foi editado o Decreto nº 3.912, elaborado com base no Parecer da Subchefia para Assuntos Jurídicos da Casa Civil da Presidência da República nº 1.490, ambos, decreto presidencial² e parecer, de 10 de setembro de 2001.

Resumindo, o parecer da Subchefia para Assuntos Jurídicos da Casa Civil apresentava as seguintes conclusões (SUNDFELD, 2002, p. 42):

- a) reconhecimento da propriedade definitiva das terras que eram ocupadas por remanescentes em 5 de outubro de 1988;
- b) competência da FCP e do Ministério da Cultura para dar cumprimento ao disposto no artigo 68 do ADCT;

² Decretado pelo Presidente Fernando Henrique Cardoso

- c) incompetência do INCRA e do Ministério do Desenvolvimento Agrário para promover a desapropriação das terras ou mesmo o reconhecimento da propriedade definitiva das terras de quilombos;
- d) inconstitucionalidade e ilegalidade da desapropriação dos imóveis para concretizar o artigo 68 do ADCT;
- e) o uso da desapropriação para a regularização fundiária das terras de quilombos pode caracterizar crime e ato de improbidade administrativa.

A concepção que envolvia a política fundiária referente aos territórios quilombolas no Governo Federal pautava no entendimento que a desapropriação não é o instrumento adequado para efetivar a regularização fundiária das terras quilombolas que advêm do domínio particular. Nesse sentido, o resultado foi a paralisação do processo de titulação que vinha ocorrendo, colocando as comunidades remanescentes de quilombos em uma condição de invisibilidade.

O Decreto n.º 4.887, de 20 de novembro de 2003³, estabeleceu novamente o INCRA como responsável pela regularização fundiária das comunidades remanescentes de quilombos, entretanto não excluiu do processo o Ministério da Cultura e nem a Fundação Cultural Palmares. Assim, a definição sobre as terras dessas comunidades ficou como aquelas que permitem a reprodução social, econômica e cultural, sendo estas peças-chave para o reconhecimento no processo fundiário.

Temos um ponto de avanço na legislação acerca da regularização fundiária das comunidades remanescentes de quilombos, uma vez que devolve a órgão fundiário federal a responsabilidade pela regularização dessa categoria de terras, além de que não negligencia a forte carga cultural envolvida no processo, de responsabilidade da Fundação Cultural Palmares, em uma sinergia de esforços. O quadro 1, a seguir, mostra uma síntese da Legislação Federal pertinente à questão quilombola.

³ Decretado pelo Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, na data comemorativa da Consciência Negra no Brasil.

Quadro 1: Legislação Federal sobre as comunidades remanescentes de quilombos.

Instrução Normativa do Incra n.º 73 (17 de maio de 2012)	Estabelece critérios e procedimentos para a indenização de benfeitorias de boa-fé erigidas em terra pública visando a desinversão em território quilombola.
Norma de Execução Conjunta n.º 3 (21 de junho 2010)	Estabelece procedimentos administrativos e técnicos para a edição de decreto declaratório de interesse social das terras ocupadas por remanescentes das comunidades de quilombos e para a desinversão de ocupantes não quilombolas inseridos nos perímetros objeto do decreto, visando à regularização de territórios quilombolas.
Lei n.º 12.288 (20 de julho de 2010)	Institui o Estatuto da Igualdade Racial; altera as Leis nos 7.716, de 5 de janeiro de 1989, 9.029, de 13 de abril de 1995, 7.347, de 24 de julho de 1985, e 10.778, de 24 de novembro de 2003.
Instrução Normativa n.º 57 (20 de outubro de 2009)	Regulamenta o procedimento para identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação, desinversão, titulação e registro das terras ocupadas por remanescentes das comunidades dos quilombos de que tratam o Art. 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal de 1988 e o Decreto nº 4.887, de 20 de novembro de 2003.
Instrução Normativa Incra n.º 56 (7 de Outubro de 2009)	Regulamenta o procedimento para identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação, desinversão, titulação e registro das terras ocupadas por remanescentes das comunidades dos quilombos de que tratam o Art. 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal de 1988 e o Decreto nº 4.887, de 20 de novembro de 2003.
Portaria Fundação Cultural Palmares n.º 98 (26 de novembro de 2007)	Institui o Cadastro Geral de Remanescentes das Comunidades dos Quilombos da Fundação Cultural Palmares para efeito do regulamento que dispõe o Decreto nº 4.887/03.
Ato Regimental da Advocacia Geral da União de n.º 7 (11 de outubro de 2007)	Entre outras determinações, este ato regimental confere a atribuição ao Departamento de Patrimônio Público e Probidade Administrativa a atuação em ações desapropriatórias, possessórias, reivindicatórias de titulação de áreas de remanescentes de quilombos (art. 8º, inciso III, alínea c).
Decreto n.º 6.040 (7 de fevereiro de 2007)	Institui a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais
Decreto n.º 5.051 (19 de abril de 2004)	Promulga a Convenção n.º 169 da Organização Internacional do Trabalho - OIT sobre Povos Indígenas e Tribais.
Decreto n.º 4.886 (20 de novembro de 2003)	Institui a Política Nacional de Promoção da Igualdade Racial-PNPIR e dá outras providências.

Fonte: Comissão Pró-Índio de São Paulo

Na Legislação do Maranhão, que trata das comunidades remanescentes de quilombos, temos: Decreto 15.848, de 1 de outubro de 1997, cria o projeto especial quilombola Jamari dos pretos; Decreto 15.849, de 1 de outubro de 1997, que declara como prioritárias para fins de legalização, desapropriação e outras formas de acautelamento terras ocupadas por remanescentes das comunidades de quilombo e comunidades negras tradicionais; Lei n.º 9.169, de abril de 2010, que dispõe sobre a

legitimação de terras dos remanescentes das comunidades dos quilombos e dá outras providências. Na Constituição Estadual, tem-se o artigo 229, com seguinte texto: “O Estado reconhecerá e legalizará, na forma da lei, as terras ocupadas por remanescentes das comunidades dos quilombos”.

Entrementes, diante do emaranhado de normas para regulamentação do artigo 68, pode-se concluir que a União e os Estados devem fomentar políticas públicas que preservem as comunidades remanescentes de quilombos em suas terras, pois são “detentores de reminiscências históricas dos antigos quilombos” (Artigo 216, parágrafo 5º, inciso V da Constituição Federal), e protegidos porque fazem parte de “grupos participantes do processo civilizatório nacional” (Artigo 215, parágrafo 1º). A regularização fundiária dessas comunidades é imprescindível para continuidade desses grupos.

Então, vejamos como se deu esse processo de lutas e ameaças pela posse da terra diante da legislação fundiária; as atividades de geração de renda que fazem parte do contexto dessas comunidades; as políticas públicas gestadas e aplicadas pelo Estado; e a mobilização social do Movimento Negro do Maranhão, como elemento de fortalecimento das comunidades remanescentes de quilombo.

2.1 Lutas e ameaças ao direito de posse da terra quilombola

Antes de discutir as lutas e ameaças ao direito de posse da terra quilombola, é necessário fazer uma digressão, mesmo que sucinta, da concessão de terras no Brasil. Não sendo necessário ir ao período colonial, demarca-se temporalmente o ano de 1822 com o fim das Sesmarias⁴.

Com o processo de independência do Brasil, passa a vigorar o regime de posses, que se apresentava como modelo de política fundiária em que o colono simples poderia ter acesso a terra. No entanto, o que se desvelou, com o novo regime, foram as velhas práticas dos grandes proprietários em usar as lacunas e

⁴ Modelo inicial de distribuição de terras no Brasil (1530), que se caracterizava pela concessão de terras públicas para cultivo. Este modelo abriu o caminho para a existência do latifúndio brasileiro (LIMA, 1990).

distorções da lei, como no sistema das Sesmarias, para conseguirem se apossar de grandes extensões de terras (LIMA, 1990; HOLSTON, 1993).

Havia uma diferença nítida, fomentada pelo regime de posses, entre os grandes e pequenos proprietários. Os primeiros buscavam ampliar suas possessões territoriais, enquanto que os pequenos não possuíam recursos financeiros para arcar com todos os impostos e taxas para legalização de suas posses. Em contraposição, a elite agrária tinha como pagar pelos custos da legalização. Nesse sentido, embora houvesse abertura para abusos, essa forma de ocupação do território brasileiro oportunizava o efetivo estabelecimento das pequenas propriedades (LIMA, 1990; HOLSTON, 1993).

Com a Lei de Terras em 1850, é a primeira vez que aparece a vinculação entre terra e mercado, que culminou, diante da estrutura agrária fundiária, no fim da possibilidade de existência da pequena propriedade de terras. Pois, a referência não era mais a posse ou a produtividade, como nos modelos anteriores, mas a capacidade de comprá-la. Isso consolidou o poder das elites agrárias na associação com o poder central do estado brasileiro (GOMES, 2010).

Ainda concordando com Gomes, a relação entre Estado e poder econômico permite às elites agrárias a aquisição de terras através da compra, de forma legal e formal, desenrolando em um processo que sucumbe relações com bases na construção de territórios tradicionais que possuem harmoniosamente uma relação com ecossistemas, colocando-os como patrimônio histórico e cultural da sociedade brasileira. Nesse sentido, temos as comunidades remanescentes de quilombos na luta pela continuidade na terra de seus antepassados.

A luta contemporânea das comunidades quilombolas por direitos territoriais pode ser vista como a ineficiência jurídica proposta tanto pela “Lei de Terras”, que tentou moldar a sociedade brasileira na perspectiva da propriedade privada de terras, quanto pela forma mesma com que se dá a abolição da escravidão. A noção de terra coletiva, como são pensadas as terras de comunidades quilombolas, contraria o modelo baseado na propriedade privada como única forma de acesso e uso da terra, o qual exclui outros usos e relações com o território, como ocorre entre povos e comunidades tradicionais (BRASIL, 2012).

Além dos quilombos constituídos no período da escravidão, muitos foram formados após a abolição formal da escravatura, pois essa forma de organização comunitária continuaria a ser, para muitos, a única possibilidade de viver em liberdade. Constituir um quilombo tornou-se um imperativo de sobrevivência, posto que a Lei Áurea, diferentemente do propugnado pelo movimento abolicionista, não levou em conta mecanismos de redistribuição de terras.

De um modo geral, os territórios de comunidades remanescentes de quilombos originaram-se em diferentes situações, tais como doações de terras realizadas a partir da desagregação da lavoura de monoculturas, como a cana-de-açúcar e o algodão; compra de terras pelos próprios sujeitos, possibilitada pela desestruturação do sistema escravista; terras que foram conquistadas por meio da prestação de serviços, inclusive de guerra; bem como áreas ocupadas por negros que fugiam da escravidão. Há também as chamadas terras de preto, terras de santo ou terras de santíssima, que indicam uma territorialidade vinda de propriedades de ordens religiosas, da doação de terras para santos e do recebimento de terras em troca de serviços religiosos prestados a senhores de escravos por sacerdotes de religiões afro-brasileiras (BRASIL, 2012).

Os quilombos permaneceram invisibilizados durante todo o período republicano e reaparecem, como resultado da ação dos movimentos negros, apenas com a Constituição de 1988, como territórios detentores de direitos. Transcorreram, portanto, cerca de cem anos da abolição até a aprovação do Artigo 68.

A posse definitiva da terra para essas comunidades não somente representa o fim de um processo judicial, mas a garantia de sua reprodução social, econômica e cultural que os identificam enquanto comunidade remanescente de quilombo. Principalmente, quando nos deparamos diante de um modelo de sistema econômico, político e social direcionado para uma produção de sobrevivência, que ante a um sistema de acumulação, tem produzido um novo posicionamento e ressignificação do quilombola contemporâneo.

Como vimos, o Decreto n.º 4.887/2003 gera novas expectativas quanto à titulação de terras quilombolas. As medidas tomadas pelo governo Lula com a ratificação da convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT) em 2002, a criação da Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (SEPPIR) e a formação de um Grupo de Trabalho Interministerial (GTI),

sinalizavam um contexto favorável para agilidade das titulações e um período (2003-2010) que o movimento quilombola obteve avanços.

Entretanto, os obstáculos surgem de várias direções, como a ação de inconstitucionalidade (n.º 3.239-9/2004)⁵ desse decreto em 2004, que correspondia aos anseios de grupos conservadores do agronegócio, pecuária e indústria, frente a uma possível titulação das terras com maior rapidez. Esta ação além de remeter a legitimidade ou não do decreto de 2003, dentre os seus argumentos, têm-se o que trata “a inidoneidade da adoção dos parâmetros de territorialidade a serem definidos pelos próprios quilombolas”.

As elites rurais dão clara demonstração de poder político, econômico e de organização, quando mostram a habilidade de um arranjo político estruturado pela bancada ruralista no Congresso Nacional, na manutenção de vínculos e alianças tanto no interior do Estado quanto fora dele. Assim, temos um Estado, que ainda no século XXI, cede aos interesses econômicos e políticos das mesmas elites de outrora.

Outras ações foram alçadas na tentativa de derrubar o Decreto n.º 4.887/2003; mesmo não logrando êxito, fizeram grande pressão ao Governo Federal que publicou as Normativas n.º 16/2004, n.º 20/2005 e 49/2009 do INCRA, e a Portaria n.º 98/2007 da Fundação Cultural Palmares. Todas vistas pelos movimentos sociais como um retrocesso do processo e uma obediência do governo aos interesses econômicos dos grandes ruralistas brasileiros.

Nesse sentido, há uma morosidade na efetivação da lei quanto à titulação das terras quilombolas, que agrava em muito a incidência dos casos de violência contra essas comunidades. É visível a lentidão pautada na burocracia implementada através dessas várias portarias e instruções normativas que, aparentemente, tentam evitar os conflitos judiciais, dando uma maior segurança jurídica às titulações.

Para melhorar o entendimento de toda essa morosidade, o INCRA disponibiliza através de seu sitio, e com base na Instrução Normativa 57/2009, os passos que as comunidades interessadas devem tomar: 1) dirigir-se a Superintendência Regional do INCRA para abertura de procedimentos administrativos visando à regularização de seus territórios; 2) apresentar a Certidão

⁵ Impetrada pelo Partido da Frente Liberal (PFL), hoje Democratas (DEM).

de Registro no Cadastro Geral de Remanescentes de Comunidades de Quilombos, emitida pela Fundação Cultural Palmares.

A partir de então, começa o trabalho interno do órgão com a confecção de Relatório Técnico de Identificação e Delimitação do território (RTID). Logo depois, a recepção, análise e julgamento das contestações. Ao término desse segundo momento, aprova-se o relatório e publica-se uma portaria com o reconhecimento dos limites do território quilombola. Caso haja ocupantes não quilombolas no território demarcado, procede-se desapropriação e/ou pagamento de indenização fundiária.

Somente ocorre o fim do processo com a titulação de propriedade da terra de modo coletivo em nome da associação dos moradores da área que é registrada no cartório de imóveis. Os dados na tabela 1, a seguir, dão um panorama da situação dos processos em andamento de regularização fundiária quilombola:

Tabela 1: Andamento dos processos de regularização fundiária quilombola no Brasil

RESULTADO ANUAL				
Ano	RTID	Portaria	Decreto	Titulados
2005	20	2	0	0
2006	21	8	0	4
2007	20	15	0	3
2008	17	14	0	2
2009	24	10	30	2
2010	27	10	11	4
2011	16	9	1	2
2012	6	2	0	1

Fonte: INCRA/DFQ, 2012 (Atualizado em 05/06/2012).

Segundo a Fundação Cultural Palmares (2012), temos 1.826 comunidades certificadas em todo o país. No Maranhão, temos 408 comunidades contabilizadas, das quais somente 22 comunidades possuem o título da terra. No Estado, temos ainda 316 comunidades⁶ com os seus processos em andamento no INCRA, que, em sua maioria, somente têm o número de protocolo como ação. Vejamos, nas tabelas 2 e 3, a seguir, outros dados que denotam a morosidade no andamento dos processos.

⁶ Dados disponibilizados pelo INCRA (2012)

Tabela 2: Títulos expedidos às Comunidades Quilombolas no Brasil

Ano da expedição	Quantidade de títulos
2000	15
2001	4
2002	11
2003	6
2004	2
2005	7
2006	19
2007	5
2008	16
2009	9
2010	11
2011	2
2012	1

Fonte: INCRA/DFQ, 2012. (atualização em: 27/02/2012)

Tabela 3: Distribuição anual de processos de regularização de territórios quilombolas

PROCESSOS EM ABERTO									
2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012
9	111	208	189	167	123	147	74	136	59
TOTAL									1.227

Fonte: INCRA/DFQ, 2012.

Os dados demonstram, nitidamente, que a concessão de títulos de propriedade definitiva às comunidades quilombolas, anda no sentido contrário da urgência da regularização fundiária para dirimir os eminentes conflitos na luta pela terra. De 2000 a 2010, temos um total de 106 titulações que representam 5,8% do universo de comunidades remanescentes de quilombos certificadas no país. A demanda para titulação é expressiva, pois há 1.227 processos tramitando nas Superintendências Regionais do INCRA, à exceção de Roraima, Marabá-PA e Acre.

No quadro 2, a seguir, relaciona os títulos expedidos as comunidades quilombolas do Maranhão. Visualiza-se que a morosidade é ainda maior quando temos 22 titulações que representam 5,39% do universo de comunidades

certificadas no Estado (408). Fica nítido o fraco desempenho do processo de regularização fundiária, quando temos um pequeno número de terras tituladas, em contraste aos 316 processos que estão em aberto no INCRA.

Quadro 2: Títulos expedidos as comunidades quilombolas do Maranhão

Ano	Total de comunidades	N.º de famílias	Área (ha)	Municípios	Órgão
1999	03	161	3.314	Codó	ITERMA
2002	01	74	558,52	Caxias	ITERMA
2005	04	364	9.031,55	Pinheiro, Turiaçu, Caxias e Bacabal	ITERMA
2006	10	603	7.537,44	Cândido Mendes, São João do Soter, Pedro do Rosário, Pinheiro, Caxias, Peritoró, Itapecuru-mirim e Santa Rita	ITERMA
2008	03	121	2.870,08	Bacabal, Pinheiro e Anajatuba	ITERMA
2009	01	120	319,45	Santa Rita	ITERMA

Fonte: INCRA/DFQ, 2012.

Ao analisar todos os dados demonstrados, verifica-se que o Estado brasileiro tenta não enfrentar os grupos econômicos dos setores do agronegócio e de outros grandes empreendimentos, que carregam a marca da estrutura fundiária brasileira: a concentração de terras. Assim, as políticas de governo privilegiam as áreas devolutas, públicas e que não proporcionam grandes dificuldades de desapropriação.

Desse modo, a garantia dos direitos territoriais quilombolas, no que diz respeito ao reconhecimento e direito da alteridade, se limita quando por um lado há a concretude na redistribuição da riqueza, e por outro, põe em discussão a propriedade privada individual. Esses lados antagônicos também refletem a necessidade de o Estado se reconhecer como responsável pela promoção de um processo de igualdade racial e de realização de reforma agrária.

A inércia na titulação das terras quilombolas fica também evidente na não utilização integral dos recursos orçamentários do INCRA⁷ que, do período de 2004 a 2010, utilizou em média 14,4% do orçamento disponível, fato que leva a crer que os recursos existem, mas não fica claro o porquê da não utilização integral. De fato, sabe-se que outras questões são pertinentes; como a quantidade de recursos no

⁷ Cf.: www.incra.gov.br (processos e contas anuais)

âmbito judiciário, por iniciativa de fazendeiros e posseiros contra a titulação das terras, embora a Comissão Pró-Índio de São Paulo ressalte, em pesquisa realizada em 2009, que poucos são os processos paralisados em função de contestação ou decisões judiciais.

O Instituto de Estudos Socioeconômicos (INESC, 2010) publicou dados contundentes quando da utilização orçamentária dos órgãos envolvidos na questão quilombola, principalmente do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) e do INCRA. Nesse contexto, temos em 2008 a devolução de R\$ 33.672 milhões ao Tesouro Nacional, por conta da não utilização para “indenização aos ocupantes de terras demarcadas e tituladas aos remanescentes de quilombos”. Em 2009, foram utilizados somente 6,52% do orçamento destinado à mesma ação.

Quando se trata de “reconhecimento, demarcação e titulação de áreas remanescentes de quilombos”, em 2008 o aproveitamento foi de 55,7% do montante previsto de R\$ 7,4 milhões, ou seja, cerca de R\$ 3,32 milhões não utilizados. Em 2009, o aproveitamento foi ainda menor, 33,46% foram utilizados dos R\$ 10.287 milhões disponíveis para ano.

Os entraves incidem diretamente na reprodução econômica e social dessas comunidades, pois a violação aos direitos territoriais quilombolas, neste contexto, pode ser subdividida em duas esferas de incidência que, embora representem distintas ordens de problemas, em muitos casos, acabam por ocorrer concomitantemente. A primeira delas refere-se às dificuldades vinculadas à regularização fundiária propriamente dita, ou seja, aos entraves para efetivação da titulação das terras e à consequente instabilidade de garantia da propriedade dos territórios que ocupam (MILANO, 2011).

A outra face da violação dos direitos territoriais quilombolas diz respeito à omissão do Estado no dever de realização de políticas públicas básicas necessárias e ao provimento de uma vida digna para essas coletividades. Não por acaso, a maioria das comunidades localiza-se em regiões que apresentam os menores índices de desenvolvimento humano - IDH, nas quais inexiste o acesso a serviços básicos de cidadania como transporte, saúde, educação, comunicação etc. (MILANO, 2011).

Contudo, essas comunidades estão visíveis em todo o território nacional, embora fiquem invisíveis diante da negação de seus direitos. Vivem, na sua maioria, em condições precárias, sobrevivendo às lutas diárias através de suas práticas tradicionais. Observemos, portanto, como se processa a sua reprodução socioeconômica.

2.2 Considerações sobre as atividades de geração de renda nos quilombos do Maranhão

Historicamente, os quilombos tinham práticas de trocas de gêneros alimentícios com outros setores marginalizados nas proximidades das fazendas e engenhos. No cenário maranhense, a intensificação dessas práticas ocorreu com o enfraquecimento dos grandes proprietários de terra quando da extinção da Companhia Grão-Pará e Maranhão (1777) (ALMEIDA, 2002). Outro ponto relevante é o interesse na produção quilombola por setores da sociedade escravista que davam certa “proteção” a estes.

Corroborando, Celso Furtado reforça que a economia nordestina, no bojo de um período longo, entrou em um processo de involução com perda no setor de alta produtividade e declínio do setor pecuário. “Na verdade, a expansão refletia apenas o crescimento do setor de subsistência, no qual se ia acumulando uma fração crescente da população” (FURTADO, 2007, p. 105-106).

Há o caso do quilombo da região de Turiaçu-MA, que tinha como atividades produtivas: a caça, a pecuária, a agricultura de subsistência, o garimpo e a produção de fumo e algodão. Criaram-se relações de comércio com pessoas da elite maranhense, que compravam o ouro com fazendeiros, mercadores e negociantes provenientes das vilas litorâneas. Esse cenário dificultava a repressão por parte das autoridades provinciais e, desse modo, as tentativas de aniquilamento eram frustradas e os quilombolas são visíveis no século XIX (PROJETO VIDA DE NEGRO, 2005).

Com o fim do trabalho escravo, as terras livres, doadas e devolutas, passaram a concentrar a população negra livre, cujos integrantes “se estabeleceram

principalmente nas matas, vivendo em uma economia de autoabastecimento e amonetária” (ANDRADE, 2000, p. 18).

Na transição do século XX para o XXI, descortinaram-se mudanças na economia mundial que reorganizaram espaços com maior rapidez e redefiniram os contornos do mundo do trabalho. No cenário brasileiro, a década de 1950 mostrou um projeto de modernização da economia concentrado no processo de industrialização que não favoreceu a homogeneidade socioeconômica entre as regiões brasileiras, pois houve a discrepância entre Nordeste e Amazônia com o Centro-Sul do país.

Assim, o meio rural brasileiro, no qual se incluem os remanescentes de quilombos, processa as mudanças de valorização de terras públicas, por conta de projetos de modernização, acentuando os conflitos agrários. Encravadas nesse contexto, as comunidades de remanescentes de quilombo, tentam manter a sua cultura e identidade na sobrevivência de práticas e atividades produtivas advindas do passado dos quilombos históricos.

Essas comunidades fazem uso comum das terras, tendo uma agricultura tradicional na qual os membros familiares participam integralmente e, desse modo, os laços de solidariedade se fortalecem e incidem na sobrevivência da coletividade. Assim, a terra possui valor simbólico que se traduz num instrumento capaz de assegurar-lhes a continuidade na história.

É certo que as suas atividades produtivas, a partir de uma tradição, estão ligadas mais aos aspectos de sobrevivência. Mas, diante das alterações do padrão do trabalho e do mercado ocorridas na economia, como a modernização da agricultura e do consumo, percebe-se um processo de integração destes ao contexto macro, através de projetos técnico-científicos fomentados por organismos do Estado.

Também, por não estarem isolados de um mundo exterior, os aspectos sociogeográficos, culturais e econômicos da região que estão inseridos, favorecem para uma diferenciação nas atividades produtivas entre os remanescentes de quilombo. Nesse sentido, não se pode caracterizar de forma generalizante que somente atividades voltadas para relação com a natureza, façam parte do cotidiano dessas comunidades.

Segundo a Comissão Pró-Índio de São Paulo⁸, algumas atividades históricas permanecem como prática cotidiana dos remanescentes de quilombos. Entretanto, as condições socioeconômicas do espaço que as circundam, inserem atividades que diferem das praticadas por seus ancestrais. Isso implica que esses quilombos contemporâneos vivem um processo de ressignificação de suas práticas e identidade coletiva. Veremos alguns exemplos fundamentais para esse entendimento.

No trabalho realizado por Araújo (2009), retratou a comunidade remanescente de quilombo do Rio Grande no município de Bequimão, litoral ocidental do Maranhão. A comunidade dista 5Km da sede do município e possui cerca de 70 famílias. A principal atividade produtiva é a agricultura através do sistema de corte e pousio, denominado de roça. Essa prática é feita por uma família, ou por várias, pois não há conflitos na demarcação e escolha dos pontos do território que podem ser roçados, pois a terra é de uso comum. Desta feita, para esta comunidade, a roça é uma prática social que garante o sustento de todos.

Tendo um trabalho rudimentar com a utilização de patacho, enxada, foice, coivara ou garrancho, as famílias cultivam mandioca, arroz, feijão, milho, algumas frutas e legumes. Estes servem para alimentação das famílias prioritariamente, e quando há excedente da produção, vendem ou trocam com as comunidades vizinhas. Nesse sentido, caracteriza-se uma produção econômica de subsistência, que historicamente permeia a maioria das comunidades remanescentes de quilombo no estado.

A criação de pequenos rebanhos, principalmente de bovinos e galinhas, fazem parte do cotidiano produtivo dessa comunidade, embora seja primordialmente para o consumo das famílias, no caso das galinhas, e de uma espécie de poupança, no caso dos bovinos. Também, tem-se a produção de farinha de mandioca, produzida em 03 (três) Casas de Farinha, onde cada família que as utilizam para o fabrico deixam cerca de 3 kg da produção para o dono da casa, para fins de manutenção do forno.

A atividade extrativista do coco babaçu, também faz parte do cotidiano dessa comunidade. É tanto que, na década de 60 e 70, vendiam a produção para a

⁸ Dados e informações disponíveis em: <<http://www.cpis.org.br/comunidades/html/brasil.html>>. Acesso em: 13 jun. 2012.

Oleama e Primor, na capital maranhense. A pesca era praticada sazonalmente durante o ano para subsistência; e algumas pessoas desenvolveram o artesanato, que na maioria das vezes era vendido em outras comunidades e na sede do município.

A pesquisa realizada por O'Dwyer e Carvalho (2002) tratou da comunidade remanescente de quilombo Jamary dos Pretos, localizada na microrregião do Gurupi, município de Turiaçu, Maranhão, com 162 famílias. A principal atividade produtiva é a agricultura no sistema de roça, realizada pelas famílias tanto em lugar comum chamado de “centro de roçado”, como por roçados familiares, que destinam parte da sua produção à associação dos moradores. Então, quando comercializados esses produtos, a utilização da renda auferida é decidida em assembleia.

Plantam-se de forma consorciada mandioca, milho, feijão, batata, abóbora, abacaxi, gergelim, cará, cana-de-açúcar e verduras. Também, árvores frutíferas como mangueiras, cajueiros, mamoeiros e bananeiras. Essas plantações comprovam a posse efetiva, pelos grupos domésticos, das terras da comunidade e também a ancianidade de sua ocupação. Assim, a destinação principal da produção é o consumo das famílias, sendo o excedente comercializado nas circunvizinhanças.

Observaram-se atividades de pesca, caça, criação de animais domésticos e gado, tecelagem de fibras vegetais para cestos e outros objetos de uso doméstico e pessoal, as quais implicam o manejo de recursos naturais como rios, igarapés, campos e florestas existentes no território da comunidade. A coleta e produção da amêndoa do coco babaçu é outra atividade comum entre as famílias.

Na pesquisa realizada por Andrade Neto (2009) na comunidade remanescente de quilombo Pitoró dos Pretos, localizada nos municípios de Peritoró e Capinzal do Norte, Maranhão, com 40 famílias, observou-se que a agricultura é a atividade mais praticada pelas famílias da comunidade, através do sistema da roça, com queima e corte que, por conta dos conflitos fundiários, é feita pelo arrendamento da terra.

Os principais cultivares são arroz, feijão, milho e mandioca, sendo uma produção agrícola baseada fundamentalmente na força de trabalho familiar, cuja destinação é para a subsistência das famílias. Também produzem o sustento através de pequenas criações como aves, suínos, gado e animais de carga. As

atividades de caça e pesca e extrativismo vegetal do coco babaçu complementam as atividades econômicas das famílias.

Em Alcântara, Almeida (2006) descreve que as comunidades remanescentes de quilombos tradicionalmente asseguravam a sua subsistência com a agricultura, a caça, a pesca e o extrativismo de frutos nativos como o babaçu, a juçara e o buriti. É tanto que se localizavam junto ao mar, aos igarapés e rios, para capturar peixes, moluscos, crustáceos e animais de caça.

A agricultura era pautada no sistema de roças familiares que produziam arroz, feijão, milho e mandioca, para o consumo e comercialização de uma pequena parte da produção agrícola. No entanto, com a expulsão dessas comunidades de seu território, a partir de 1980 para a construção do Centro de Lançamento de Alcântara, do Programa Aeroespacial Brasileiro, foram alojados em Agrovilas. Assim, sem a terra para os roçados, houve a prática do sururu que causou um desequilíbrio ambiental. Somente a partir de 2006, conseguiram o direito de terem roças na área da base militar.

Temos a comunidade remanescente de quilombo Bom Sucesso, no município de Mata Roma, Leste do Maranhão, estudada por Souza Filho (1998). As atividades econômicas principais são a agricultura, o extrativismo e a pecuária. O sistema utilizado pelas famílias dessa comunidade é a roça, na qual cada família possui seu próprio roçado, mas têm-se as “roças de união”, ou seja, há o ajuntamento de pessoas, com laços de solidariedade e compadrio, preparando a terra para o cultivo, que após esse momento, a responsabilidade é de cada família.

Complementando a isso, cultivam pomares e hortas nos quintais de suas casas, com banana, caju, manga, laranja, limão e goiaba. A maior parte da produção é para o consumo das famílias, exceto a castanha de caju que é comercializada. Também, nesse mesmo espaço, próximo às residências, as famílias criam bovinos, suínos e caprinos, que servem tanto para o consumo próprio como para venda nas cidades vizinhas.

As atividades extrativistas, realizadas na mata dos cocais e chapadas, produzem o coco babaçu, murici, piqui e o bacuri, sendo parte da produção vendida para comerciantes do próprio município. Entretanto, em terrenos dominados por grileiros, os quilombolas são obrigados a comercializar apenas com estes a um

preço menor. Contudo, a atividade de caça, exploração de madeira, coleta de mel e de plantas medicinais, englobam as atividades produtivas dessa comunidade.

Na comunidade de Flexal⁹ em Mirinzal, Baixada Ocidental do Maranhão, o Projeto Vida de Negro (1996) destaca que as principais atividades produtivas são a agricultura, a pesca e o extrativismo. As famílias produzem nas roças a mandioca, o milho, o arroz, o feijão, a cana-de-açúcar e o maxixe, sendo uma grande parte para o consumo próprio, e quando há excedente na produção, comercializam na circunvizinhança.

A pesca é realizada sazonalmente durante o ano através de embarcações no Rio Uru, lagos e enseadas próximas à comunidade. É interessante que, no período da seca, a pesca é um trabalho realizado por mulheres, que com suas redes, tarrafas, socós e landroás¹⁰ capturam traíras, jacundás, pacus, aracaús, anojados e acarás.

Dentre as suas atividades produtivas, as famílias realizam o extrativismo vegetal do coco babaçu, que vem sendo prejudicado pela devastação ambiental. Também, caçam cotias, pacas, quatis, tatus, catitus, veados e porcos-do mato. Essas atividades são para o consumo e comercialização. Tem-se ainda a criação de animais como patos, galinhas, bois e porcos.

Através do estudo de Braga (2007), temos a comunidade de Piqui da Rampa, no município de Vargem Grande, na microrregião de Itapecuru-Mirim, norte do Maranhão, com 32 famílias. A agricultura é a principal atividade produtiva, tendo como sistema de produção a roça. Planta-se melancia, maxixe, quiabo, abóbora, pepino, melão, cana-de-açúcar, milho, arroz, feijão, fava e mandioca. Tendo a maior parte da produção para o consumo das famílias, e parte comercializada, sendo o arroz e a farinha de mandioca os principais produtos vendidos.

As famílias destinam parte do seu roçado à Associação de Moradores, que vende os produtos agrícolas, e com os recursos disponíveis podem utilizá-los conforme a decisão da assembleia de membros. Estas cultivam em seus quintais, hortas e pomares temperos diversos, folhas medicinais, abacate, acerola, banana,

⁹ A partir do Decreto n.º 536 de maio de 1992, foi criada a Reserva Extrativista do Quilombo do Flexal.

¹⁰ Instrumentos de pesca típicos da região.

caju, coco da Bahia, laranja, limão, lima, mamão e manga. Parte para o consumo e outra para provisão de renda para as famílias.

As atividades extrativistas geram outra importante fonte de renda. Assim, realizam o corte do palmito e a colheita de frutos nativos como o coco babaçu, juçara, buriti e bacaba. A caça, a pesca e a criação de suínos, bovinos, galinhas e patos, para o consumo próprio, completam as atividades produtivas da comunidade.

No Maranhão, a agricultura, a pesca, a pecuária e o extrativismo fazem parte das atividades produtivas das comunidades remanescentes de quilombos. A agricultura tradicional é no sistema de roças familiares ou coletivas, produzindo principalmente arroz, milho, feijão, mandioca e verduras, sendo que a grande maioria das comunidades, a maior parte da produção é para o consumo e uma menor para a comercialização.

As atividades extrativistas geram outra fonte de renda para as comunidades. Destaca-se o babaçu, juçara, buriti, palmito, bacaba, murici e piqui. Um dos problemas enfrentados nessa atividade é a coleta em terras de grileiros, na qual somente podem vender para estes com preço baixo. No caso do babaçu, já existe em alguns municípios uma legislação que protege o extrativista dessas práticas. A caça também faz parte do cotidiano destes.

A pesca é praticada na maioria das comunidades no tempo de cheia dos rios. A criação de gado, geralmente, aparece como uma atividade para o consumo, que garante uma espécie de caderneta de poupança aos remanescentes em tempos difíceis.

Percebe-se, então, que as comunidades remanescentes de quilombo preservam em suas atividades produtivas as marcas do passado, quando a agricultura tradicional, a pesca artesanal e a criação de gado e outros animais permeiam suas vidas. Embora, o trabalho assalariado e outras atividades sejam incorporadas ao convívio destes, por conta das questões socioeconômicas de cada região, as práticas coletivas persistem em meio a um discurso contrário do particular. Veremos no próximo tópico, se as políticas públicas fomentam o fortalecimento dessas atividades.

2.3 Políticas públicas para remanescentes quilombolas

A partir da Constituição de 1988, para além dos aspectos culturais ou folclóricos, as comunidades remanescentes de quilombos ganham espaço na agenda pública e das políticas sociais que emanam desta. Assim, a política quilombola inaugurada na primeira presidência do governo de Lula começou a tornar visível um grande número dessas comunidades.

Arruti (2009) pontua que as medidas estratégicas destinadas às comunidades quilombolas sintetizam uma boa parte da concepção governamental sobre qual é a natureza de políticas destinadas a essas pessoas, partindo do reconhecimento de um segmento diferenciado da sociedade nacional, mas que tende a se limitar à constatação de que há no país uma parcela ainda mais desprivilegiada e excluída, principalmente, das políticas de combate à pobreza, do isolamento e da segregação. Desse modo, as políticas se dividem em duas concepções:

De um lado, há o reconhecimento de que o desrespeito histórico produzido pela escravidão e pela exclusão sistemática dos serviços e recursos disponibilizados pelo Estado Nacional deve levar a uma política de acesso diferenciado [...] e de outro lado, há uma segunda modalidade de reconhecimento, que corresponde ao reconhecimento não só da exclusão sistematicamente imposta (ARRUTI, 2009, p. 83).

Dessa forma, no cenário atual, a realidade das comunidades quilombolas sinaliza uma luta política de reconhecimento por direitos sociais e territoriais, na busca da visibilidade como sujeitos sociais que, ao longo da história brasileira, foram subjugados como inferiores e primitivos. Nessa busca, o acesso a políticas sociais, a exemplo da educação e saúde, de maneira diferenciada, deve ultrapassar o estereótipo de “pobres”, “coitados”, “excluídos”, para que sejam pensados como coletividades diferenciadas (JORGE; BRANDÃO, 2012).

Também é necessário levar em consideração o conjunto de demais políticas, a partir de seus limites de tempo e espaço, efetiva execução, seus modelos de gestão, recepção e desdobramentos locais para as comunidades quilombolas. Nesse sentido, o ponto de partida vai além da regularização fundiária, pois deve ater-se ao acesso à saúde e à educação (ARRUTI, 2009).

As políticas públicas direcionadas às comunidades quilombolas buscam cumprir uma agenda dos programas governamentais: Brasil Quilombola, Ações Afirmativas e Bolsa Família. Atendendo às reivindicações dessas comunidades alijadas de seus direitos culturais, históricos e territoriais que em alguma oportunidade, foram contemplados com ações de extensão rural, infraestrutura básica e fomento de uma produção econômica autônoma.

Em 2005, a Secretaria Especial de Política de Promoção da Igualdade Racial criou o Programa Brasil Quilombola com o propósito de fomentar um conjunto de ações direcionadas ao desenvolvimento sustentável dos quilombolas, respeitando sua historicidade e construções contemporâneas, além da luta pela garantia da posse da terra (BRASIL, 2005).

De acordo com o IPEA (2005, p. 3), houve experiências locais que fizeram expandir as ações do programa para o restante do país:

O primeiro passo da implantação do Brasil Quilombola consistiu na realização de uma experiência piloto, batizada de Ação Kalunga e iniciada em março de 2004. Para tanto, foram beneficiadas comunidades localizadas nos municípios goianos de Cavalcante, Monte Alegre e Teresina de Goiás com ações coordenadas de diversos órgãos, públicos e privados, nas áreas de regularização fundiária, saúde, saneamento, habitação, eletrificação e educação, entre outras. A partir desse projeto inicial, o Brasil Quilombola foi se expandindo para outras comunidades em todo o país.

Um programa envolto por temáticas como: diversidade dos povos negros, ecossistema, gênero, regulamentação fundiária, saúde, educação, que fazem parte da agenda de discussão. Ainda a segurança alimentar, melhoria nas condições socioeconômicas, benefícios sociais, fazem parte da proposta essencial do programa. Possui como pilares fundamentais: o fortalecimento da identidade cultural e política dessas comunidades e, que os quilombolas sejam protagonistas de todo o processo.

Essas indicações sinalizavam que o governo tinha um diagnóstico da situação de fragilidade dessas comunidades, que desenrolava em imprescindíveis propostas para reverter esse quadro. Entrementes, para que uma política pública surta efeitos desejados, é necessário que os quilombolas participem ativamente da discussão, elaboração e gestão das ações preconizadas. Diferente disso, o Brasil Quilombola

não clarifica em que medida houve essa participação, até porque o próprio programa indica a criação de comitês gestores para atuarem a partir de 2008.

Defende-se que a questão essencial no tocante às comunidades quilombolas não é a de criação de outras leis ou políticas que façam valer direitos já assegurados oficialmente. Ou seja, a existência de políticas sobrepostas que incluam os quilombolas como beneficiários não é suficiente para garantir-lhes o direito essencial de posse coletiva de terras ou mesmo de reconhecê-los como sujeitos ativos nas articulações socioculturais em face aos espaços que ocupam (SANTOS; DOULA, 2008, p.75).

Não se pode resolver a questão dos remanescentes de quilombo no país com a criação de leis e políticas que, de certa forma, caminham para um assistencialismo. Já que o ponto central – a posse da terra – fica em segundo plano. Como já discutimos aqui, a reprodução dessas comunidades se dá a partir da terra como meio de [re]afirmação de suas origens.

O Relatório de Avaliação do Plano Plurianual 2008-2011 (BRASIL, 2010) demonstra que as ações previstas no Brasil Quilombola (metas físicas e financeiras) tiveram índice de realização em média de 0,56. Das ações que obtiveram um índice abaixo da média de realização, temos: Apoio a Centros de Referência Quilombola em Comunidades Remanescentes de Quilombos com 0,24 e Apoio ao Desenvolvimento da Educação nas Comunidades Remanescentes de Quilombos com 0,30. Esta última ação é preocupante, pois o fomento educacional é peça fundamental para o desenvolvimento socioeconômico desses grupos. É necessário que haja a manutenção de escolas que garantam os valores da cultura local e viabilize-se como espaço de discussão.

As comunidades de remanescentes de quilombos no Maranhão configuram-se nesse relatório ainda na questão fundiária e certificação, onde aconteceram mais certificações do que regularizações fundiárias (03) no período. No Programa Luz para Todos, temos comunidades contempladas, entretanto devemos atentar para a lógica empresarial na ampliação do mercado consumidor de energia elétrica. O Programa Bolsa Família é outro benefício citado no relatório que contempla a maioria das comunidades remanescentes no estado, sendo um dos que mais têm beneficiários dessa transferência de renda no país.

Na questão de desenvolvimento local e geração de renda nos quilombos com o fomento de projetos pela Caixa Econômica Federal, o Maranhão não é citado como beneficiário dessa questão. Duas vertentes explicativas são apontadas no documento: a falta de convênios com os poderes locais e a morosidade das regularizações fundiárias. Esses são os principais entraves para termos uma execução expressiva do programa.

Nesse contexto fica evidente que o problema da regularização fundiária é um dos principais pontos a serem resolvidos para que as comunidades remanescentes de quilombo no Maranhão possam sair do quadro de exclusão social e econômica. É tanto que as ações corretivas propostas pedem mais ações de regularização fundiária e utilização do orçamento do INCRA.

As ações de regularização fundiária são influenciadas por diversos fatores, muitos deles externos ao órgão executor. Processos judiciais, ações de contestação à base legal e conflitos nas comunidades são fatores que impedem no avanço do processo. Sugestão de algumas medidas que poderiam impactar positivamente: contratação de novos quadros técnicos para o INCRA, fortalecimento da base legal existente e maior disponibilidade orçamentária (BRASIL, 2009, p. 12).

Percebe-se a contradição do próprio Estado quando este fomenta uma política que se propõe a dar condições de desenvolvimento socioeconômico para as comunidades quilombolas, mas, pelo outro lado, coloca o entrave da regularização fundiária no mesmo processo. A variedade de condições concretas que definem os contornos conjunturais das situações de conflito vivenciadas por cada coletividade. É possível localizarmos um protagonista comum que atua uniformemente no sentido de anular essas experiências enclausurando-as ao tempo e ao espaço do mercado, o sistema capitalista.

É fundamental destacar que políticas públicas, como estas, tenham os efeitos esperados. Faz-se necessário o envolvimento efetivo das comunidades remanescentes de quilombo na dialética das discussões, elaboração, deliberação e gestão. É imprescindível que aconteça uma efetiva participação destas em todas as fases da implantação e execução, já que se trata de sua própria sobrevivência enquanto grupo.

É notório que as ações propostas no escopo do Programa Brasil Quilombola, somadas às outras intervenções ministeriais, demonstram certo avanço no processo

de enfrentamento da questão quilombola, em seus problemas e necessidades básicas de sobrevivência. Também, oportunizam a preocupação com a identidade coletiva desse grupo social.

Entretanto, há um enorme desafio de atuação do Estado em dar conta do universo de centenas de comunidades espalhadas em todo o território nacional, que, em sua maioria, não são contempladas pelas ações do próprio programa, e nem é respeitado o seu direito constitucional do artigo 68. O resultado é a não existência de amplitude na promoção de melhorias de condição vida dos quilombolas, como também, a continuidade do desrespeito histórico, cultural e territorial.

2.4 O movimento negro e a mobilização pela garantia das áreas quilombolas

As questões fundiárias das comunidades rurais negras sempre estiveram na pauta de discussão do movimento negro maranhense. Havia conflitos graves, e a luta pela terra não poderia ser deixada de lado, pois algumas comunidades estavam sendo ameaçadas de despejo. Desse modo, diferentemente do restante do país, as comunidades negras e o movimento negro se posicionaram com a bandeira da resistência.

Durante o regime militar, a política de povoamento da Amazônia com grandes projetos industriais e agropecuários chegou ao Maranhão. Desse fato, culminou na expulsão de várias famílias remanescentes de quilombos das terras que residiam. O próprio governo do estado contribuiu quando deslocou 312 famílias de comunidades negras para agrovilas, diante da instalação da Base Espacial da Aeronáutica no município de Alcântara. O jornal O Imparcial, de São Luís, noticiou em 11 de agosto de 1981 esse fato com uma emblemática frase: “(...) oito seculares comunidades negras encravadas na área a ser desapropriada (...)”.

A partir desse cenário de conflito agrário, destacam-se alguns elementos que marcaram a trajetória do movimento das comunidades rurais negras do Maranhão. A primeira inicia-se com a militante do movimento negro e historiadora Mundinha Araújo (1970), que se engaja em promover resistência aos grileiros e invasores envolvendo os moradores dos povoados (FIABANI, 2009).

Como relata a militante, na metade da década de 80 não existia um projeto pronto. Contudo, tal fato não impediu as visitas aos povoados para motivar as comunidades a lutarem por seus direitos e denunciarem as afrontas e ameaças dos grileiros. Ela acreditava que deveria expor a todo tempo a situação de conflito agrário que se instalou no seio das comunidades rurais negras do estado. É tanto que participa do “Encontro Nacional Afro-Brasileiro”, no Rio de Janeiro, onde mostra dados significativos de formação e conflitos vivenciados por essas comunidades.

Em outra publicação (Jornal O Imparcial, de 23 de maio de 1986), Mundinha denuncia o aumento do número de casos de conflitos agrários envolvendo “lavradores negros e os grandes fazendeiros ou empresários rurais que não reconhecem nesses descendentes de escravos os legítimos proprietários das terras”. A explicação dada por ela no artigo sobre esses conflitos estava assentada no processo de mudança da estrutura agrária maranhense, de inicial caracterização na pequena propriedade, passando ao latifúndio.

O Encontro Estadual das Comunidades Negras (1986) marca a segunda fase do movimento. Esse evento proporciona ações mais organizadas e trocas de experiências vividas nas diferentes comunidades. O tema do encontro, “O Negro e a Constituição Brasileira”, delimitava o debate às questões ligadas ao negro e seu lugar na constituinte, pois entendiam que ausência deste não qualificava a democracia nascente.

A questão agrária também teve seu espaço, como o “negro e o mercado de trabalho”, o “negro e a educação”, a “cultura negra como instrumento de libertação” e a “questão da saúde” desvelaram-se no evento. Todas estas questões, segundo os organizadores, não poderiam passar despercebidas, embora o ideário presente indicasse uma constituinte como um “jogo de cartas marcadas”. O encontro cumpriu seu objetivo de fortalecer o movimento das comunidades negras (PROJETO VIDA DE NEGRO, 2005).

Frisar esse encontro em nossa abordagem é de suma relevância para entendermos os desdobramentos ocorridos na legislação do Maranhão e Brasil¹¹. Pois, após a realização desse momento de discussão em São Luís, o Centro de

¹¹ Refere-se ao artigo 229 da Constituição Estadual do Maranhão, que garante também em âmbito estadual a titulação das terras das comunidades remanescentes de quilombos. Também, ao artigo 68 da Constituição Federal.

Cultura Negra do Maranhão, Centro de Estudos do Negro do Pará e Movimento Negro do Rio de Janeiro se juntaram para a realização da “I Convenção Nacional do Negro pela Constituinte” realizada em Brasília, agosto de 1986.

Nas etapas seguintes, há dois momentos que são fundamentais para a continuação do movimento iniciado em 1970. A participação política (1988) da Sociedade Maranhense de Direitos Humanos (SMDH) e do Centro de Cultura Negra do Maranhão (CCN) quando criam o “Projeto Vida de Negro” (FIABANI, 2009). Esse projeto se materializa como “instrumento de ação e apoio no reconhecimento jurídico-formal das comunidades remanescentes de quilombos” (ALMEIDA, 2002, p. 15).

As ações iniciais do projeto ficaram no âmbito de uma catalogação das comunidades negras rurais existentes, verificando as condições de uso e posse da terra, as expressões religiosas e culturais, resgatadas a partir da tradição oral, e as situações de conflitos agrários. Os resultados foram a identificação de 3.832 famílias em 150 comunidades localizadas nas microrregiões do Alto Munim, Baixo Parnaíba, Baixada Ocidental, Itapecuru, Gurupi, Mearim e São Luís. Revelou também, um cenário preocupante de violência decorrida da ação de grileiros e implantação de projetos agropecuários (ALMEIDA, 2002).

Noutro momento, a questão agrária passou a ser pauta principal do PVN, quando trabalhou junto com as comunidades o artigo 68. As discussões quebravam o “mito do isolamento”, advindo da noção de quilombo colonial, e erguia a consciência política dos remanescentes de quilombos. Para tanto, já que a constituinte dava certa visibilidade jurídica, as intervenções institucionais para resolver os problemas fundiários são presentes.

Assim, através do Decreto Federal n.º 56/1992, movimento negro logrou êxito diante de suas lutas com a criação da Reserva Extrativista do Quilombo Frechal, situada na Baixada Ocidental, palco da maioria dos conflitos agrários envolvendo remanescentes de quilombo no Maranhão.

Outras ações em prol das comunidades remanescentes de quilombos foram realizadas para o fortalecimento do movimento de regularização fundiária das chamadas “terras de preto”. Nesse sentido, SMDH e o CCN concretizaram parceria técnica com o ITERMA no ano de 1996, no intuito de assegurar a posse definitiva da

terra às comunidades, como também, medidas para o desenvolvimento sustentável das áreas.

Espaços de discussão foram criados visando dar visibilidade ao movimento, resultando em eventos e publicações, e capacitação de lideranças comunitárias. A Associação das Comunidades Negras Rurais Quilombolas do Maranhão (ACONERUC), criada em 1997, é fruto do processo que se iniciou em 1970 (ALMEIDA, 2002).

A partir de 1997, a Comissão Nacional de Articulação das Comunidades Remanescentes de Quilombos consolidou uma parceria com a Associação Brasileira de Antropologia (ABA), através de um canal de debate com antropólogos que realizam pesquisas em comunidades negras rurais. Nesse sentido, houve uma colaboração estreita na luta para o reconhecimento de centenas de comunidades negras rurais mobilizadas pela aplicação do artigo 68 (O'DWYER, 2010).

A mesma autora relata uma reunião no mesmo ano em Brasília, que contou com a presença de lideranças do movimento negro e representantes da Comissão Nacional de Articulação das Comunidades Negras Rurais, com a presidência da Fundação Cultural Palmares. Na ocasião, por decisão tomada no transcorrer dessa reunião, delinearam-se bases para execução de um trabalho sobre o Mapeamento e Sistematização das Áreas Remanescentes de Quilombos, a partir de um projeto ABA-FORD. Desse modo, a ABA deu uma contribuição relevante para o movimento negro na mobilização pela garantia de áreas quilombolas.

No ano de 1998 aconteceu um seminário nacional sobre titulação de terras de quilombo em São Luís do Maranhão, com o apoio da Coordenadoria Ecumênica de Serviço (CESE), OXFAM (entidade internacional), Fundação FORD, Fundação Cultural Palmares, Associação Brasileira de Antropologia (ABA) e Comissão Nacional Provisória de Articulação das Comunidades Negras Rurais Quilombolas. O evento contou com a presença de representantes do poder público, membros de comunidades negras rurais, pesquisadores, estudantes e militantes de movimentos sociais e foi promovido pelo CCN, pela referida Comissão e pela SMDDH (ANDRADE NETO, 2009).

Percebe-se que a luta pela posse definitiva da terra esteve sempre no centro das discussões do Movimento Negro do Maranhão. Esses são apenas alguns

exemplos de como atores ganham legitimidade no trato com a questão quilombola no espaço público. No entanto, é necessário que o próprio movimento quilombola busque ter força e voz coletiva para debater seus temas e demandas na esfera pública. Isso é fundamental, pois, ainda que seja pouco ouvida, estar presente na arena pública já é de grande importância.

Ao término desse capítulo, observa-se que a promulgação da Constituição Federal de 1988 não conseguiu uma maior efetivação do direito à terra aos remanescentes de comunidades quilombolas, como dito no texto constituinte do artigo 68. Na verdade, o artigo gerou zonas de conflitos que colocou os interesses privados das elites agrárias, que estão atreladas a um projeto capitalista hegemônico de desenvolvimento para o Brasil com vistas a atender os interesses do mercado externo, em choque com as demandas socioeconômicas de uma parte da população brasileira, que historicamente esteve na invisibilidade enquanto cidadãos.

Assim, no campo da disputa, essa elite que é fonte de práticas racistas e que detém um poder substancial junto às camadas decisórias do Estado garante as barreiras necessárias ao processo de titulação dos territórios quilombolas, através das portarias, normas e decretos emitidos pelo próprio Estado. Enfim, fica nítido que, ante a um processo de modernização, a manutenção dos modos de criar, fazer e viver dessas comunidades é empecilho.

3 AS COMUNIDADES REMANESCENTES DE QUILOMBOS NO CONTEXTO DA MODERNIZAÇÃO AGRÍCOLA

Neste capítulo, trataremos das comunidades remanescentes de quilombos no processo de modernização agrícola. Fez-se necessária tal abordagem, pois as implicações no cotidiano dessas comunidades são relevantes para o entendimento de suas práticas agrícolas contemporâneas, já que tradicionalmente estas têm sua reprodução socioeconômica baseada na agricultura familiar.

Na amplitude do processo de modernização, pode-se afirmar que a modernização agrícola está ligada à transformação da produção em *commodities*, modificando os mercados agrícolas internacionais e as culturas locais tradicionais. O processo demandou incrementos tecnológicos para o aumento da produção, como estratégia de competição global entre grandes empresas agrícolas e a escassez de terras devida ao aumento da demanda e à saturação dos espaços tradicionais de cultivo nos países desenvolvidos. Assim, nas décadas de 1960 e 1970, iniciam-se as várias mudanças tecnológicas e organizacionais, que foram implementadas mediante o uso de agrotóxicos, fertilizantes, máquinas e implementos, técnicas de irrigação e novas variedades agrícolas, transformando a face da agricultura mundial (NEVES, 2010).

Pontualmente, a década de 1960 foi marcada fortemente pelo engajamento dos países latino-americanos na “modernização da agricultura”. Esta se assentava nos princípios da utilização do “pacote tecnológico”. Tal conjunto proporcionaria o aumento da produtividade com o uso de insumos químicos, sementes modificadas geneticamente, irrigação e mecanização do campo.

Almeida (2009) ressalta-nos que este modelo de agricultura esteve em conformidade com o desenvolvimento rural considerado ideal e executado na época, e que passou a incluir quatro grandes princípios ou noções: (a) a noção de crescimento ou de fim da inércia, pautada na concepção de desenvolvimento econômico e político; (b) a noção de abertura ou fim de barreiras legais, que permitam as relações globais nos aspectos técnicos, econômicos e culturais, com inferência no aumento de normas e condutas exógenas; (c) a noção de específico, que envolve a especialização da produção, na dependência do valor e escoamento

da produção agrícola, a partir de relações globalizadas; e (d) o surgimento de um novo tipo de agricultor, individualista, competitivo e discutindo o modo de vida social orgânico de entendimento tradicional.

Desta feita, para compreender o Estado brasileiro e seu papel na modernização da agricultura, devem-se observar as relações entre as forças e os movimentos políticos que se estabelecem em diferentes tempos e circunstâncias na sociedade brasileira, principalmente da questão fundiária e do crédito rural. O Estado pode ser definido, de forma genérica, como um bloco de instituições que se relacionam e executam funções diferentes. A tensão entre centralização política e descentralização balizará a formação do Estado brasileiro, conduzindo a inferências no projeto organizacional, em seu teor, e na efetivação das políticas públicas. Além disso, essa tensão é caracterizada pelos antagonismos de interesses entre grupos no interior do Estado, submetendo-o às exigências deles.

Então, a questão da modernização da agricultura brasileira é o centro das discussões das décadas de 1950 e 1960. Tais discussões ressaltaram as barreiras à modernização da agricultura brasileira com o objetivo de anular um hipotético atraso. Almejava-se progredir o desenvolvimento rural, vencendo os gargalos sociais e econômicos que ainda subsistiam. Assim, a abundância de terra e mão de obra, eram compreendidos como fatores do atraso, pois significavam um obstáculo à utilização de insumos industriais na agricultura. A estrutura do Estado e às políticas públicas, molduravam também esse contexto de atraso (ALMEIDA, 2009).

Historicamente, entre as políticas mais conhecidas, as quais visavam regular uma série de processos rurais, temos o Estatuto do Trabalhador Rural (1963), o Estatuto da Terra (1964) e uma legislação previdenciária, importante na década de 1980, simbolizando um momento jurídico que outrora inexistiu no contexto rural. Todos esses desdobramentos rurais foram consequência de extensos choques sociais e políticos, que não se deram por concluso após o surgimento desse aparato legal (PALMEIRA, 1989).

Na trilha do resgate histórico, ainda segundo Moacir Palmeira, outro aspecto a ser considerado foi o fomento às exportações agroindustriais através do crédito subsidiado de forma representativa a partir da década de 1970. Este permitiu a um pequeno número de proprietários terem recursos para a compra de insumos e

máquinas agrícolas¹². Visualiza-se que o raciocínio da concentração interferiu na disponibilidade de tais recursos, quando poucos tiveram acesso ao benefício. Desse modo, reproduziu e acirrou a dinâmica de conflito no campo.

Também fizeram parte do conjunto de políticas públicas de modernização agrícola as isenções fiscais, presentes principalmente em áreas das regiões Nordeste e Norte, através de projetos agrícolas para a geração de empregos e a distribuição de renda. No entanto, de forma genérica, não houve resultados satisfatórios diante dos objetivos propostos, nem mesmo um aumento da produtividade (PALMEIRA, 1989).

Ainda, têm-se as medidas que favoreceram a transferência do patrimônio fundiário do Estado para o poder de particulares. Tais medidas foram legitimadas, no âmbito legal, através de portarias, normas e decretos, em particular no período militar. Eram os leilões de terras públicas, os quais, no entanto, por reproduzirem os problemas de concentração fundiária no Brasil, não previam limites para aquisição, nem no tocante ao tamanho da propriedade adquirida, nem no que diz respeito à posse por um mesmo grupo. Isso coibiu a participação de grupos detentores de menores recursos (PALMEIRA, 1989, p. 97-98).

Desse modo, com a disponibilidade de crédito agrícola e a utilização desses insumos, que aumentaram a produtividade e colocaram o país nas redes internacionais de comercialização, vislumbrou-se “efeitos perversos” que refletiram no mundo rural. Dentre tais, a concentração fundiária, disparidades de rendas, êxodo rural, exploração maior da força de trabalho que resultou em precarização da vida cotidiana rural, devastação ambiental e, submissão e exploração das propriedades menores.

Assim, na relação conflitiva das forças e movimentos da modernização da agricultura no Brasil, percebe-se a complexidade da política pública em atender aos diversos interesses que circundam o processo. Desse modo, têm-se arcabouço plausível para inferir que o Estado brasileiro cria uma forma que somente atende às razões, aos objetivos de uma das partes do mundo rural. Contudo, isso está

¹² Com acesso facilitado ao crédito, os produtores puderam beneficiar-se com as novas tecnologias criadas nos países de capitalismo avançado, como as sementes híbridas e os novos defensivos agrícolas, tornando-se partícipe daquilo que se convencionou chamar de Revolução Verde (ALMEIDA, 2011, p. 22).

relacionado ao grau de interferência que uma das partes tem para a estruturação do próprio Estado, este sempre compassivo aos projetos das oligarquias rurais.

Os impactos ambientais provocados por este processo são visíveis embora ignorados e deixados ao segundo plano pelo Estado e agricultores. Um padrão de desenvolvimento agrícola predatório e intensivo, alertamente anunciado por movimentos sociais e organizações rurais e científicas durante o período militar. Assim, os discursos na década de 80 colocavam em xeque o modelo agrícola adotado, pois não era dirigido por um manejo apropriado dos recursos naturais. Nesse sentido crescem as discussões de um modelo alternativo, ou seja, do “desenvolvimento sustentável” (ALMEIDA, 2009; NAVARRO, 2001).

Entre as consequências ambientais estão a contaminação química, o desmatamento, a degradação do solo, a poluição do ar e a perda da diversidade biológica. Pois, a partir da adoção de um padrão centrado no cultivo de ciclo curto procedente de países com o clima temperado e/ou frio, e com solo rico em nitrogênio, pouco presente nos solos brasileiros, houve um aumento significativo da utilização de insumos químicos nas produções agrícolas, que influenciou a elevação dos custos de produção. Concomitantemente, temos grandes áreas desmatadas e intensificação da mecanização, que desencadearam outros processos problemáticos, no contexto de insustentabilidade do padrão modernizador e de seus reflexos nas práticas agrícolas do mundo rural tradicional (NOVAES, 2001).

É nesse ínterim, que a expressão “modernização conservadora” é utilizada para tratar das consequências decorrentes no meio rural desse processo de modernização, pois entre 1965 a 1985 vivencia-se o ápice do desenvolvimento de uma agricultura capitalista integrada a uma política econômica industrial e urbana voltada ao exterior, na qual o governo brasileiro media financeiramente (DELGADO, 2001).

O desenvolvimento rural sustentável deve ser balizado pela compreensão de inviabilidade do projeto de desenvolvimento econômico, social e ambiental das sociedades contemporâneas, que não enxergam a finitude dos recursos naturais e as conturbações sociais geradas por este modelo. É lógico que, para manter uma produtividade agrícola elevada, haverá impactos ambientais. Contudo, o modelo de agricultura sustentável objetiva minimizá-los, tendo retornos econômicos plausíveis.

O resultado é a criação de um contexto favorável para diminuição da pobreza e para satisfazer as demandas sociais da população (ALMEIDA, 2009).

Nesse sentido, esse tipo de desenvolvimento rural possibilitaria a criação de serviços e produtos novos, atendendo a demanda dos novos mercados, a aplicação tecnológica para a redução de custos, ultrapassando o sentido da agricultura em nível de estabelecimentos para uma conjuntura regional com fortalecimento de uma economia rural macro. Assim, torna-se a via essencial para a quebra das limitações e a falta de perspectivas da modernização (KAGEYAMA, 2008).

Concordando com a mesma autora, há diversas análises a respeito da proposta de desenvolvimento rural sustentável. No entanto, duas categorias são fundamentais para identificação desse processo. A primeira diz respeito à diversidade dos atores, atividades produtivas e padrões de motivação. A segunda é a multifuncionalidade que traduz a reconfiguração na utilização da terra, conhecimento, trabalho e meio ambiente. Ou seja, as discussões e propostas devem notadamente incluir a relação sociedade e natureza, o ambiente, na qual as redes simbólicas e materiais direcionam as práticas e os discursos.

Sem dúvida, a sustentabilidade é um processo complexo, que não pode ser atingido pelo atendimento exclusivo a apenas uma de suas dimensões, seja esta econômica, ambiental ou social. Contudo, pensar seriamente sobre as implicações da inclusão dessas dimensões em nossas propostas de desenvolvimento rural já pode ser um dos primeiros passos para a superação do axioma da modernização a qualquer custo em nossas expectativas de transformação da agricultura (ALMEIDA, 2011, p. 39).

Contudo, o processo de modernização agrícola experimentado pelo Estado brasileiro participa de um projeto mais amplo que integra o desenvolvimento das forças produtivas no viés da acumulação capitalista. O “pacote tecnológico” objetivava um aumento da produtividade, nem que para isso a natureza fosse alterada artificialmente, no sentido de controlar os efeitos contrários ao processo. Vejamos então, como o Maranhão é inserido nessa modernização.

3.1 A inserção do Maranhão no processo de modernização da agricultura

Compreender o processo de inserção do estado do Maranhão no contexto de modernização da agricultura, e ao mercado nacional, é de suma importância para o entendimento de como o desenvolvimento da economia, ancorada às mudanças do capitalismo brasileiro, a partir dos anos de 1970, foi fundamental para retração da agricultura familiar e das práticas extrativistas.

Desse modo, concordamos com Silva (2006) quando fala que, com o advento da modernização da agricultura, o Maranhão adota um modelo de desenvolvimento agrícola que não privilegia a produção de alimentos, pois não possui uma política agrária definida, e ainda, com políticas de incentivo fiscal, fomenta a concentração da terra no estado.

No caso específico do Maranhão, com a mudança no padrão de acumulação, e em especial, entre os anos de 1970 e 1985, o seu processo de incorporação ao mercado nacional, deu-se a partir de gordos subsídios por parte do governo às grandes empresas comerciais e agropecuárias com objetivo de modernizá-las tecnologicamente, bem como gerarem demanda de insumos ao pólo dinâmico do capitalismo brasileiro. A principal meta dos órgãos governamentais – SUDAM E SUDENE –, para o caso maranhense, pautava-se no aceleração da absorção de grandes áreas devolutas de terras por grandes empresas agropecuárias (MESQUITA, 2008, p. 9)

Nesse sentido, o desenvolvimento da economia no Maranhão é contextualizada a partir de projetos urbanos-industriais no processamento intermediário de minério vinculado a grandes projetos do extinto Programa Grande Carajás (PGC) e, para produção de matérias-primas em grandes metalúrgicas, onde o destino da produção são os mercados europeu e asiático. Também, alguns empreendimentos estão localizados na zona rural, ligados aos grandes projetos agropecuários que foram subsidiados pela farta disposição de crédito rural (SILVA 2006; MESQUITA, 2008).

Observa-se, nesse processo de desenvolvimento, uma via de mão dupla: de um lado temos a geração de emprego e renda para determinada camada populacional, e de outro, a crescente devastação da vegetação, degradação dos ecossistemas e a desarticulação de produção das populações atingidas, que, na sua

grande maioria, são as comunidades tradicionais. Em conjunto, esses empreendimentos representam a expansão da atividade econômica sob a forma de movimento oscilatório, no território maranhense, com as consequentes modificações nocivas das condições necessárias para um desenvolvimento de qualidade.

Assim, a característica nítida desse processo é a incorporação pontual e seletiva de insumos modernos no setor agropecuário, pois a política de incentivos fiscais era direcionada para as grandes empresas e latifúndios subsidiados, onde a preocupação principal era produzir para o centro dinâmico do capital, e não a expansão do mercado local. Compreende-se que a expansão das atividades numa economia dependerá da disposição do capital e das expectativas de lucros, e ainda, da robustez e tipo de mercado predominante.

A partir da década de 70, o Maranhão secundariza as culturas agrícolas tradicionais e de subsistência, pois prioriza as culturas agrícolas comerciais quando dá condições favoráveis à vinda de capitais estrangeiros e de grandes empresas do centro-sul do país. Desse modo, precariza a situação dos agricultores familiares na produção de alimentos, como também, os colocam como mão de obra temporária para atendimento das demandas sazonais das grandes fazendas instaladas nos municípios maranhenses (SILVA, 2006).

Nesse sentido, Silva (2006) citando Arcangeli (1987), aponta a terra como elemento de especulação capitalista no contexto fundiário maranhense, fomentado pela intervenção estatal, através de órgãos como a SUDENE e SUDAM, na qual irão trazer a desarticulação da produção agrícola mercantil de base familiar, tradicional responsável pelo abastecimento alimentar do Nordeste. Assim, “os desdobramentos que, atualmente, são observados no âmbito da produção de alimentos, da estrutura fundiária, dos conflitos agrários, das aglomerações populacionais nas margens das estradas e, em grande medida, da caótica expansão das periferias urbanas” (p.92), são explicados por este viés, ou seja, a dinâmica agrária do estado a partir da década de 70.

A década de 90 foi marcada pelo avanço da fronteira da agricultura extensiva, a qual provocou a emigração de enormes massas populacionais para o Maranhão, que resultou em um dos estados brasileiros com maior concentração fundiária, por um lado, e maior proporção de trabalhadores autônomos e empregados não remunerados, por outro. Essas duas categorias de trabalhadores representavam

75,4% dos trabalhadores do meio rural contra apenas 59,5% para média do Brasil (SILVA, 2008, p. 25).

De um modo geral, pode-se destacar que a inserção do Maranhão, em particular, e dos demais estados da Amazônia Legal no processo de acumulação do capital em escala planetária, desde o seu início no período colonial, acentuando-se no século XIX e reafirmando-se no presente momento, caracteriza-se pelo fornecimento de matérias-primas ao mercado internacional (SILVA, 2006, p. 91).

A política fundiária inicia uma ação de reforma agrária liderada pelo INCRA e pelo Instituto de Colonização e Terras do Estado do Maranhão (ITERMA), a fim de consertar a situação causada pelas condições em que se encontrava. Como resultado, o Maranhão possui o maior conjunto de assentamentos do Brasil. Esse número expressivo de áreas de assentamento é resultante de grandes mobilizações de trabalhadores sem-terra que promoveram várias ocupações envolvendo famílias agrícolas.

Apesar do acentuado crescimento econômico observado, no Estado, nos últimos anos, por taxas de crescimento do PIB e da renda *per capita*, com uma variação real acumulada do PIB, no período de 2002 a 2009, de 43% acima dos 32,8% do Nordeste e 27,4% do Brasil (IMESC, 2010), o Maranhão ocupa a pior posição no *ranking* brasileiro do Índice do Desenvolvimento Humano Municipal. Isso, sem dúvida, significa avanços, porém os níveis da desigualdade social e da pobreza se sobressaem.

É nessa realidade que o Maranhão se encontra: com 36,9% (2.427.640) dos 6,5 milhões do total da população vivendo em áreas rurais, sendo o estado que detém o maior percentual no país (BRASIL, 2010). Destes, 42,1% a renda não passa de um salário mínimo mensal. Este é o fator preponderante que gera a pobreza rural, e como consequências a má qualidade de vida, saúde e alimentação, o que contradiz as prerrogativas dos direitos humanos e da Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação (FAO), que pressupõe o direito de alimentação de qualidade e quantidade suficiente para a sustentabilidade.

De fato, a inserção do Maranhão no processo de modernização agrícola não colhe frutos positivos. Nesse sentido, Silva (2006, p. 184) conclui:

No Maranhão, em particular, não se efetivou plenamente o processo de modernização da agricultura verificado em alguns estados do país. A partir do início da década de 1970, entretanto, esse estado passou, de forma deliberada, a perseguir um modelo de desenvolvimento rural baseado no incentivo à grande propriedade rural, renunciando, dessa forma, a oportunidade de se consolidar a produção de alimentos para abastecimento do mercado interno e de se ampliar a geração de emprego no campo, por meio do fortalecimento da agricultura familiar.

Em síntese, fica claro que a política agrária implementada no Maranhão, no processo de modernização da agricultura, distancia-se do restante do país, ou melhor, não se pode falar em modernização. Temos é a renúncia do estado na produção de alimentos, e, como consequência, o enfraquecimento da agricultura familiar e/ou tradicional, pois não caminha para produzir um mercado interno forte. Também, uma concentração fundiária geradora de conflitos agrários que torna precárias as condições de vida das comunidades rurais. Enfim, vejamos mais pontualmente essas implicações na agricultura tradicional quilombola.

3.2 Implicações da modernização agrícola na agricultura tradicional quilombola

O cabedal teórico da modernização, a partir de uma visão evolucionista, propõe um provável desaparecimento de populações indígenas e outros grupos históricos que se reproduzem através de práticas ancestrais na relação com a natureza. Todavia, mediante a mobilização social para defesa de seus territórios e manutenção de seus modos de vida e cultura, essas comunidades vêm se contrapondo a essas teorias. Nesse sentido, é pertinente verificar como a modernização da agricultura incide diretamente sobre as comunidades remanescentes de quilombo, na perspectiva da agricultura familiar.

Define-se que os agricultores familiares são caracterizados pela relação entre terra, trabalho e família. A terra habitualmente é de propriedade da família, mas isso não é regra geral, principalmente quando se trata de comunidades quilombolas. O trabalho é realizado pelos integrantes da família com os seus próprios meios de produção configurando com isso a produção familiar.

Assim, dentre as várias funções da agricultura familiar, temos a viabilidade social que não depende apenas da produção, mas de um conjunto de elementos,

como educação, cultura, lazer, saúde, e outros que podem ser tão importantes quanto o econômico. A outra função a destacar é a sociocultural, que aponta para o resgate de um modo de vida que agrega cultura, tradição e identidade de uma comunidade.

Os agricultores familiares possuem maiores problemas para sua reprodução no campo, advinda das novas relações sociais de trabalho e de produção. A modernização da agricultura veio agravar as condições da pequena exploração, devido às transformações ocorridas nas relações sociais no campo que passam a ser mais monetarizadas. O mercado de trabalho no espaço rural também sofre alterações, ficando mais saturado por causa das tecnologias implementadas que economizam na força de trabalho (RODRIGUES; FERREIRA, 2011)

Nessa conjuntura, os agricultores familiares também estão sujeitos a formas de trabalho temporário, mesmo porque integrantes do grupo de agricultores familiares com intuito de melhorar a renda vão trabalhar fora de seu estabelecimento, muitas vezes exercendo atividades rurais em outras propriedades.

Neste particular, a produção familiar também é vista como redutor do êxodo rural, fonte de renda para as famílias, capacidade de geração de emprego e produção de alimentos, principalmente voltados para consumo interno, já que as grandes empresas beneficiadas pela modernização da agricultura não priorizam esse viés. Assim, as implicações da modernização agrícola na agricultura tradicional e/ou familiar dos remanescentes de quilombos são oportunas, sendo parte importante para compreensão do processo aqui delimitado.

Sinteticamente, a modernização da agricultura e a insuficiência de políticas que promovam a expansão da produção familiar têm, no cenário rural de disputa, dois projetos para organização da produção: um lado, intensificando o uso de tecnologias e priorizando as exportações; outro, tendo a responsabilidade pela produção dos alimentos que irão abastecer o mercado interno.

Então, a modernização agrícola tem frutos que interferem diretamente no cotidiano dessas comunidades, sendo um deles a expansão da fronteira agrícola que expulsa essas populações de seus territórios, resultando em conflitos agrários e precarizações socioeconômicas. No Maranhão, milhões de hectares foram

privatizados para desenvolvimento da agropecuária a partir de 1970, ocasionando perdas significativas na agricultura familiar e nas atividades extrativistas.

Frente à expansão agrícola, as comunidades remanescentes de quilombos exercem pressão para que o Estado reconheça a existência de regimes diferenciados de propriedade, a partir de formas distintas de expressão territorial (LITTLE, 2002). Assim, as comunidades que conseguiram resistir encontram-se atualmente como grupos do mundo rural em que o empobrecimento é visível. Na verdade, o contato entre o sistema urbano-industrial com as populações locais, deflagrou a expulsão e “genocídio” dessas comunidades.

A terra que ocupam possui um forte significado simbólico, na medida em que se tornou o espaço geográfico necessário para a continuidade e a reprodução do modo de vida quilombola, marcado por modelos produtivos agrícolas e por seu uso coletivo. Consequentemente, o território de uma comunidade ficou intimamente relacionado à sua identidade (BRASIL, 2009, p.12).

Estas comunidades convivem cotidianamente com a pressão dos agentes políticos e econômicos que consubstanciam o processo de concentração de riqueza, poder e propriedade na sociedade brasileira. Ou seja, o processo agrário do país na sua estrutura está atrelado ao próprio modelo de desenvolvimento, onde a grande propriedade, o mercado externo e as *commodities* são privilegiados no mundo rural moderno.

Percebe-se que estas passam a competir em seus mercados locais pelo monopólio com os mercados globais. Desta feita, os sistemas tradicionais fragilizados, causados pelas contradições inerentes ao processo de integração no mercado capitalista, promovem a insegurança alimentar e o aumento da pobreza, sendo estes transformados em consumidores de produtos industriais do agronegócio, que fragiliza e dizima as suas práticas agrícolas familiares.

É necessário dar importância ao conhecimento tradicional no manejo dos sistemas produtivos, como também da comercialização camponesa como forma de subsistência e resistência a partir de um modelo produtivo sustentável que contrapõe a monocultura de exportação, pois a agricultura tradicional se constitui em vanguarda para práticas agrícolas no manejo de agroecossistemas.

A heterogeneidade territorial, cultural e socioeconômica das práticas agrícolas tradicionais é ignorada pelas formas e conhecimentos da agricultura moderna. Os pacotes tecnológicos desta não levam em conta o conhecimento adquirido com a experiência de agricultores e agricultoras na relação com os biomas e o manejo dos agroecossistemas. Essas fazem parte do processo de afirmação e construção da identidade dessas comunidades remanescentes de quilombos.

Concorda com Almeida (2011) quando diz que os conhecimentos locais, vistos como atrasados, arcaicos, primitivos ou inúteis, foram esmagados pelas máquinas da agricultura industrializada, que se impôs ao redor do mundo e utilizou o viés da modernidade para contaminar o solo, a água e desarticular a produção tradicional de diversas comunidades, pois a produção agrária moderna é resultado das pressões socioeconômicas exercidas por grandes grupos capitalistas no intuito de contornar as crises do sistema.

Os pequenos produtores com o processo de modernização da agricultura têm suas condições de vida precarizadas, devido às novas dificuldades suscitadas, pelas alterações nas relações sociais e de trabalho, o mercado de trabalho fica saturado devido aos implementos tecnológicos, sem falar na concorrência em grande escala dos grandes produtores no mercado. Com isso os agricultores familiares em busca de melhores condições ou mesmo por não terem opção alguma, rumam para as cidades, em grande medida, deixando o campo para instalarem nas periferias dos espaços urbanos (RODRIGUES; FERREIRA, 2011).

Contudo, não se pode negar que, por um lado, temos expressivos números que comprovam o aumento da produtividade agrícola diante da modernização, mas por outro, temos alterações no modo de vida dos remanescentes de quilombo como: a redução das policulturas alimentares, pois se privilegiam as monoculturas; a diminuição de oferta de emprego e o subemprego nos grandes empreendimentos rurais, por conta da intensa mecanização; a modernização do consumo, advindo da industrialização agrícola; e a concentração fundiária.

3.3 Modernização pela via do consumo: possíveis implicações para a segurança alimentar das comunidades quilombolas

Nesta seção, procura-se discutir como o aprofundamento do processo de industrialização da agricultura, iniciado em meados do século XX, vai descortinando a diferença entre um mundo rural moderno e um mundo rural tradicional. Nesse sentido, particulariza a relação entre modernização do consumo e (in)segurança alimentar nas comunidades remanescentes de quilombo.

Entende-se que a luta pela manutenção de seus territórios, o enfrentamento da pobreza, da opressão e a discriminação racial são elementos necessários para a construção da noção de segurança alimentar nas comunidades remanescentes de quilombo. Assim, o ponto inicial deve ser a análise das condições e estratégias de acesso aos alimentos.

Para tanto, é fundamental a compreensão de que as práticas e saberes alimentares destas comunidades são um sistema social que, ao mesmo tempo, reproduz as condições sociais e é produto de práticas sociais. Isso implica dizer que se constitui um tripé na interação entre a estrutura social, disposição e as condições materiais na escolha dos alimentos pelos integrantes das comunidades quilombolas. Significa, também, que a alimentação de um grupo, no caso dos remanescentes de quilombo, está fortemente ligada à sua cultura. Dessa forma, conjuga-se todo um complexo de fatores ligados a uma rede social, endógena e exógena, de circulação de alimentos, na qual se torna mais complexa a configuração daquilo que se pode definir com a segurança alimentar dessas comunidades.

Assim, concordamos com Silva (2006) quando diz que, embora haja a determinação de padronização de produtos e comportamentos, nos processos de globalização, a própria expansão das relações capitalistas adequa as particularidades de cada lugar quando age no conveniente entrelaçamento do novo com o velho.

Para efeito dos objetivos deste estudo, assume-se a conceituação de segurança alimentar e nutricional adotada pelo Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (CONSEA, 2010), segundo o qual esta consiste na realização de direito de todos ao acesso regular e permanente a alimentos de qualidade, em

quantidade suficiente, sem comprometer a outras necessidades essenciais tendo como base práticas alimentares promotoras de saúde que respeitem a diversidade cultural e que sejam ambiental, cultural, econômica e socialmente sustentáveis.

Nesse sentido, o fortalecimento da agricultura familiar e do agroextrativismo se torna estratégico para promoção do acesso regular e permanente aos alimentos. No entanto, vimos que o processo de modernização da agricultura, em particular no Maranhão, distancia esse acesso quando privilegia a monocultura para exportação. Entretanto, dispondo apenas de cerca de 25% da área total e de ter acesso a 20% do crédito oferecido ao setor (CONSEA, 2010), os agricultores familiares respondem por boa parte da produção de alimentos do país.

A dimensão cultural de saberes e práticas alimentares dos agricultores quilombolas, enquanto fenômeno cultural, é parte integrante do próprio corpo, onde os comportamentos e os hábitos são gerados (GEERTZ, 1978). Assim, o local e tamanho das roças vai definir a quantidade produzida, e com um possível excedente, obter renda para a compra dos alimentos não produzidos. Não ter terra suficiente para cultivo das espécies alimentares leva o quilombola a ficar sujeito a trabalhos temporários que geram baixa renda, e consequentemente a insegurança alimentar.

A insegurança alimentar não traduz apenas a dificuldade em adquirir o alimento, mas também no crescente acesso a alimentos de baixo teor nutricional. Esses alimentos possuem um valor menor no mercado, fazendo com que as famílias quilombolas adquiram-nos com maior facilidade devido à renda que possuem.

Observa-se, portanto, que os conflitos agrários, a dificuldade na aquisição do crédito, principalmente dos agricultores familiares empobrecidos, o assédio empresarial para suprir as demandas dos grandes empreendimentos rurais e urbano-industriais, e uma facilidade na aquisição de alimentos, a partir da modernização do consumo, implicam diretamente no cotidiano de suas práticas agrícolas, que por vezes, deixam total ou parcialmente a produção.

Portanto, o Estado deve articular uma política que tenha como elementos estratégicos o fortalecimento da agricultura familiar e uma reforma agrária efetiva. Tais elementos são relevantes para o enfrentamento da pobreza, das desigualdades raciais e de gênero, e para promoção da segurança alimentar. Nas comunidades

remanescentes de quilombos, esse contexto fica visível e urge o comprometimento do Estado na defesa de seus direitos socioeconômicos e culturais.

4 CONTEXTUALIZAÇÃO DEMOGRÁFICA E SOCIOECONÔMICA DA MICRORREGIÃO DO MÉDIO MEARIM

A microrregião Médio Mearim é constituída por 09 (nove) municípios: Bernardo do Mearim, Esperantinópolis, Igarapé Grande, Lima Campos, Pedreiras, Poção de Pedras, São Raimundo do Doca Bezerra, São Roberto e Trizidela do Vale (Figura 1). Caracterizava-se, no final do século XIX, numa região com muitas águas, das chuvas e dos rios, com grande extensão de terras disponíveis para o plantio e de muito trabalho na lavoura, no comércio, nas tropas de burro e nas usinas de beneficiamento de arroz e algodão. Terras que atraíram a partir da década de 1920 levas de migrantes nordestinos.

Figura 1: Microrregião do Médio Mearim



Fonte: IMESC, 2010

Segundo Porro, Mesquita e Santos (2004, p. 23-24), é a partir da segunda década do século XX que a região do Mearim é ocupada por milhares de famílias,

fugitivas da seca no nordeste semiárido, principalmente vindas dos estados do Ceará e Piauí. Assim, têm-se um contexto de aumento da coação sobre o estoque de terras; relações de parcerias e de arrendamento para a produção agrícola, nas terras de ocupação já consolidada; um sistema de produção agroextrativista que combina a agricultura de queima e pousio, tendo o arroz como principal produto, com o extrativismo do coco babaçu.

A partir de 1932, o Estado do Maranhão empreende planos de desenvolvimento econômico e ações articuladas às políticas do governo federal no sentido de subsidiar a vinda de migrantes atingidos pelas secas do sertão nordestino para áreas de fronteira agrícola no Médio Mearim. Levas de “retirantes” embarcam no Porto de Natal com destino a São Luís, de onde são levados para a Colônia de Lima Campos, localizada a quatro léguas da cidade de Pedreiras. A partir de então, pode-se observar em outros anos de seca – 1942, 1953 e 1958 – a chegada de novas levas em movimentos “espontâneos”, provavelmente impulsionados pelas fabulosas notícias da região, propaladas de boca em boca (BORGES, 2009)

Trovão (2008, p.25) ressalta que, dentre os fatos que caracterizam a corrente dos migrantes da seca, temos o estabelecimento do perfil econômico do Maranhão como um Estado efetivamente agrícola. Pois, em momento anterior dos migrantes da seca, a produção rural do Maranhão se pautava no algodão, no arroz e num pequeno período no extrativismo do babaçu. O migrante nordestino, embora tenha aprendido com o maranhense nativo o cultivo do arroz, não só diversificou e aumentou a produção, como dinamizou a produção de outros grãos, como o milho, de tubérculos como a batata e macaxeira (o maranhense, embora em pequena escala, já produzia mandioca) o feijão e outros, transformando assim os vales úmidos em um grande celeiro de alimentos.

Contudo, as origens das unidades familiares de produção e uso da terra no Mearim, estão atreladas a dois principais contextos. O primeiro consistiu na desestruturação de grandes fazendas escravistas, que com fim destas, foram entregues ou abandonadas aos ex-escravos e aos seus descendentes. Estas se localizavam próximos de rios. O segundo caracteriza-se pela composição de pequenos povoados que nasceram da ocupação espontânea da região (PORRO; MESQUITA, SILVA, 2004, p. 58).

Conforme o último censo de 2010, a microrregião possui uma área de 3.558,876 Km², distribuída em nove municípios, perfazendo 1,07% da área total do Maranhão. Houve um aumento populacional em relação ao censo de 2007, passando de 128.210 para 137.068 pessoas, sendo que 87.877 (64,11%) estão localizadas na zona urbana e 49.191 (35,89%) na área rural. A densidade demográfica é de 38,51 hab./Km². Em relação à distribuição da população por zonas urbana e rural, verifica-se uma concentração de mais de 64% dos habitantes vivendo na área urbana (Tabela 4).

Tabela 4: Caracterização geográfica e demográfica, segundo os municípios-Maranhão (2010)

Estado/Região/Municípios	ÁREA (Km ²)	População (2010)			Densidade demográfica (hab./Km ²)
		Urbana	Rural	Total	
MARANHÃO	331.937,450	4.147.640	2.427.640	6.574.789	19,81
MÉDIO MEARIM	3.558,876	87.877	49.191	137.068	38,51
Bernardo do Mearim	261,451	2.324	3.672	5.996	22,93
Esperantinópolis	480,917	10.035	8.417	18.452	38,37
Igarapé Grande	324,248	6.664	4.377	11.041	29,50
Lima Campos	321,932	6.793	4.630	11.423	35,48
Pedreiras	288,432	32.937	6.511	39.448	136,77
Poção de Pedras	961,935	8.378	11.330	19.708	20,13
São Raimundo do Doca Bezerra	419,352	1.731	4.359	6.090	14,52
São Roberto	227,463	2.845	3.112	5.957	26,19
Trizidela do Vale	222,946	16.170	2.783	18.953	85,01

Fonte: IBGE, Censo Demográfico 2010. Rio de Janeiro: IBGE, 2012.

Em relação à distribuição da população por gênero, a tabela 5, a seguir, mostra uma diferença (1,84%) de mais mulheres do que homens na região. No Maranhão essa diferença é de apenas 0,78%. Esses dados acompanham o cenário nacional, no qual as mulheres superam em mais de 3,9 milhões o número de homens. Na tabela 6, temos a distribuição por faixa etária da população em estudo.

Tabela 5: Distribuição da população por gênero, segundo os municípios - Maranhão (2010)

Estado/Região/Municípios	Homens	Mulheres
MARANHÃO	3.261.515	3.313.274
MÉDIO MEARIM	67.286	69.782
Bernardo do Mearim	2.973	3.023
Esperantinópolis	9.075	9.377
Igarapé Grande	5.426	5.615
Lima Campos	5.615	5.808
Pedreiras	18.860	20.588
Poção de Pedras	9.919	9.789
São Raimundo do Doca Bezerra	3.186	2.904
São Roberto	3.091	2.866
Trizidela do Vale	9.141	9.812

Fonte: IBGE, Censo Demográfico 2010. Rio de Janeiro: IBGE, 2012.

Tabela 6: População residente, por faixa etária, segundo os municípios- Maranhão (2010)

Estado/Região Municípios	0 a 3	4 a 6	7 a 9	10 a 14	15 a 17	18 e 19	20 a 24	25 a 29	30 a 39	40 a 49	50 a 59	60 a mais
MARANHÃO	502.815	399.612	407.626	725.332	414.954	267.397	656.128	595.037	903.842	661.339	473.049	567.657
MÉDIO MEARIM	10.144	7.664	8.039	14.072	8.525	5.202	12.901	12.054	18.809	14.298	10.736	14.628
Bernardo do Mearim	413	417	276	616	335	244	519	515	893	655	446	666
Esperantinópolis	1.381	1.099	1.172	2.013	1.269	751	1.733	1.558	2.306	1.831	1.437	1.903
Igarapé Grande	747	604	649	1.132	641	428	1.045	979	1.488	1.189	892	1.248
Lima Campos	724	714	692	1.126	660	430	1.040	958	1.419	1.273	1.016	1.371
Pedreiras	3.005	1.881	2.230	3.828	2.316	1.445	3.789	3.423	5.771	4.277	3.107	4.377
Poção de Pedras	1.337	1.128	1.157	1.994	1.282	760	1.745	1.806	2.633	2.064	1.634	2.168
São Raimundo do Doca Bezerra	431	473	412	757	503	237	573	502	737	553	432	480
São Roberto	575	349	362	698	430	265	574	557	841	540	345	422
Trizidela do Vale	1.531	999	1.089	1.908	1.089	642	1.883	1.756	2.721	1.916	1.427	1.993

Fonte: IBGE, Censo Demográfico 2010. Rio de Janeiro: IBGE, 2012.

Visualiza-se que a maioria da população está entre 15 a 39 anos de idade (41,94%), podendo ser considerada uma população jovem que demanda políticas públicas para as áreas de educação (formação básica, superior e profissional), como também, de empregabilidade nos diversos setores produtivos. A segunda faixa de idade com maior percentual é de 0 a 14 anos (29,12%), que demanda as mesmas políticas ditas acima. A faixa de idade entre 40 a 60 anos e mais (28,94%), vem crescendo com influência do aumento da expectativa de vida do brasileiro para 74 anos.

Em relação ao Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), a partir dos dados da tabela 7 abaixo, é notória uma diferença pequena entre os índices dos municípios que compõem a microrregião. Infere-se assim, um contexto par igual de problemas e características socioeconômicas, que os levam a configurarem, na maioria, nas duas mil últimas posições.

Tabela 7: Índice de Desenvolvimento Humano, por dimensão: renda, longevidade e educação, segundo os municípios - Maranhão -1991/2000

Municípios	IDH		IDH - Renda		IDH - Longevidade		IDH - Educação		Ranking
	1991	2000	1991	2000	1991	2000	1991	2000	
Bernardo do Mearim	0.458	0.579	0.386	0.478	0.509	0.585	0.48	0.674	4996º
Esperantinópolis	0.4798	0.593	0.427	0.482	0.52	0.618	0.482	0.68	4792º
Igarapé Grande	0.517	0.602	0.442	0.482	0.514	0.597	0.596	0.726	4622º
Lima Campos	0.522	0.581	0.482	0.502	0.566	0.585	0.518	0.655	4962º
Pedreiras	0.568	0.639	0.521	0.559	0.535	0.592	0.649	0.765	3958º
Poção de Pedras	0.486	0.582	0.415	0.444	0.545	0.617	0.497	0.686	4948º
São Raimundo do Doca Bezerra	0.455	0.549	0.455	0.419	0.537	0.574	0.373	0.653	5315º
São Roberto	0.417	0.502	0.395	0.39	0.433	0.529	0.423	0.586	5484º
Trizidela do Vale	0.521	0.608	0.477	0.51	0.535	0.592	0.55	0.721	4528º

Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil, 2003.

Em relação à base econômica do Médio Mearim, a microrregião ocupa a 12ª posição, entre as 32 regiões existentes, na participação do PIB do Maranhão com 1,72%. Analisando a tabela do PIB do Médio Mearim na Figura 2, a seguir, nota-se entre os três setores de atividade econômica no valor adicionado da região uma

concentração no setor de serviços (52,63%). Em seguida, o setor agropecuário (36,10%) e o setor da indústria (11,27%).

Figura 2: PIB da microrregião do Médio Mearim, Maranhão (2010)

Tabela 27 - Médio Mearim - PIB a preço de mercado corrente, percentual de participação no PIB do MA, população, PIB per capita, valores agregados a preços correntes - 2010

MARANHÃO		45.255.942	100%	6.569.683	6.888,60	6.969.107	6.350.799	27.133.723
MUNICÍPIOS	Nº	PIB mil R\$	% do PIB	População	PIB per capita R\$	VA Agro mil R\$	VA Indústria mil R\$	VA Serviços mil R\$
18 – REGIÃO DO MÉDIO MEARIM	12º	779.046	1,72	137.098	5.682,41	281.305	59.402	410.016
Bernardo do Mearim	164º	42.643	0,09	5.996	7.111,85	25.315	2.029	14.809
Esperantinópolis	102º	78.475	0,17	18.456	4.252,03	27.547	6.342	42.735
Igarapé Grande	141º	52.337	0,12	11.047	4.737,64	19.040	3.906	28.158
Lima Campos	156º	45.743	0,10	11.415	4.007,31	13.383	4.143	27.214
Pedreiras	21º	265.433	0,59	39.481	6.723,05	72.335	22.748	154.236
Poção de Pedras	43º	144.125	0,32	19.705	7.314,13	79.722	6.933	55.599
São Raimundo do Doca Bezerra	203º	28.103	0,06	6.090	4.614,67	12.457	1.790	13.478
São Roberto	211º	23.256	0,05	5.957	3.903,96	7.979	1.805	13.166
Trizidela do Vale	74º	98.931	0,22	18.951	5.220,37	23.528	9.706	60.621

Fonte: IMESC; IBGE

Conforme dados divulgados pelo IMESC/IBGE (2008) da microrregião, no setor de serviços, as principais participações no valor adicionado são: administração pública (44,83%), atividades imobiliárias e aluguéis (19,05%), comércio e serviços de manutenção e reparação (8,87%) e transportes (6,91%). No setor da agropecuária, as participações das atividades econômicas no valor adicionado são: silvicultura e exploração florestal e serviços relativos (57,71%), agricultura (20,54%), pecuária (20,1%) e pesca (1,65%). Finalizando com os tipos de indústria na participação do valor adicionado do setor temos: construção civil (55,36%), serviços industriais de utilidade pública (25,67%) e indústria de transformação (18,97%).

Na tabela 8, a seguir, considerando as variações nominais entre o ano de 2009 e 2010, observa-se que houve um aumento (7,54%) da participação do setor agropecuário no valor adicionado do PIB da microrregião do Médio Mearim no ano de 2010 em relação ao anterior. No setor da indústria, a participação no valor adicionado diminuiu (-1,05%), como também, houve diminuição da participação no valor adicionado do setor de serviços (-6,09%).

Tabela 8: Valor adicionado a preços correntes, por setor econômico, segundo os municípios, Maranhão, 2009-2010

Estado/Região Municípios	Valor Adicionado (mil R\$)							
	2009				2010			
	Total	Agropecuária	Indústria	Serviços	Total	Agropecuária	Indústria	Serviços
MARANHÃO	39.854.677	5.982.495	5.536.844	24.547.381	45.255.942	6.969.107	6.350.799	27.133.723
MÉDIO MEARIM	629.861	179.918	54.617	369.874	779.046	281.306	59.402	410.016
Bernardo do Mearim	32.024	16.530	1.858	13.184	42.643	25.315	2.029	14.809
Esperantinópolis	64.416	17.170	5.751	39.985	78.475	27.547	6.342	42.735
Igarapé Grande	44.710	12.354	3.638	27.706	52.337	19.040	3.906	28.158
Lima Campos	41.301	10.382	3.901	26.067	45.743	13.383	4.143	27.214
Pedreiras	215.891	39.663	21.760	140.167	265.433	72.335	22.748	154.236
Poção de Pedras	94.886	46.408	5.297	41.708	144.125	79.722	6.933	55.599
São Raimundo do Doca Bezerra	19.811	8.362	1.251	9.747	28.103	12.457	1.790	13.478
São Roberto	17.891	5.521	1.455	10.689	23.256	7.979	1.805	13.166
Trizidela do Vale	98.931	23.528	9.706	60.621	93.931	23.528	9.706	60.621

Fonte: IMESC/IBGE, 2012.

Na análise estatística feita pelo IMESC/IBGE (2012), são apontados os municípios com as maiores variações nominais, negativas e positivas, em relação ao ano anterior. Dentre os que fazem parte do Médio Mearim, temos São Raimundo do Doca Bezerra, com variação positiva, do aumento na participação em relação ao VA de Serviços do Estado que foi originado através da atividade econômica APU – administração pública e atividade imobiliária e aluguéis. Mudança de Posto de 215º para 208º em 2010. Em particular, o APU com a mudança de posto 214º, em 2009, para 202º em 2010.

Em relação à variação positiva do PIB, temos Poção de Pedras, com a terceira maior do estado, com o aumento originado da atividade econômica silvicultura, exploração vegetal e serviços relacionados. Apresentou mudança no *ranking* de 68º para 43º posto. Entretanto, mesmo com essas variações, o município de Pedreiras ocupa a 21ª posição no *ranking*, a melhor da microrregião.

Quando se trata da renda média domiciliar *per capita* e o índice de GINI (Tabela 9), temos um cenário da região que não se distancia da realidade do Maranhão, na qual a renda média domiciliar *per capita* do estado é de R\$ 319,00 e o índice de GINI de 0,545. Destaca-se Pedreiras com R\$ 431,08 de renda média, acima da média do estado, e Bernardo do Mearim (0,4736) e Trizidela do Vale (0,4797) com índices de GINI abaixo do índice do estado.

Tabela 9: Renda média domiciliar *per capita* e índice de GINI (2010)

Municípios	Renda média domiciliar <i>per capita</i> (R\$)	Índice de GINI da renda domiciliar <i>per capita</i>
Bernardo do Mearim	233,88	0,4736
Esperantinópolis	260,46	0,5988
Igarapé Grande	287,25	0,5319
Lima Campos	290,79	0,5980
Pedreiras	431,08	0,5702
Poção de Pedras	230,52	0,5466
São Raimundo do Doca Bezerra	151,73	0,5539
São Roberto	151,38	0,5463
Trizidela do Vale	261,24	0,4797

Fonte: IBGE, Censo Demográfico 2010. Rio de Janeiro: IBGE, 2012.

O setor da agropecuária (36,10%) é o segundo maior peso da economia do Médio Mearim. Nesse sentido, a agricultura no valor adicionado possui participação de 20,54%. Assim, em referência à tabela 10, temos como principais produtos da lavoura permanente a banana, que corresponde a 18,32% da quantidade produzida no estado, seguida pela laranja, adicionando 10,01% na produção estadual, e o coco da Bahia, com 5,70% do total produzido no Maranhão.

Tabela 10: Principais produtos agrícolas (lavoura permanente), por rendimento médio e quantidade produzida, segundo os municípios - Maranhão -2011

Estado/Região/Municípios	Banana (ton.)		Castanha de caju (ton.)		Coco da Bahia (mil frutos)		Laranja (ton.)	
	RM	QTDE	RM	QTDE	RM	QTDE	RM	QTDE
MARANHÃO	10.105	105.473	270	5.114	3.174	8.578	6.192	6.713
MÉDIO MEARIM	--	19.323	--	9	--	489	--	672
Bernardo do Mearim	15.517	450	222	2	4.272	47	4.272	47
Esperantinópolis	15.122	1.845	222	2	4.357	61	7.000	91
Igarapé Grande	13.879	805			7.083	85	5.785	81
Lima Campos	13.847	4.085					8.000	80
Pedreiras	14.364	6.938	230	3	6.833	82	8.000	72
Poção de Pedras	13.000	585	250	2	3.500	49	7.583	91
São Raimundo do Doca Bezerra	13.023	560	--	--	5.500	55	7.750	62
São Roberto	12.000	420	--	--	5.500	55	7.875	63
Trizidela do Vale	14.254	3.635	--	--	5.500	55	7.083	85

Fonte: IBGE, Produção Agrícola Municipal 2011. Rio de Janeiro: IBGE, 2012.

RM- Rendimento médio

QTDE- Quantidade produzida

Na lavoura temporária, têm-se uma produção bastante diversificada (tabela 11), sendo que o cultivo que mais se destaca é o de arroz, é o produto que possui a maior quantidade produzida (24.681 toneladas) no Médio Mearim. Em seguida, temos o milho, a mandioca e cana-de-açúcar, com maiores quantidades produzidas. Entretanto, a participação na quantidade produzida no estado é pequena. O arroz é 3,48%, o milho 2,53%, a mandioca 0,28% e a cana-de-açúcar 6,12%.

Tabela 11: Principais produtos agrícolas (lavoura temporária), por rendimento médio e quantidade produzida, segundo os municípios - Maranhão -2011

Estado/Região Municípios	Arroz (ton.)		Cana-de-açúcar (ton.)		Feijão (ton.)		Mandioca (ton.)		Milho (ton.)		Abacaxi (mil frutas)		Melancia (ton.)	
	RM	QTDE	RM	QTDE	RM	QTDE	RM	QTDE	RM	QTDE	RM	QTDE	RM	QTDE
MARANHÃO	1.509	707.846	2.673.211	55.043	474	43.030	8.577	1.780.279	1.694	646.209	19.228	23.170	10.518	50.722
MÉDIO MEARIM	--	24.681	--	3.374	--	1.127	--	5.061	--	16.398	--	400	--	1.728
Bernardo do Mearim	1.775	1.479	--	--	969	131	9.791	1.175	1.704	1.336	--	--	--	--
Esperantinópolis	1.633	2.698	37.172	1.078	1.002	173	10.081	615	1.990	2.052	--	--	8.333	125
Igarapé Grande	1.569	2.226	--	--	978	148	10.267	729	1.447	1.667	--	--	--	--
Lima Campos	1.769	1.805	29.000	464	906	45	10.137	294	1.160	520	--	--	9.500	95
Pedreiras	1.993	1.904	29.965	869	958	86	9.956	458	1.839	1.391	--	--	8.146	725
Poção de Pedras	1.781	7.559	--	--	809	300	10.113	445	1.444	6.133	15.000	225	9.583	115
São Raimundo do Doca Bezerra	1.511	3.081	--	--	888	103	9.542	334	1.441	2.294	14.583	175	7.090	78
São Roberto	1.849	2.835	--	--	1.014	60	10.122	496	1.895	199	--	--	9.545	105
Trizidela do Vale	1.790	1.094	24.692	963	1.039	81	10.098	515	1.628	806	--	--	8.220	485

Fonte: IBGE, Produção Agrícola Municipal 2011. Rio de Janeiro: IBGE, 2012.

RM- Rendimento médio

QTDE- Quantidade produzida

A pecuária tem participação de 20,1% no valor adicionado do setor agropecuário da microrregião. Assim, a tabela 12 traz alguns efetivos rebanhos e produtos de origem animal, segundo os municípios do Médio Mearim. Excluíram-se aqui os rebanhos dos asininos, muares e equinos. Então, temos os rebanhos de bovinos e galos, frangos, frangas e pintos como os mais numerosos, sendo o último com 6,30% de participação no total do estado. Destaca-se o rebanho de galinhas (6,1%), o leite de vaca (5,9%) e os ovos de galinha (8,44%) na produção estadual.

Tabela 12: Alguns efetivos rebanhos e produtos de origem animal, segundo os municípios, Maranhão-2011

Estado/Região Municípios	Bovinos (cabeça)	Suínos (cabeça)	Caprinos (cabeça)	Ovinos (cabeça)	Galos, Frangos, Frangas e pintos (cabeça)	Galinhas (cabeça)	Leite de vaca (mil litros)	Ovos de galinha (mil dúzias)
MARANHÃO	7.264.106	1.304.193	369.450	231.348	7.202.099	2.509.730	386.673	9.264
MÉDIO MEARIM	156.194	32.375	6.777	2.929	453.933	154.755	23.150	782
Bernardo do Mearim	26.636	2.629	372	494	31.879	11.084	2.724	55
Esperantinópolis	14.807	5.850	906	372	38.369	16.603	2.438	93
Igarapé Grande	16.132	1.226	325	121	15.587	10.635	1.011	49
Lima Campos	7.469	1.573	391	119	17.162	5.569	540	32
Pedreiras	19.242	1.332	649	655	141.442	57.521	4.974	288
Poção de Pedras	47.791	14.144	2.088	454	80.757	36.492	4.972	179
São Raimundo do Doca Bezerra	6.811	2.477	1.086	192	20.716	6.919	1.315	33
São Roberto	6.331	1.978	459	126	9.413	3.468	878	17
Trizidela do Vale	10.975	1.166	501	396	98.608	6.464	4.298	36

Fonte: IBGE, Produção da Pecuária Municipal 2011. Rio de Janeiro: IBGE, 2012.

A silvicultura, exploração florestal e serviços relacionados têm a maior participação (57,71%) no valor adicionado do setor agropecuário da microrregião. Observando a tabela 13, a seguir, temos a amêndoa do coco babaçu como o principal produto de extração vegetal. A participação do Médio Mearim na produção estadual é de 16,37%, portanto, é de se considerar que essa atividade possui significância econômica e sociocultural com as quebradeiras de coco babaçu.

Tabela-13: Quantidade dos principais produtos da extrativa vegetal em toneladas, segundo os municípios - Maranhão - 2011

Estado/Região Municípios	Castanha de caju	Carvão Vegetal	Lenha (metro cúbico)	Oleaginosos	Babaçu (amêndoas)
MARANHÃO	5	339.773	2.725.794	96.160	96.160
MÉDIO MEARIM	--	9.788	1.131	15.742	15.742
Bernardo do Mearim	--	815	--	1.677	1.677
Esperantinópolis	--	1.439	--	768	768
Igarapé Grande	--	494	--	1.406	1.406
Lima Campos	--	198	--	428	428
Pedreiras	--	813	1.131	5.783	5.783
Poção de Pedras	--	3.776	--	4.781	4.781
São Raimundo do Doca Bezerra	--	903	--	2	2
São Roberto	--	512	--	17	17
Trizidela do Vale	--	838	--	880	880

Fonte: IBGE, Extração Vegetal e da Silvicultura Municipal 2011. Rio de Janeiro: IBGE, 2012.

Em relação ao salário médio e estoque de emprego formal, conforme tabela 14, a seguir, há predominância das atividades de administração pública, comércio e serviços. Em 2011 no Médio Mearim foram criados 5.339 postos de trabalho na administração pública, 1.999 postos no comércio e 884 postos em serviços. A atividade que menos criou postos de trabalho foi a de serviços industriais de utilidade (122). A variação do salário médio, entre os municípios da microrregião, na administração pública foi de R\$ 743,08 a R\$ 1.091,52; no comércio foi de R\$ 577,26 a 753,15; e nos serviços de R\$ 880,24 a 2.946,83.

Quando se trata da variação do estoque de emprego formal (2010-2011) e taxa de desemprego (16a+, 2010), conforme tabela 15, a seguir, temos, dentre os municípios, maior variação positiva em Pedreiras, nas atividades de administração pública (319), comércio (117) e serviços (63). Com maior variação negativa em Poção de Pedras, atividade de administração pública. Destaca-se a atividade agropecuária que teve variação negativa em todos os municípios do Médio Mearim. Têm-se, por fim, a maior taxa de desemprego (13,47) em Esperantinópolis, e a menor (2,91) em São Raimundo do Doca Bezerra.

Tabela 14: Salário médio e estoque de emprego formal, por atividade, segundo municípios- Maranhão- 2011

Municípios	Indústria de transformação		Serviços industriais de utilidade		Construção civil		Comércio		Serviços		Administração pública		Agropecuária	
	n.º emprego	Salário médio (R\$)	n.º emprego	Salário médio (R\$)	n.º emprego	Salário médio (R\$)	n.º emprego	Salário médio (R\$)	n.º emprego	Salário médio (R\$)	n.º emprego	Salário médio (R\$)	n.º emprego	Salário médio (R\$)
Bernardo do Mearim	--	--	--	--	--	--	10	577,26	--	--	157	1.091,52	16	640,68
Esperantinópolis	3	859,98	--	--	72	623,82	99	753,15	40	1.510,22	578	643,46	--	--
Igarapé Grande	21	545,00	2	1.708,83	--	--	20	721,56	15	2.946,83	323	967,11	29	1.007,56
Lima Campos	20	517,20	--	--	--	--	33	585,93	21	1.799,47	494	930,97	10	566,52
Pedreiras	158	663,27	124	2.242,71	63	796,41	1.483	723,23	677	1.274,83	1.718	1.043,60	40	556,52
Poção de Pedras	--	--	--	--	--	--	46	747,17	22	2.043,32	842	1.024,97	11	553,78
São Raimundo do Doca Bezerra	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	342	830,20	--	--
São Roberto	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	192	1.106,02	--	--
Trizidela do Vale	120	668,90	--	--	16	916,32	308	702,52	109	880,24	693	743,08	25	577,87

Fonte: RAIS/TEM/ISPER

Tabela 15: Variação do estoque de emprego formal, 2010-2011 e taxa de desemprego (2010), segundo os municípios, Maranhão- 2010-2011

Municípios	Indústria de transformação	Serviços industriais de utilidade	Construção civil	Comércio	Serviços	Administração pública	Agropecuária	Taxa de desemprego (16a e+)
	Variação	Variação	Variação	Variação	Variação	Variação	Variação	
Bernardo do Mearim	--	--	--	7	-1	-2	-4	3,77
Esperantinópolis	2	--	63	37	16	-3	-1	13,47
Igarapé Grande	21	0	--	-1	6	317	0	4,51
Lima Campos	3	--	--	6	6	1	-2	2,69
Pedreiras	-25	0	35	117	63	319	4	8,41
Poção de Pedras				-17	2	-165	-10	3,83
São Raimundo do Doca Bezerra	--	--	--	--	--	20	--	2,91
São Roberto	--	--	--	--	--	1	--	3,56
Trizidela do Vale	-18	--	-7	9	22	9	0	5,28

Fonte: RAIS/TEM/ISPER

Em relação à transferência de renda através de programas sociais, temos na tabela 16, abaixo, o montante de recursos destinados e a quantidade de famílias beneficiadas pelo Programa Bolsa Família no Médio Mearim. Observa-se que do total de famílias residentes em domicílios, na microrregião, temos 64,96% que recebem o benefício do programa. Têm-se o município de São Raimundo do Doca Bezerra com 81,37% de famílias beneficiadas do total de residentes. Essa situação aponta para uma forte fragilidade social sem aparente possibilidade de mudanças na situação socioeconômica dessas famílias em curto prazo.

Tabela 16: Total destinado e quantidade de famílias beneficiadas pelo Programa Bolsa Família, segundo municípios, Maranhão- 2011/2012

Região/Municípios	Total destinado (R\$)		Quantidade de Famílias beneficiadas		Famílias residentes em domicílios 2010
	2011	2012 (até novembro)	2011	2012 (até novembro)	
MÉDIO MEARIM	30.213.365,00	27.568.448,00	23.572	24.164	37.195
Bernardo do Mearim	1.311.577,00	1.213.706,00	1.033	1.076	1.584
Esperantinópolis	4.660.722,00	4.162.004,00	3.530	3.524	4.903
Igarapé Grande	2.003.872,00	1.991.848,00	1.707	1.747	2.974
Lima Campos	2.831.387,00	2.493.028,00	2.213	2.217	3.273
Pedreiras	7.753.490,00	6.604.182,00	5.912	5.705	10.886
Poção de Pedras	4.816.688,00	4.560.988,00	3.841	4.162	5.423
São Raimundo do Doca Bezerra	1.255.684,00	1.429.782,00	1.058	1.158	1.423
São Roberto	1.321.137,00	1.289.356,00	1.021	1.084	1.454
Trizidela do Vale	4.258.808,00	3.823.554,00	3.257	3.491	5.275

Fonte: DATAPREV/IBGE, censo 2010.

Na tabela 17, a seguir, visualiza-se o valor de benefícios previdenciários dos anos de 2009 a 2010. Nota-se o aumento de 11,36% (R\$ 18.739.678) no valor total de 2010 em relação ao ano anterior. Esse tipo de renda tem papel importante na circulação de dinheiro no comércio e serviços de cada município dessa microrregião.

Tabela 17: Valor de benefícios emitidos pela Previdência, segundo municípios, Maranhão- 2009/2010

Região/Municípios	Benefícios Emitidos (R\$)	
	2009	2010
MÉDIO MEARIM	164.921.222	183.660.900
Bernardo do Mearim	161.750	--
Esperantinópolis	22.819.694	25.848.041
Igarapé Grande	18.068.427	20.255.375
Lima Campos	17.115.508	18.942.781
Pedreiras	82.826.544	92.733.656
Poção de Pedras	20.825.456	22.987.765
São Raimundo do Doca Bezerra	--	--
São Roberto	1.314.634	1.198.481
Trizidela do Vale	1.789.209	1.694.801

Fonte: SINTESE/DATAPREV

De acordo com dados disponibilizados pelo Instituto Nacional de Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), expostos na tabela 18, a seguir, a microrregião do Médio Mearim possui um total de 2.444 docentes distribuídos em 587 escolas de dependência administrativa particular, municipal e estadual, com o oferecimento da pré-escola, ensino fundamental e ensino médio. Cabe ressaltar que a maioria dos docentes e quantitativo de escolas fazem parte do contexto do ensino fundamental.

Na tabela 19, a seguir, temos o quantitativo de matrículas por nível de ensino e as transferências do FUNDEB para as esferas municipais e estaduais no provimento de condições necessárias ao desenvolvimento do processo educacional. Verifica-se que a maior parte das matrículas concentra-se no ensino fundamental (23.442), seguido da educação infantil (6.497).

Entende-se que a educação é a porta de acesso para emancipação do sujeito. Desse modo, a escolarização é a via possível para uma formação integral dos sujeitos e da coletividade. Esta relaciona-se diretamente a investimento não só da qualidade do ensino e da gestão das escolas, mas também de investimento em infraestrutura física e de recursos humanos. Professores e demais profissionais da educação precisam debruçar-se sobre este ofício de forma integral e para isto, precisam ter condições físicas, financeiras e emocionais adequadas.

Tabela 18: Quantidade de docentes e rede escolar, segundo os municípios- Maranhão- 2009

Região/Municípios	Quantidade de Docentes (1)										Quantidade de Escolas (2)									
	Pré-escolar			Ensino Fundamental			Ensino Médio			Total (1)	Pré-escolar			Ensino Fundamental			Ensino Médio			Total (2)
	EP	EPM	EPE	EP	EPM	EPE	EP	EPM	EPE		EP	EPM	EPE	EP	EPM	EPE	EP	EPM	EPE	
MÉDIO MEARIM	32	317	0	122	1233	253	59	27	401	2.444	12	242	0	11	265	17	6	4	30	587
Bernardo do Mearim	4	11	0	10	59	7	0	0	22	113	1	16	0	1	16	1	0	0	2	37
Esperantinópolis	3	33	0	9	239	55	0	27	60	426	1	37	0	1	45	3	0	4	4	95
Igarapé Grande	3	16	0	6	103	38	0	0	33	199	1	17	0	1	17	3	0	0	4	43
Lima Campos	4	24	0	12	102	28	0	0	31	201	3	23	0	2	26	2	0	0	2	58
Pedreiras	18	96	0	85	215	80	50	0	94	638	6	44	0	6	39	5	5	0	5	110
Poção de Pedras	0	55	0	0	188	33	9	0	95	380	0	57	0	0	61	2	1	0	6	127
São Raimundo do Doca Bezerra	0	24	0	0	96	0	0	0	16	136	0	10	0	0	16	0	0	0	3	29
São Roberto	0	4	0	0	65	0	0	0	15	84	0	17	0	0	22	0	0	0	2	41
Trizidela do Vale	0	54	0	0	166	12	0	0	35	267	0	21	0	0	23	1	0	0	2	47

Fonte: MEC/INEP/IBGE

Legenda:

EP- Escola Particular

EPM- Escola Pública Municipal

EPE- Escola Pública Estadual

Tabela 19: Matrículas por nível de ensino e transferência de recursos para Educação (FUNDEB), segundo os municípios- Maranhão- 2012

Região/Municípios	Educação Infantil		Ensino Fundamental		Ensino Médio	Educação de Jovens e Adultos (EJA)		Receitas do FUNDEB (2012) por esfera de governo municipal e estadual (R\$)
	Creche	Pré-escola	Anos iniciais	Anos finais		Fundamental	Médio	
MÉDIO MEARIM	1.159	5.338	12.853	10.589	5.627	3.543	40	74.524.887,24
Bernardo do Mearim	62	173	487	344	262	131	--	2.873.327,76
Esperantinópolis	149	683	1.793	1.494	974	511	26	9.560.052,99
Igarapé Grande	414	347	979	801	436	431	47	6.141.923,69
Lima Campos	170	349	1.128	937	408	70	--	5.430.545,54
Pedreiras	--	1.631	2.716	2.531	1.593	322	330	16.864.984,62
Poção de Pedras	229	693	1.975	1.783	777	1.296	--	13.237.928,55
São Raimundo do Doca Bezerra	--	328	857	586	237	99	--	4.515.572,91
São Roberto	135	97	1.009	661	420	434	--	5.269.510,36
Trizidela do Vale	--	1.037	1.909	1.452	520	249	57	10.631.040,82

Fonte: MEC/INEPE, Censo Escolar 2012

A distorção entre idade e série é um dos fatores que contribuem para o baixo nível de escolarização, propiciando pouca aderência dos jovens ao ensino formal, e consequentemente, a evasão ou abandono escolar. Desse modo, é oportuno ilustrar a taxa de distorção idade série e de abandono (tabela 20), tanto do ensino fundamental como do médio, dos municípios do Médio Mearim. Visualiza-se que a maiores taxas de distorção e abandono estão no ensino médio, como por exemplo, São Raimundo do Doca Bezerra com taxa de distorção de 42,8 e 52 e de abandono de 12,9 e 19,8, respectivamente, ensino fundamental e médio.

Tabela 20: Indicadores da educação no ensino fundamental e médio, segundo municípios, Maranhão 2010/2011

Municípios	Taxa de distorção idade-série-2010		Taxa de abandono-2011	
	Ensino Fundamental	Ensino Médio	Ensino Fundamental	Ensino Médio
Bernardo do Mearim	27,2	51,5	0,5	7,7
Esperantinópolis	29,1	48,6	1,9	13,2
Igarapé Grande	31,7	50,8	3	9,5
Lima Campos	35,6	48	3,3	13,2
Pedreiras	24,4	38,6	3,8	16,9
Poção de Pedras	30,4	46,2	4,5	11,7
São Raimundo do Doca Bezerra	42,8	52	12,9	19,8
São Roberto	45,1	49,1	--	--
Trizidela do Vale	25,9	46,8	2	13,2

Fonte: MEC/INEP

Para acompanhar o desempenho das escolas, a partir de parâmetros fomentados em instituições internacionais, temos a partir de 2007, o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb), que utiliza para o cálculo o desempenho do estudante em avaliações do INEP e taxas de aprovação. Assim, na tabela 21, a seguir, temos o Ideb observado e as metas projetadas dos municípios do Médio Mearim. Destacam-se os municípios de Bernardo do Mearim e Trizidela do Vale, que alcançaram a maior parte de suas metas/anos, e Esperantinópolis e São Raimundo do Doca Bezerra, que somente atingiram uma meta/ano.

Tabela 21: Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) no Ensino Fundamental, segundo os municípios - Maranhão -2009, 2011/2013

Municípios	IDEB observado no Ensino Fundamental				Metas projetadas para o Ensino Fundamental					
	4ª série/5º ano		8ª série/9º ano		4ª série/5º ano			8ª série/9º ano		
	2009	2011	2009	2011	2009	2011	2013	2009	2011	2013
Bernardo do Mearim	3.9	3.7	3.2	4.6	3.8	4.2	4.5	2.9	3.2	3.6
Esperantinópolis	4.0	3.9	3.6	3.6	4.3	4.7	5.0	3.7	3.9	4.3
Igarapé Grande	3.6	4.0	4.0	3.9	3.5	3.9	4.2	3.3	3.6	4.0
Lima Campos	3.3	3.0	3.0	3.0	3.6	4.1	4.3	2.9	3.2	3.5
Pedreiras	3.7	3.6	3.4	3.5	3.6	4.0	4.3	3.0	3.3	3.7
Poção de Pedras	3.6	3.9	3.2	3.3	4.4	4.8	5.0	3.4	3.7	4.1
São Raimundo do Doca Bezerra	2.9	2.7	3.6	3.7	2.7	2.9	3.2	3.5	3.9	4.2
São Roberto	3.6	3.7	3.0	--	2.7	2.9	3.2	3.5	3.9	4.2
Trizidela do Vale	4.1	3.7	3.5	3.7	3.7	4.1	4.4	3.3	3.5	3.9

Fonte: MEC/INEPE

Na tabela 22, abaixo, temos o contexto da quantidade de pessoas alfabetizadas e não alfabetizadas, e a taxa de analfabetismo dos municípios que integram a microrregião do Médio Mearim. Os dados demonstram uma realidade que ainda persiste no estado, Nordeste e Brasil. As taxas observadas, em sua maioria estão acima da média brasileira de 9,6%, e do Maranhão que de 19,31%.

Tabela 22: Quantidade de pessoas alfabetizadas e não alfabetizadas, taxa de analfabetismo (15 anos e+), segundo os municípios- Maranhão- 2010

Municípios	População alfabetizada	População não alfabetizada	Taxa de analfabetismo (%)
Bernardo do Mearim	3.232	1.015	23,9
Esperantinópolis	8.786	3.971	31,1
Igarapé Grande	5.766	2.133	27,0
Lima Campos	5.497	2.655	32,6
Pedreiras	22.791	5.587	19,7
Poção de Pedras	9.480	4.607	32,7
São Raimundo do Doca Bezerra	2.464	1.551	38,6
São Roberto	2.483	1.492	37,5
Trizidela do Vale	10.047	3.351	25,0

Fonte: IBGE, censo 2010.

Os dados disponibilizados na tabela 23, a seguir, dão conta de alguns indicadores de saúde relevantes para a compreensão do alcance e garantia dos serviços públicos em cada município dessa microrregião. Destaca-se, a taxa de mortalidade infantil, que na maioria dos municípios está acima da taxa estadual (11,97) e do Brasil (14,56). Também, a quantidade de médicos por 1.000 habitantes é baixa, mas enquadra-se dentro da média brasileira de 1,9.

Ademais, um ponto positivo é os dados de cobertura vacinal, que em comparação com anos anteriores, houve significativo aumento. As várias campanhas e programas de imunização implementados nos municípios têm surtido o efeito esperado.

Tabela 23: Indicadores de saúde, segundo municípios- Maranhão-2008/2009

Municípios	Quantidade de Leitos (por 1.000 hab.) 2009	Quantidade de Médicos (por 1.000 hab.) 2009	Número de nascidos vivos 2008	Partos Cesáreos (%) 2008	Mães adolescentes 10 a 19 anos 2008	Taxa de mortalidade (por 1.000 nascidos vivos) 2008	Cobertura vacinal (%) 2009
Bernardo do Mearim	--	0,8	92	32,6	30,4	10,9	138,0
Esperantinópolis	2,3	1,6	418	31,6	32,8	16,7	105,5
Igarapé Grande	3,3	1,5	193	45,1	31,1	25,9	116,1
Lima Campos	3,2	1,5	244	38,5	26,2	12,3	124,6
Pedreiras	4,7	1,7	882	44,9	25,4	23,8	118,6
Poção de Pedras	3,9	1,9	335	44,2	29,6	16,9	99,4
São Raimundo do Doca Bezerra	--	0,7	105	28,6	27,6	19,0	148,0
São Roberto	--	1,0	105	30,5	37,1	9,5	213,0
Trizidela do Vale	2,3	1,1	410	42,1	25,9	7,3	77,6

Fonte: MS/DATASUS/CNES

A saúde não pode ser equivocadamente entendida como ausência de doença, mas sim representar o bem-estar físico-mental e social, sendo necessária a garantia de condicionantes como o saneamento básico e o meio ambiente. Na tabela 24, abaixo, apresenta-se índice de atendimento total de água nos domicílios, atendimento urbano e quantidade de ligações de esgoto. Infere-se a partir dos dados encontrados bons índices em relação ao acesso a água tratada. Contudo, em relação ao esgotamento, ainda se tem a utilização de fossas sépticas, tradicionais e outros meios como valas, córregos, rios e lagoas. Desta feita, implicações de poluições no meio ambiente.

Tabela 24: Percentual de domicílios com rede geral de água e quantidade de ligações de esgoto ativas, segundo os municípios - Maranhão - 2006

Municípios	Índice de atendimento total de água % (domicílios)	Índice de atendimento urbano de água % (domicílios)	Quantidade de ligações de esgoto (ativas)
Bernardo do Mearim	55,34	100	--
Esperantinópolis	75,16	100	--
Igarapé Grande	59,54	100	--
Lima Campos	77	100	--
Pedreiras	82,05	100	--
Poção de Pedras	45,57	100	--
São Raimundo do Doca Bezerra	61,04	100	--
São Roberto	61,55	100	--
Trizidela do Vale	82,63	100	--

Fonte: IBGE, Censo, 2010

Em se tratando de meio ambiente, temos na tabela 25, a seguir, percentuais de desflorestamento e focos de queimada dos municípios da microrregião do Médio Mearim, que compõem a Amazônia Legal. Observa-se que a grande maioria possui elevado percentual de desflorestamento de sua área. O caso de Esperantinópolis (92,53%), Igarapé Grande (99,97%), São Raimundo do Doca Bezerra (98,77%), e o mais crítico, São Roberto com 100%.

Tabela 25: Desflorestamento dos municípios da Amazônia Legal, localizados na Região do Médio Mearim, Maranhão (2011)

Municípios	Área (Km²)	Desflorestamento até 2011	Focos de queimada
Bernardo do Mearim	264	192,5 (72,92%)	81,0
Esperantinópolis	486	449,7 (92,53%)	197,0
Igarapé Grande	380	379,9 (99,97%)	169,0
Lima Campos	326	120,8 (37,06%)	104,0
Pedreiras	291	180,0 (61,86%)	102,0
Poção de Pedras	663	589,9 (88,97%)	186,0
São Raimundo do Doca Bezerra	284	280,5 (98,77%)	116,0
São Roberto	230	230,3 (100,13%)	163,0
Trizidela do Vale	225	153,5 (68,22%)	67,0

Fonte: INPE/PRODS, 2012

Infer-se, diante dos dados, que o Plano Estadual de Prevenção e Controle do Desmatamento e Queimadas do Maranhão (PPCDMA) não parece ter alcançado objetivo geral do plano, para o período 2009-2011, de promover a queda contínua das taxas de desmatamento na Amazônia brasileira, em direção ao desmatamento ilegal zero, por meio de um conjunto de ações integradas de ordenamento territorial e fundiária, monitoramento e controle, fomento a atividades produtivas sustentáveis, envolvendo parcerias entre o setor público federal, os estados, as prefeituras, entidades da sociedade civil organizada e o setor privado.

De forma geral, grande parte da cobertura vegetal encontra-se alterada pelo homem, sendo dominada, portanto, por vegetação secundária. Há, atualmente, uma grande expansão da produção agropecuária e outras atividades antrópicas. Estas resultam em uma expressiva eliminação na cobertura vegetal nativa (desmatamento), com consequente fragmentação florestal e perdas elevadas da biodiversidade, aumento da erosão dos solos e assoreamento de mananciais. O desmatamento é caracterizado principalmente pela retirada da massa florestal ocasionada diretamente pela ação antrópica, para obtenção de solo com objetivos agropecuários e extrativistas, e pelas práticas de queimadas, que proporcionam um aumento no índice de desmatamento que ocorre na região e no Maranhão (MARANHÃO, 2011).

Contudo, ao serem examinados os aspectos demográficos e socioeconômicos da microrregião do Médio Mearim, fornecem-nos importantes subsídios para compreender as questões dessa investigação, assim como para interpretação da dinâmica e dos processos relacionados às reminiscências e alterações das práticas de geração de renda e de consumo do quilombo do Bom Jesus dos Pretos.

5 A COMUNIDADE REMANESCENTE DO QUILOMBO DE BOM JESUS DOS PRETOS EM LIMA CAMPOS, MARANHÃO: aspectos econômicos, demográficos, práticas agrícolas, trabalho e renda

Neste capítulo procura-se abordar os elementos da questão quilombola tomando como espaço territorial a Comunidade “Bom Jesus dos Pretos”. Assim, buscar-se adentrar no objeto de pesquisa propriamente dito, tecendo uma caracterização demográfica e socioeconômica da comunidade, as práticas agrícolas contemporâneas e as formas de trabalho e renda das unidades familiares quilombolas.

5.1 Caracterização demográfica e socioeconômica da comunidade

Considera-se relevante descrever o surgimento do Bom Jesus dos Pretos, que nos remete à época da escravidão. Utilizando a História oral e documentos produzidos, com o objetivo de narrar os principais fatos ocorridos, sem desprender-se do contexto macrotemporal, em que estes estão atrelados.

A partir de documento produzido por Carlos Benedito Rodrigues da Silva (1988) e de relatos de pessoas antigas na comunidade, remonta-se a origem de Bom Jesus dos Pretos. Contada por seus moradores, a história começa com a louvação do senhor de escravo Francisco Marques Rodrigues, que "era muito bom e justo, não batia nem deixava que ninguém batesse em seus escravos, que chamava de filhos".

Com o fim da escravidão, o senhor Francisco propôs aos negros que fossem para outras terras de sua propriedade, o que de antemão não quiseram, por terem medo de uma nova escravização. Assim, foi dado o direito de ficarem na terra para cultivá-la e viverem livres. Esta história é contestada por outros moradores que não são descendentes de escravos, que vieram migrados de áreas de seca.

Contudo, a comunidade do Bom Jesus dos Pretos retrata a situação que envolve a grande maioria dos povoados negros que se formaram no território rural brasileiro, determinado por alguns fatores importantes, que provocaram alterações na formação econômica e social do Brasil. Não diferente das demais comunidades

negras rurais, que se formaram das mudanças ocorridas na desagregação da economia colonial, ocasionando a falência de muitos fazendeiros, que abandonaram as terras, deixando os escravos entregues à sua própria sorte.

Certo de que sobreviveram às várias tentativas de grilagem de terra e brigas internas entre os herdeiros com os outros moradores fugitivos da seca do sertão do Nordeste brasileiro. As terras em que se assenta a comunidade sempre foram cobiçadas, por estar em uma região das mais férteis do estado. É tanto, que na década de 50, há uma intensa luta em defesa da continuidade da comunidade, ante a um processo violento de expropriação e grilagem, que veio se abater sobre essa região. Em 09 de novembro de 2005 receberam a certificação da Fundação Palmares, de reconhecimento de comunidade de remanescente de quilombo. Assim, iniciando o longo processo no INCRA de regularização fundiária.

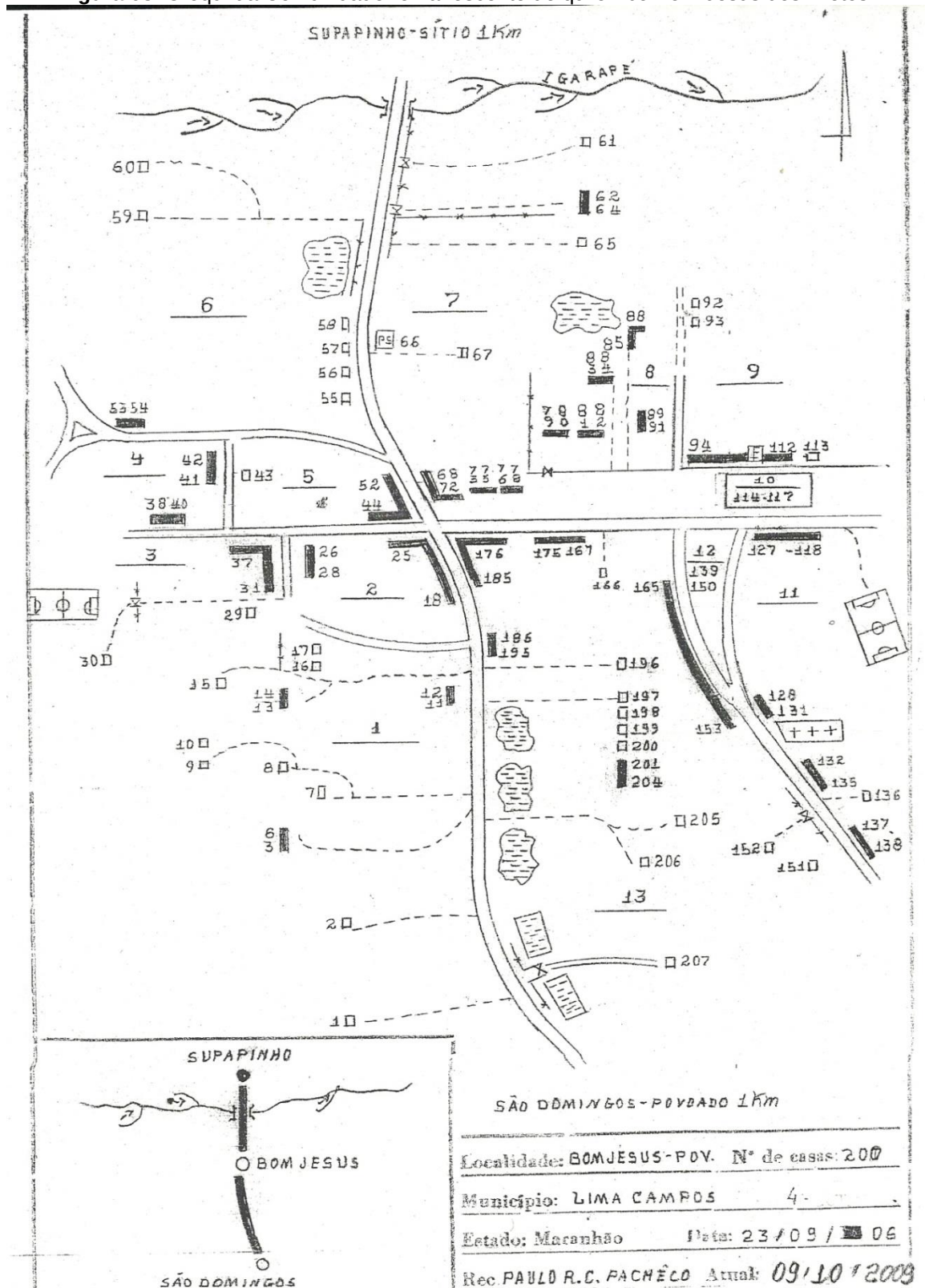
A comunidade remanescente de quilombos Bom Jesus dos Pretos, ou como é conhecida, Quilombo Bom Jesus dos Pretos¹³ (Figura 3), é a denominação dada as terras (cerca de 5 mil hectares) que se localizam as margens da Rodovia Estadual 122, no município de Lima Campos¹⁴, distante 7Km da comunidade. Em levantamento feito pela Fundação Nacional de Saúde (FNS) em 2009, constatou existência de 200 (duzentas) casas, que abrigam cerca de 210 famílias. Há 01 (um) Posto de Saúde que conta com o profissional Enfermeiro, Técnico de Enfermagem, Agentes Comunitários de Saúde, e eventualmente um médico. Dentre as

¹³ O adjetivo “dos Pretos”, acrescentado ao nome da comunidade, revela pertencimento étnico e configura identidade expressa por controle territorial e autonomia local. Essa forma de adscrição denotativa do grupo confere também reconhecimento por segmentos territoriais vizinhos e inclusive interesses antagônicos, que pretendem uma apropriação privada das terras pertencentes ao povoado e, portanto, ameaçam não só as divisas de seu território, mas também a identidade étnica da coletividade que inscreve sua história nesse lugar (O'DWYER; CARVALHO, 2002)

¹⁴ Em abril de 1932, chegava ao Maranhão o Sr. Manoel Cesário, natural do Rio Grande do Norte, que procurando o Interventor Cerca da Mota, com ele acertou, em caráter de urgência, a criação de uma “Colônia”, na margem do rio Itapecuru, onde se instalaria com outros moradores, oriundos de Caicó, fugindo da seca que assolava aquela região. Tomando ciência do fato, o prefeito de Pedreiras apressou-se em oferecer ao Interventor um local no seu município, para instalação da referida “Colônia”, alegando serem essas terras mais férteis. Assim, as terras da Santa Amália foram adquiridas do Sr. Antônio Magalhães que, no caso, foi o primeiro povoador: ainda em 1932, chegavam os colonos, fixando-se na área predeterminada, que viria a ser o município de Lima Campos. A essas pessoas, deve-se o desbravamento do território, pelo importante trabalho prestado. Coube ao agrônomo Benjamim Cortez o cargo de administrador da “Colônia”, tendo o mesmo prestado relevantes serviços na sua área. A notícia espalhou-se, fazendo com que outras pessoas ali se fixassem, fugindo de situações adversas nas suas terras. O Elevado à categoria de município e distrito com a denominação de Lima Campos, pela Lei estadual n.º 2180, de 30 de dezembro de 1961, desmembrando-se Pedreiras. Em divisão territorial datada de 31 de dezembro de 1963. Fonte: IBGE, Censo 2010. Rio de Janeiro, 2012.

características do entorno dos domicílios, têm-se uma Igreja Protestante, uma capela da Igreja Católica e um terreiro de umbanda. Salões de festas, banhos particulares e bares.

Figura 03: Croqui da Comunidade remanescente de quilombo Bom Jesus dos Pretos



Fonte: Fundação Nacional de Saúde, Seção Lima Campos- Maranhão

As manifestações culturais observadas foram o Tambor de Crioula e danças típicas afrodescendentes, que acontecem numa festa anual na comunidade, com duração de três dias. A prática esportiva do futebol masculino e feminino é comum entre os moradores que organizam campeonatos, principalmente no período da festa.

A comunidade possui representação política na Câmara de vereadores de Lima Campos, contando com 01 (um) Vereador. Há uma Associação de Moradores, com 170 associados, mas, segundo a presidente, poucos participam das ações e mobilizações da entidade. Ela responsabiliza a fragilidade da unidade, à presença de posseiros, a forma de divisão do território, a venda das terras e saída de pessoas da comunidade. Também, as descobertas recentes de gás natural que tem gerado expectativas e falas do tipo: “tomara Deus que tenha gás no meu quintal”, “Esse barulho agora, vai transformar em dinheiro pra gente no futuro”. As expectativas aumentaram, quando a empresa GEORADAR, utilizou para a limpeza do terreno e cercamento da área do poço, os próprios moradores da comunidade.

Assim, no intuito de conhecer melhor a vida cotidiana dessas pessoas, foi realizada uma pesquisa de campo, através da aplicação de questionários, com 153 (cento e cinquenta e três) famílias que aceitaram participar. Houve, na coleta dos dados, o auxílio de estudantes do ensino médio, residentes no Bom Jesus, que acompanhavam e intermediavam os encontros com as famílias. Dessa forma, diminuíram as zonas de silêncio, comuns nesse tipo de pesquisa. Vejamos os resultados.

O município de Lima Campos apresentou um aumento populacional de 674 habitantes nos últimos dez anos, passando de 10.749 habitantes no censo de 2000 para 11.423 em 2010. A taxa de crescimento populacional anual do município é de aproximadamente 0,61 % ao ano (2000-2010). Uma taxa de crescimento anual abaixo da média nacional (1,17%) e do Maranhão (1,52%).

Na distribuição da população, nas zonas urbana e rural, verifica-se uma concentração de 59,46% (6.793) dos habitantes vivendo na área urbana, enquanto que 40,53% (4.630) dos habitantes vivendo na área rural. Na distribuição da população por gênero, temos 50,84% (5.808) de mulheres e 49,15% (5.615) de

homens. Uma sutil diferença na população total do município (1,69%) de mais mulheres do que homens.

Na tabela 26, a seguir, observa-se que a maioria da população compreende a faixa etária de 12 a 40 anos, sendo a maioria do gênero feminino (456). Concordando estatisticamente, com censo de 2010 do município de Lima Campos e microrregião do Médio Mearim. Outro ponto importante é a quantidade expressiva de pessoas com mais de 60 anos (98), acompanhando a expectativa de vida do brasileiro.

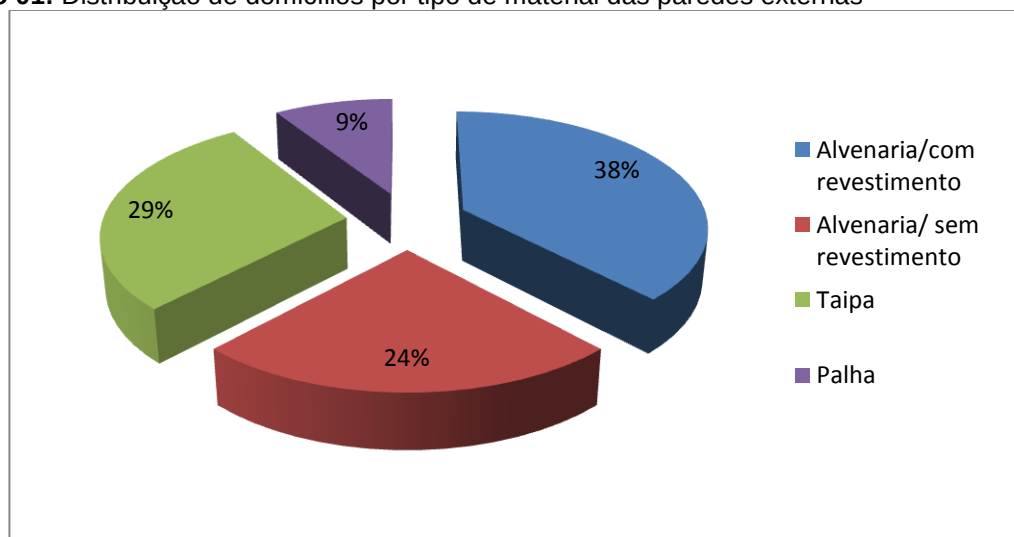
Tabela 26: Distribuição da população residente, por faixa etária e gênero

Gênero	0 a 5	6 a 11	12 a 18	19 a 25	26 a 40	41 a 59	60 a 80	>80
Masculino	34	35	41	14	92	38	34	4
Feminino	53	49	99	35	114	46	54	6
Total	87	84	140	49	206	84	88	10

Fonte: Pesquisa de campo, 2012.

No gráfico 1, abaixo, temos a discussão de um problema social brasileiro, que se estende principalmente às comunidades rurais: a precariedade das condições de moradias da população. Assim, observa-se que 29% dos domicílios, dessa comunidade, tem a taipa (mistura de água e barro) como material de revestimento das paredes externas. Temos ainda, 24% dos domicílios de alvenaria sem revestimento e 9% com revestimento de palha, totalizando 62% dos domicílios da comunidade com revestimento inadequado.

Gráfico 01: Distribuição de domicílios por tipo de material das paredes externas

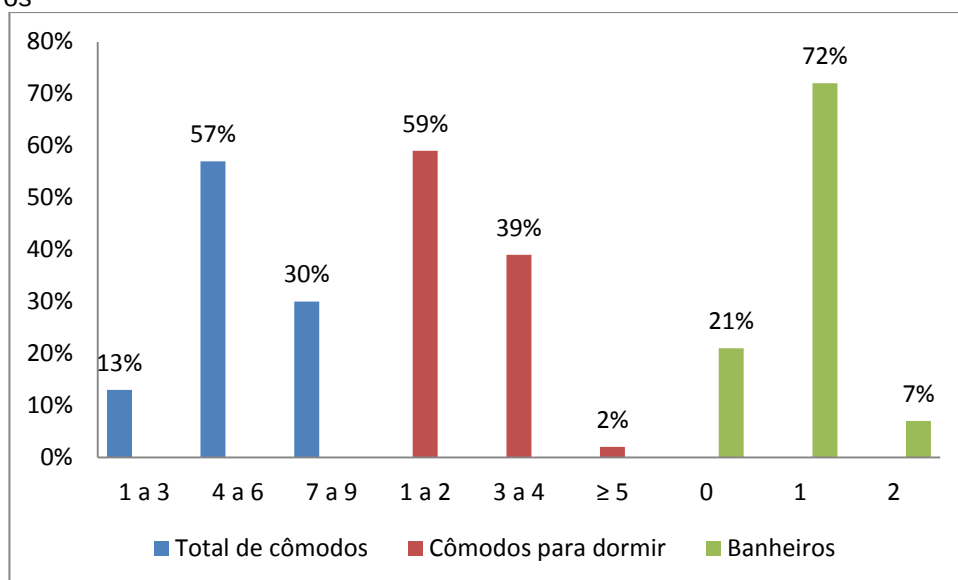


Fonte: Pesquisa de campo, 2012.

É necessário que haja um comprometimento do poder público municipal na resolução de problemas como este. Pois, dos 3.185 domicílios de Lima Campos no censo demográfico de 2010, 36,01% (1.147) estão nas categorias alvenaria sem revestimento, taipa e palha. Na zona rural, do total de domicílios (1.208), temos 52,15% (630) com revestimento inadequado, ou seja, mais da metade.

No gráfico 2 abaixo, temos dados em relação ao tamanho dos domicílios e se possuem banheiros, considerando dentro ou fora da casa, mas contendo um aparelho sanitário. Visualiza-se que a maioria dos domicílios possui de 4 a 6 (57%) cômodos, sendo para dormir (59%) com 1 a 2, e 72% possuem um único banheiro. Com a pesquisa realizada, obteve-se o tamanho das famílias da comunidade, que em sua maioria possuem de 2 a 4 membros, variando entre 3 e 4 adultos, jovens e adolescentes e crianças, e famílias com 5 ou mais com a mesma variação.

Gráfico 2: Distribuição percentual de domicílios quanto aos cômodos para dormir, total de cômodos e banheiros



Fonte: Pesquisa de campo, 2012.

Nesse sentido, os dados demonstram que a maioria dos domicílios, em referência aos cômodos para dormir, é insuficiente. Assim, outros cômodos estão sendo utilizados para este fim. No entanto, durante a pesquisa, observou-se que alguns cômodos dos domicílios eram utilizados para abrigar um pequeno comércio, ou de depósito para produtos agrícolas, coco babaçu em casca e ferramentas.

Quando se trata do quantitativo de banheiros, notou-se durante as visitas, que geralmente ficam fora do domicílio, em uma espécie de “casinha” (alvenaria, taipa ou palha) construída em cima de uma fossa rudimentar, feita de toneis reaproveitáveis, tijolo ou somente um buraco tampado com madeira. Do total de domicílios, 75% informaram que os dejetos do banheiro vão para uma fossa, e 25% para uma vala. Ainda temos 21% das famílias que não possuem banheiro. A contaminação do solo e dos lençóis freáticos parece ser inevitável, diante da omissão do poder público. Ameaça a saúde da população, uma vez que isso impacta diretamente na qualidade da água consumida por grande parte da população.

A situação do município de Lima Campos, em relação ao esgotamento sanitário é absolutamente precária. Os dados do censo de 2010 dão conta que apenas 9,2% dos domicílios contavam com formas de esgotamento sanitárias consideradas adequadas (rede geral ou fossa séptica). Esse é um problema grave em todo o Estado do Maranhão, onde, no mesmo período, apenas 26,7% dos moradores do estado contavam com acesso à rede de esgoto adequada, número muito abaixo da média nacional (67%).

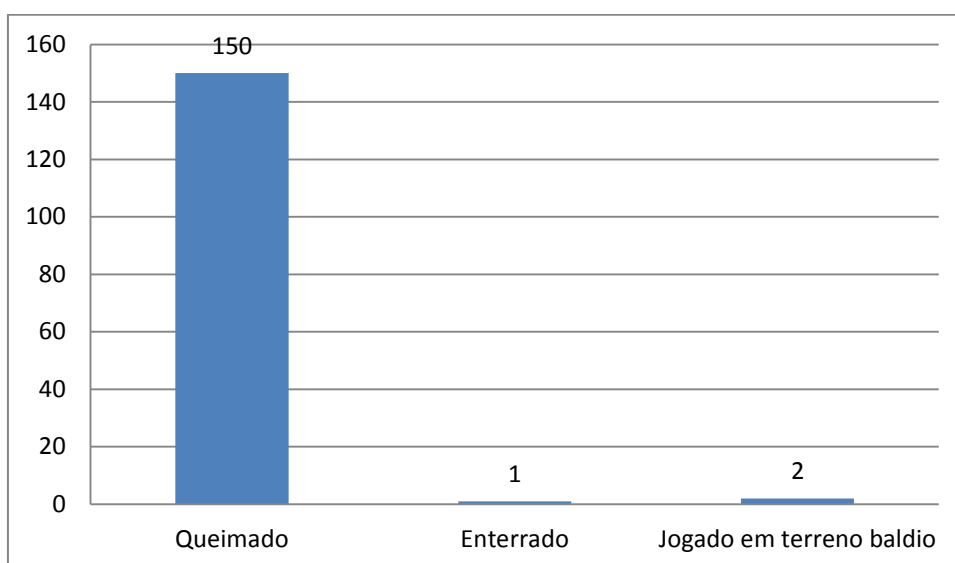
Em relação ao abastecimento de água aos domicílios da comunidade, temos 89% destes abastecidos com poço/nascente fora da propriedade, e 11% com poço/nascente dentro da comunidade. Segundo censo de 2010, do total de domicílios com abastecimento de água (2.455), 14,25% possui abastecimento com poço/nascente fora da comunidade. Na realidade do Bom Jesus, existe um sistema de distribuição de dois poços/nascentes centrais para uma boa parte dos domicílios, mas não atende a todos.

Em entrevista com a presidente da associação, contou-nos sobre o caso do poço artesiano que a empresa de perfuração do gás natural abriu ao lado da primeira perfuração (poço lacrado, pois ficava próximo das casas em terreno de um posseiro). A mesma conseguiu o reservatório de fibra e a armação de concreto com a Prefeitura de Lima Campos, e pediu doação de uma bomba e sistema de distribuição para a empresa. Não obteve o resultado esperado junto a empresa, e ainda tomou conhecimento que não poderia utilizar a água do poço artesiano em questão. Impetrou ação na justiça, conseguindo que a comunidade utilizasse da água e que a empresa doasse o que havia pedido.

A coleta de lixo no município alcança 55,8% dos domicílios particulares permanentes, percentual semelhante ao observado no Maranhão (56%), mas abaixo do observado no Brasil (87%). No gráfico 3, a seguir, têm-se o destino do lixo dado pelos domicílios da comunidade. Observa-se que 150 domicílios queimam o lixo, enquanto o restante enterra (01) e joga em terreno baldio (02). Diante dos dados do censo 2010, do total de 3.185 domicílios, 32,21% (1.026) utilizam-se do ato de queimar o lixo.

A prática da queima do lixo produz gases tóxicos, causando poluição ao meio ambiente. Tal forma de destino do lixo, não condiz com a relação que a comunidade, enquanto remanescente de quilombo, deveria ter com a natureza, mas pela falta de coleta pública, que atenda regularmente os domicílios, parece ser a única opção, na ausência também, de uma educação ambiental.

Gráfico 3: Distribuição numérica dos domicílios quanto destino do lixo



Fonte: Pesquisa de campo, 2012.

A necessidade de queima do lixo denota um consumo de produtos industrializados crescente entre as famílias remanescentes de quilombolas. Pois, as características de consumo atreladas aos produtos orgânicos derivados da produção agrícola, pecuária e extrativista vegetal, não demandam essas práticas. Infere-se então, que a modernização do consumo implica tanto nas práticas agrícolas, como nas questões ambientais de como tratar o problema do destino do lixo.

Em quase todas as culturas, os bens de consumo são uma espécie de materialização de valores e projeção da posição social de seus usuários. O ato de consumir faz parte do desenvolvimento de identidades sociais e sentimentos de pertencimento e aceitação, dos outros, nos diferentes grupos sociais. O consumo articula em seu bojo a coesão social, produção e reprodução de signos, símbolos e significantes da sociedade. Assim, tornar-se uma prática coletiva, política e intencional, a partir dos mecanismos de convencimento de necessidades, que por vezes, não existem de fato.

Na tabela 27, a seguir, têm-se dados relativos à existência de alguns bens de consumo das famílias (domicílios permanentes), do município de Lima Campos (zonas urbana e rural) e da Comunidade do Bom Jesus dos Pretos. No sentido de mostrar que o aumento do poder de consumo da população, facilitado pela oferta de crédito, por subsídios do governo federal, e mudanças no padrão produtivo (tecnologia), chegaram a todas as classes sociais e localidades geográficas.

Tabela 27: Distribuição numérica das famílias (domicílios permanentes) com a existência de alguns bens de consumo

BENS DE CONSUMO	Lima Campos		Comunidade do Bom Jesus dos Pretos
	Urbano	Rural	
Rádio/Aparelho de som	1.327	721	86
Televisão	1.910	951	144
Máquina de lavar roupas	159	18	10
Geladeira	1.840	954	148
Telefone celular	1.275	300	115
Telefone fixo	321	6	2
Microcomputador	209	11	3
Microcomputador c/internet	126	7	2
Motocicleta para uso pessoal	770	391	37
Automóvel para uso pessoal	200	45	4
Bicicleta	--	--	73

Fonte: IBGE, Censo Demográfico 2010/Pesquisa de campo, 2012.

Visualiza-se que o principal bem de consumo existente nas famílias da comunidade é de primeira necessidade, como no caso da geladeira, presente em

96,73% das famílias quilombolas, e fazendo parte de 78,97% dos domicílios do universo total da zona rural de Lima Campos. Embora, observado práticas de conservação de alimentos de origem animal, através da utilização do sal, a geladeira, a partir do processo de eletrificação rural, fomentado pelo programa luz para todos, é o eletrodoméstico mais adquirido.

Concomitantemente, a televisão, outro bem de consumo atrelado a esse mesmo processo, existe em 94,11% das famílias da comunidade, e 78,72% dos domicílios rurais no município. Este eletroeletrônico tem sido bastante consumido por famílias que possuem crianças, adolescentes e jovens como membros, concordando com a realidade da comunidade.

O rádio e/ou aparelho de som, existe em 56,20% das famílias do Bom Jesus dos Pretos, sendo tido em 59,68% na totalidade da zona rural. O telefone celular está presente em 76,16% das famílias da comunidade, percentual bastante expressivo em relação aos 24,83% dos domicílios rurais que possuem o aparelho. Denota-se a isso, a massificação do bem e preços acessíveis a todas as classes sociais.

Os outros bens de consumo que demandam uma renda maior são adquiridos em menor quantidade, como o microcomputador, existente em 1,96% das famílias da comunidade, e 0,95% do total de domicílios rurais de Lima Campos; o automóvel para uso pessoal, na qual 2,61% das famílias quilombolas possuem, dentro de 14,90% do universo total da zona rural do município; a motocicleta para uso pessoal com 24,18% das famílias do Bom Jesus dos pretos possuindo o bem, consubstanciando os 32,36% de domicílios rurais que possuem o veículo. Por outro lado, e diante de rendas baixas, a bicicleta é utilizada por 47,71% das famílias da comunidade quilombola como meio de transporte.

O tema educação foi abordado na comunidade, mais precisamente o índice de escolarização de todos os membros das famílias. Então, procurou-se sistematizar dados sobre população alfabetizada e não alfabetizada, utilizando o parâmetro do IBGE (a partir de 15 anos de idade), a quantidade de crianças matriculadas, observando as distorções idade-série, a Educação de Jovens e Adultos, os estabelecimentos escolares, docentes e transporte escolar do Bom Jesus dos Pretos.

Na tabela 28, a seguir, temos a quantidade de pessoas alfabetizadas e não alfabetizadas, e a taxa de analfabetismo do município de Lima Campos e da própria comunidade estudada. Observa-se que a realidade da comunidade não difere do município, quando temos em média uma taxa de analfabetismo em 32,3%. O problema do analfabetismo em comunidades rurais é atenuado pelas dificuldades de acessibilidade aos estabelecimentos escolares e o entrada precoce no trabalho da lavoura.

Tabela 28: Quantidade de pessoas alfabetizadas e não alfabetizadas e taxa de analfabetismo (+15 anos)

Variáveis	Lima Campos	Comunidade remanescente de quilombola do Bom Jesus dos pretos
População alfabetizada	5.766	357
População não alfabetizada	2.655	168
Taxa de analfabetismo (%)	32,6	32

Fonte: IBGE, censo 2010/ Pesquisa de Campo, 2012.

Em relação à quantidade de crianças, adolescentes e jovens matriculados nas diferentes modalidades de ensino (pré-escola, ensino fundamental e médio), observou-se que 93% destes estavam regularmente matriculados. Sendo um percentual bastante elevado, que pode ser explicado pela oferta de vagas, na rede pública municipal, em 01 (um) estabelecimento na própria comunidade (pré-escola). E outra via, diz respeito ao Programa Bolsa Família e Brasil Carinhoso, que adota a matrícula regular como requisito obrigatório para participação destes.

Quando se trata da questão distorção idade-série, temos, dentre os estudantes da comunidade, uma taxa de 32,7% no ensino fundamental do 1º ao 5º ano, 74% do 6º ao 9º ano, e no ensino médio, a taxa fica em 48%. São taxas altas, que podem ser explicadas pela necessidade social desses estudantes, em terem que participar das atividades produtivas de suas famílias, embora haja uma diminuição da participação, como veremos a frente. Resultando, em muitos casos, na evasão escolar, reprovação e repetência.

Tratando da questão estrutural do sistema educacional em Lima Campos e na comunidade, visualizou-se a necessidade de melhoria do transporte escolar, ampliação do número de escolas e docentes, já que existem poucas escolas na

zona rural, e estas, em sua maioria, atendem a pré-escola e os anos iniciais do ensino fundamental, restando somente à alternativa para os estudantes do ensino fundamental (séries finais) e ensino médio, as escolas localizadas na sede.

É necessário, que o poder público municipal atenda de forma satisfatória as demandas sociais do município em relação ao sistema educacional. Ampliando a participação das comunidades em uma gestão democrática, diminuindo as distorções idade-série, fortalecendo o transporte e a oferta de merenda escolar, melhores condições de trabalho para os professores, enfim, ter uma boa organização e administração dos recursos financeiros.

A vulnerabilidade social é outro problema que envolve a comunidade remanescente de quilombo do Bom Jesus dos Pretos. Têm-se 145 famílias, das 153 entrevistas, recebendo benefício do Programa Bolsa Família. Destas, 132 enquadram-se na faixa de renda *per capita* de até R\$ 140,00. Nesse contexto, é relevante ressaltar o baixo índice de desenvolvimento familiar (IDF)¹⁵ de Lima Campos – 0,53.

É tanto, que as recentes descobertas de gás natural na área da comunidade, tem gerado enormes expectativas de benefícios para famílias remanescentes de quilombolas. A maioria opinou, durante pesquisa, que embora o perigo, o medo de explosões, e o barulho ocasionado pela perfuração dos poços, acreditam que, com a exploração do gás, haja benefícios de infraestrutura para a comunidade, cursos de qualificação técnica, oportunidade de empregos para os jovens, e melhoria da renda, para não necessitarem fazerem viagens para trabalhos temporários. Entretanto, há aqueles, em menor proporção, que não acreditam em benefícios, e sim na extinção do Bom Jesus dos Pretos.

Sobre os malefícios, as preocupações estão em torno da devastação ambiental, prejuízos na agricultura, falta de moradia, doenças e tráfego intenso de veículos dentro da comunidade. A presidente da Associação de Moradores comentou sobre uma reunião com representantes da empresa OGX- Petróleo e Gás, na qual apresentaram verbalmente um plano de desenvolvimento para a região e comunidade. Neste encontro, segundo a presidente, haverá ações focadas na

¹⁵ Indicador que mede o grau de desenvolvimento das famílias cadastradas no CadÚnico. Varia em uma escala de 0 a 1, e contempla as seguintes dimensões: vulnerabilidade, acesso ao conhecimento, acesso ao trabalho, disponibilidade de recursos, desenvolvimento infantil, condições habitacionais.

infraestrutura, educação, cultura e qualificação, somente em médio prazo, daqui a 10 a 15 anos. Esse prognóstico gerou certo descontentamento, mas não afetou as expectativas de melhorias.

Infere-se desse contexto, que empreendimentos de grande porte, e principalmente de matriz energética, concentram altos investimentos. É tanto, que a OGX planeja perfurar 15 poços na região até o fim de 2013¹⁶, na perspectiva de descobrir e produzir gás em outros municípios. Reforçando a ideia que a lógica empresarial se sobrepõe as questões culturais e sociais de comunidades rurais.

Até então, têm-se poços em Lima Campos (Bom Jesus dos Pretos), Esperantinópolis e Trizidela do Vale no Médio Mearim; na microrregião dos Flores, Capinzal do Norte e Santo Antônio do Lopes, ambos com fase de implantação avançada de Termoelétricas; Dom Pedro e Presidente Dutra, na microrregião da Pré-amazônia, em fase de prospecções.

Contudo, destaca-se que a comunidade necessita de efetivas ações públicas que promovam mudanças significativas na infraestrutura, na educação, no saneamento básico, no investimento da cultura quilombola, enfim, na promoção da cidadania e dos direitos adquiridos, enquanto comunidade remanescente de quilombolas.

5.2 As práticas agrícolas contemporâneas

Antes de tratar das práticas contemporâneas, é relevante buscar na História da comunidade, outros momentos de suas práticas agrícolas. Assim, Silva (1988) descreve que existia uma "terra em quadro" utilizada para o trabalho por todos, mas cada família possuía sua roça nesse espaço, cabendo a responsabilidade na limpeza e cultivo. Particularmente, cada família possuía um sítio, onde residia, criava alguns animais e cultivava algumas hortaliças e frutas.

Do trabalho na terra, as famílias produziam o arroz, banana, milho e feijão, de forma artesanal, sem a utilização de defensivos nem implementos agrícolas. Havia uma preocupação da comunidade em fazer uma rotatividade de culturas nas roças,

¹⁶ Informação retirada do Programa Planejar para Transformar, do Governo do Estado do Maranhão, OGX e MPX (Grupo EBX).

para evitar o desgaste excessivo do solo. Assim, a economia familiar era baseada na produção agrícola, e complementada com a criação de animais, como suínos, caprinos, bovinos e aves, tidos para consumo e venda, além da coleta do coco babaçu, que comercializavam sazonalmente durante o ano.

Também havia a utilização de crédito agrícola, por parte de algumas famílias, no financiamento da produção. Esse contexto mostra as dificuldades enfrentadas pelos agricultores da comunidade para desempenhar suas atividades produtivas. Portanto, empenhados no pagamento das dívidas com o banco, ou pela falta mesmo de dinheiro, vendem a produção quando o preço ainda é muito baixo, e desse modo, auferem rendas baixas que implicam na sobrevivência de suas famílias.

Entretanto, mesmo diante de um contexto de contradições, a roça é tida como sua principal atividade econômica. Ela é uma tarefa anual com épocas determinadas para ser feito o trabalho exigido para o seu desenvolvimento durante o ano. Segundo os moradores, é um trabalho a que os mais novos e os mais velhos se acostumam a realizar, daí a forma continuar sendo a mesma utilizada pelos seus ancestrais mais distantes e não acreditarem numa outra maneira de trabalhar a terra.

Contudo, é registrada a saída de algumas pessoas da comunidade para as periferias dos centros urbanos. Pois, como a grande maioria não recebia nenhum incentivo do Estado para produção agrícola, que implicaria em se fixar na terra, cediam às pressões dos grandes latifundiários para vender os seus sítios. Isso torna ainda mais precárias as condições de vida dos que saíam, como também, dos que ficavam na luta para se manterem na terra.

Esse é o quadro da década de 1980. Vejamos então, quais foram as mudanças, rupturas, ressignificações e continuidades dessa comunidade, em referência as suas práticas agrícolas, em 2012.

Quando se trata da organização da produção agrícola em 2012, em pesquisa com as famílias, com a presidente da Associação de moradores e visitas de campo, percebeu-se uma mudança em relação à existência da “terra em quadro”. Pois, com a divisão do território entre as famílias da comunidade, na qual passaram a possuir seus lotes, e também, a venda de terras por parte de alguns, diminuíram os espaços

que pudessem ser utilizados de forma comum. Restando as áreas particulares no sistema de arrendamento.

As famílias tiveram que produzir dentro do perímetro de seus lotes, conjuntamente com a criação de animais, hortas e suas moradias. É tanto, que os resultados da pesquisa de campo, mostra-nos que 77,12% (118) do total de famílias pesquisadas (153), possuem roça própria em seus lotes, em áreas comuns e terras arrendadas. E 22,88% (35) possuem roça arrendada, ou seja, arrendam roças de outras famílias da comunidade.

Inferese, diante desse contexto, a limitação da produção agrícola, já que as áreas dos lotes são compartilhadas com outras atividades produtivas e o próprio domicílio das famílias. Outro problema, diz respeito ao processo de arrendamento, pois esse modelo, levando em consideração as limitações técnicas da produção que geram uma pequena produtividade, reduz o excedente que poderia ser destinado para a venda, já que boa parte é para o autoconsumo, e a outra para o arrendador.

Como dito anteriormente, todos os membros da família são envolvidos no trabalho na roça, pois a maioria das famílias não contam com recursos financeiros para contratar mão de obra para a produção agrícola. Nesse sentido, 91,5% (140) das famílias pesquisadas, utilizam força de trabalho própria/familiar. Enquanto que somente 8,5% das famílias, contratam pessoas para trabalharem em suas roças, na chamada diária de trabalho, ou seja, trabalhadores temporários da própria comunidade.

Entretanto, durante as conversas com membros mais velhos das famílias, relataram-nos que a participação dos jovens no trabalho nas roças vem diminuindo. Segundo eles, isso se deve ao assédio de moradores da própria comunidade no recrutamento de pessoal para o trabalho temporário em grandes fazendas no centro-oeste e sudeste brasileiro. E outra questão, diz respeito a obrigatoriedade da matrícula e frequência regular no sistema escolar, para que crianças e adolescentes possam receber o benefício do Bolsa Família, fazendo com que a participação destes na produção agrícola diminua.

Contudo, os laços de solidariedade entre as famílias da comunidade continuam fazendo parte do contexto da produção agrícola, no que se refere aos mutirões para a colheita das roças. Mas, segundo alguns moradores, que relataram

durante a pesquisa, há uma diminuição da ocorrência desses mutirões, podendo ser explicado pela redução de membros nas próprias famílias.

O sistema agrícola tradicional de corte e pousio, é utilizado pelas famílias da comunidade de forma pontual. Pois, a aproximação das áreas de cultivo ao redor dos domicílios, a diminuição da rotatividade dessas áreas e a legislação e fiscalização ambiental, inibem tais práticas. É tanto, que o município de Lima Campos, segundo dados do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (2012), em seus 326 Km², possui a menor taxa de desflorestamento, 37,06% (120,8 Km²), da microrregião do Médio Mearim. Também, está entre os quatro municípios da microrregião com menos focos de queimada (104).

De certo, mesmo que precisem ir à Secretaria Municipal de Meio Ambiente de Lima Campos, para retirarem licença para abrir novas áreas de roça, o sistema de corte e pousio ainda é a forma mais barata para limpeza e preparo do terreno, diante das dificuldades financeiras das famílias no financiamento da produção.

Nesse sentido, obteve-se que a grande maioria das famílias, 91,5% (140), utilizam recursos próprios para a produção agrícola. Enquanto que uma pequena quantidade destas, 5,22% (8), empréstimos através de bancos e financeiras, e 3,28% (5) de terceiros. Esse panorama reflete a falta da disponibilidade de crédito às famílias quilombolas do Maranhão, em particular, do Bom Jesus dos Pretos.

É tanto, como já citado nessa dissertação, no Relatório de Avaliação do Plano Plurianual (2008-2011), da Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (SEPPIR), tratando do Programa Brasil Quilombola, no item desenvolvimento local e geração de renda em quilombos, no apoio a atividades para o desenvolvimento agrário, foram apoiados 12 projetos (2008), em 59 comunidades, 33 municípios e nove estados brasileiros, perfazendo um total de R\$ 1.958.684,24, na qual o Maranhão, e conseqüentemente, a comunidade remanescente de quilombo do Bom Jesus dos Pretos, em Lima Campos, não foram inclusos.

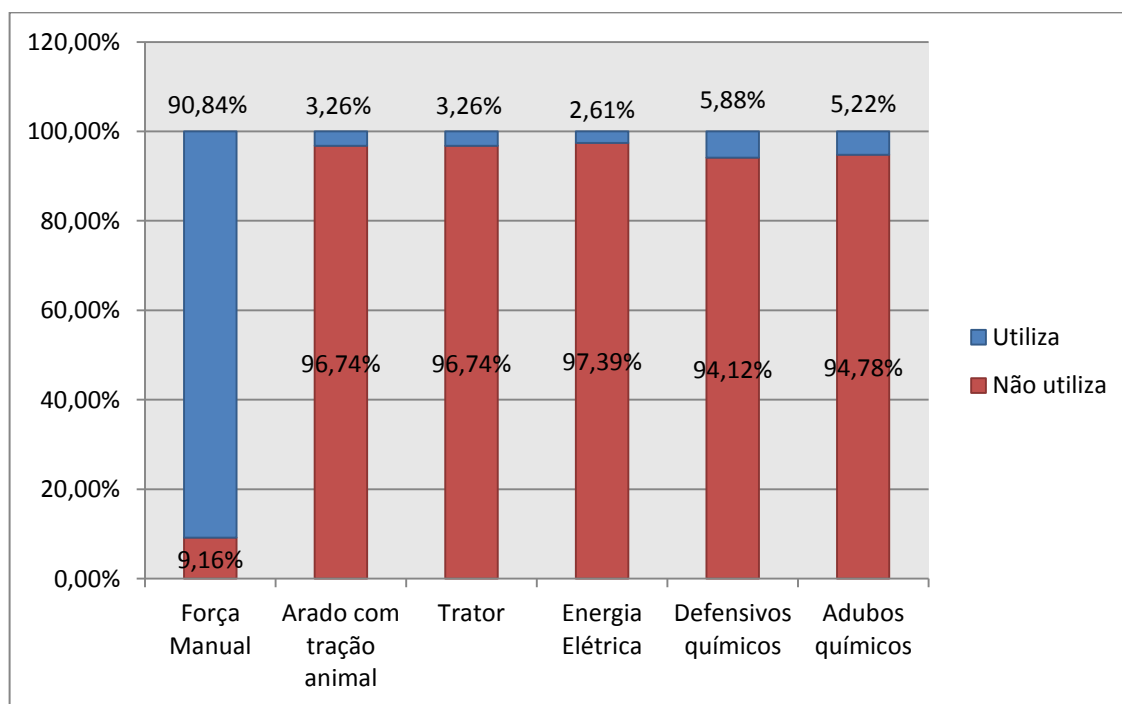
Saber o porquê da não inclusão tornar-se imprescindível para entender esse processo. Assim, o próprio documento supracitado aponta para duas notas explicativas: a falta de convênios com os poderes locais e a morosidade das regularizações fundiárias. Estes então, são os principais entraves para se ter uma execução expressiva do Programa Brasil Quilombola, inclusive no Bom Jesus dos

Pretos, que apesar de ser projeto de assentamento, tem processo aberto no INCRA de regularização de seu território¹⁷.

Desta feita, aliados do processo de aquisição de crédito através dos bancos oficiais, alguns recorrem como alternativa para financiamento da produção agrícola, o microcrédito oferecido de forma indiscriminada por financeiras da região. Fica visível, em levantamento feito em uma financeira do município de Pedreiras (MA), que frequentemente faz estas operações na comunidade, que as razões apontadas para a utilização do crédito são para o cultivo do arroz, da criação de galinhas, da produção de polpas de frutas, e outras atividades, como bares, venda de confecções e serviço de moto-taxi.

Tratando sobre os insumos da produção agrícola, temos o gráfico 4, a seguir, que demonstra, do total de famílias pesquisadas, 98,84% (139) utilizam a força manual para preparar e cultivar a roça. Enquanto apenas 3,26% (5), utilizam o arado com tração animal e o trator cada. Temos também, apenas 5,88% (9), utilizam defensivos químicos, e 5,22% (8) adubos químicos.

Gráfico 4: Utilização dos insumos na produção agrícola, segundo as famílias.



Fonte: Pesquisa de Campo, 2012.

¹⁷ Processo n.º 54230.004959/2005-27.

Diante dos dados, percebem-se pontuais mudanças, minorativamente, das práticas agrícolas da comunidade em relação aos anos 80. Pois, embora seja um percentual mínimo de famílias que utilizam na produção o trator, energia elétrica, defensivos e adubos químicos, em comparação ao grande percentual de famílias que somente utilizam a força manual, tradicionalmente empregada na lavoura, algumas destas procuram melhorar a produtividade de suas roças.

Nesse sentido, por conta da grande maioria somente ter a força manual, lembrando-se das dificuldades em dispor, para o trabalho na roça, de todos os membros da família, como mencionado anteriormente, isso implica em uma menor produtividade das espécies cultivadas por estas, que veremos mais adiante.

Contudo, vale ressaltar que a Prefeitura Municipal de Lima Campos disponibiliza 04 (quatro) tratores para a Associação de Agricultores do Município, conforme informações da Secretaria Municipal de Agricultura. Entretanto, dentro de um universo de 1.230 famílias que estão na zona rural (Censo 2010), temos uma proporção de 307,5 famílias para 01 (um) trator, considera-se assim um número baixo, que irá beneficiar apenas alguns em detrimento de muitos.

Tratando dos dados da produção, temos a tabela 29, a seguir, que mostra que a maioria das famílias, 75,16% (115), está envolvida na lavoura de arroz; 49,01% (75) na lavoura de milho; 45,09% (69) na lavoura de feijão; e 12,41% (19) na lavoura de mandioca. O restante das atividades da lavoura temporária está na produção da cana-de-açúcar, com 1,96 (03) famílias envolvidas, e 2,61% (04) na de melancia.

Tabela 29: Quantidade de famílias envolvidas em atividades da lavoura temporária

Tipo de produto	Famílias envolvidas	
	(n)	(%)
Lavoura de arroz	115	75,16
Lavoura de milho	75	49,01
Lavoura de feijão	69	45,09
Lavoura de mandioca	19	12,41
Melancia	04	2,61%
Cana de açúcar	03	1,96

Fonte: Pesquisa de campo, 2012.

Observa-se que os cultivares agrícolas mais reportados e frequentes nas roças quilombolas é o arroz, milho e feijão. Tanto irão servir para consumo diário, como no caso do arroz e feijão, também para alimentação na criação de animais, em particular o milho. Deve-se entender também, que os excedentes da produção podem ser vendidos mais facilmente, já que, na cultura alimentícia da região a utilização destes é frequente.

A melancia e a cana-de-açúcar, geralmente são cultivadas pelas famílias em áreas próximas dos domicílios. Já a mandioca, ocupa pouco espaço nas roças, e prioritariamente, seu cultivo tem objetivo de complementação alimentar na criação de animais, e na produção de farinha.

Na tabela 30, a seguir, temos a quantidade da lavoura temporária, segundo estimativa de safra (2011) feita pelas famílias. Têm-se o arroz com a maior quantidade produzida (141 toneladas), participando com 7,81% da produção total do município. Em seguida, temos o milho (30.42 toneladas), participando com 5,85% da produção de Lima Campos. E os demais produtos, destacando o feijão com 27,03% do total produzido, e a mandioca com 4,69% do total produzido.

Tabela 30: Quantidade produzida da lavoura temporária por produtos, segundo estimativa de safra das famílias em 2011

Tipo de produto	Quantidade produzida (toneladas)	
	Lima Campos	Comunidade
Arroz (em casca)	1.805	141
Milho (em grão)	520	30.42
Feijão (em grão)	45	25.68
Mandioca	294	13.8
Melancia	95	5.4
Cana de açúcar	464	4.05

Fonte: IBGE, Produção Agrícola Municipal 2011. Rio de Janeiro: IBGE, 2012/Pesquisa de campo, 2012.

Nota-se diante dos dados, que a participação da comunidade na quantidade produzida da lavoura temporária no município, não chega a 10% na maioria dos produtos. Exceto o feijão que ultrapassa esse percentual. Também, a baixa produção de mandioca, implica em uma diminuição da quantidade produzida de

farinha. Em levantamento na comunidade, apenas 5 (3,26%) do total de famílias produziram na safra de 2011, 900Kg de farinha de mandioca.

Pode-se inferir que a quantidade da área plantada, a falta de apoio técnico, a falta de rotatividade prejudicando a fertilidade do solo e a quantidade de pessoas empregadas no trabalho da roça, geram uma produtividade menor, e consequentemente, produzem menos.

Na tabela 31 abaixo, temos a quantidade de famílias envolvidas em atividades da lavoura permanente. Temos somente 14 (9,15%) das famílias do total pesquisado, que estão cultivando a banana. O município de Lima Campos possui participação relevante (21,41%) do total produzido na microrregião do Médio Mearim. Entretanto, a comunidade remanescente de quilombo do Bom Jesus dos Pretos, é uma atividade pouco cultivada.

Tabela 31: Quantidade de famílias envolvidas em atividades da lavoura permanente

Tipo de produto	Famílias envolvidas	
	(n)	(%)
Banana	14	9,15

Fonte: Pesquisa de campo, 2012.

Em relação à quantidade produzida de banana, a tabela 32 abaixo, demonstra que a comunidade participa com 3,67% (150 toneladas) do total produzido pelo município que é o segundo produtor do Médio Mearim, e é o 3º no ranking da produção estadual com 3,87% do total (105.473 toneladas).

Tabela 32: Quantidade produzida da lavoura permanente por produtos, segundo estimativa de safra das famílias em 2011

Tipo de produto	Quantidade produzida (toneladas)	
	Lima Campos	Comunidade
Banana (cacho)	4.085	150

Fonte: IBGE, Produção Agrícola Municipal 2011. Rio de Janeiro: IBGE, 2012/Pesquisa de campo, 2012.

Na tabela 33, a seguir, temos a quantidade de famílias quilombolas envolvidas em atividades pecuárias. Dentre os tipos de rebanhos, a galinha é criada

por 96 (62,74%) do total de famílias pesquisadas. Em seguida temos 62 (40,52%) criando suínos, e 17 (11,11%) bovinos. Somente 2 (1,30%) criam caprinos.

Tabela 33: Quantidade de famílias envolvidas em atividades da pecuária

Tipo de rebanho	Famílias envolvidas	
	(n)	(%)
Galinha	96	62,74
Suíno	62	40,52
Bovino	17	11,11
Caprino	2	1,30

Fonte: Pesquisa de campo, 2012.

De certo, as criações de animais pela comunidade refletem que as famílias não conseguem sobreviver apenas da lavoura e acabam se dedicando a outras atividades. Também, ficou visível, diante das visitas realizadas no Bom Jesus dos Pretos, que esses rebanhos servem de uma espécie de poupança para os momentos de maiores dificuldades. Vejamos, na tabela 34, a seguir, sobre a quantidade desses rebanhos na comunidade.

Tabela 34: Quantidade dos rebanhos por tipo de rebanho, segundo as famílias, em 2011

Tipo de rebanho	Quantidade produzida (cabeças)	
	Lima Campos	Comunidade
Galinha	5.669	1.780
Suíno	1.573	259
Bovino	7.469	236
Caprino	391	100

Fonte: IBGE, Produção da Pecuária Municipal 2011. Rio de Janeiro: IBGE, 2012./Pesquisa de campo, 2012.

Percebe-se diante dos dados, que a participação da comunidade nos rebanhos do município de Lima Campos tem significância, quando temos no rebanho de galinha um percentual participativo de 31,39%, no rebanho de caprino 25,57%, e no de suíno 16,46%. Apenas o rebanho de bovino é que temos uma pequena participação de 3,15%.

A análise que se pode fazer, diante dos resultados, é que os rebanhos de galinhas, suínos e caprinos, possuem um valor menor para aquisição. Além disso, no caso de galinhas e suínos, há um tempo de reprodução menor, que incide em

uma maior rapidez no aumento desses rebanhos. Já no caso do rebanho bovino, o valor de aquisição é bem maior, e o tempo de reprodução mais demorado. Assim, a realidade econômica das famílias remanescentes de quilombos do Bom Jesus dos Pretos, influencia diretamente no tamanho de seus rebanhos.

Outras atividades produtivas agropecuárias foram encontradas na comunidade (Tabela 35). Temos a Horticultura, na qual 3 (1,96%) do total de famílias estão envolvidas nessa atividade. A piscicultura possuem somente 1 (0,65%) do total de famílias que está envolvida nessa atividade. As famílias não souberam precisar a quantidade produzida no último ano.

Tabela 35: Quantidade de famílias envolvidas em outras atividades produtivas agropecuárias

Variáveis	Famílias envolvidas	
	(n)	(%)
Horticultura	03	1,96
Piscicultura	01	0,65

Fonte: Pesquisa de campo, 2012.

Ainda no sentido das famílias complementarem suas rendas com outras atividades produtivas, temos na tabela 36, a seguir, a quantidade de famílias envolvidas em atividades extrativistas. Assim, do total de famílias pesquisadas (153), verificou-se que 72 (47,05%) estão envolvidas com a coleta e quebra do coco babaçu. Ainda temos, do total de famílias, 2 (1,30%) que produzem carvão vegetal.

Tabela 36: Quantidade de famílias envolvidas em atividades extrativistas

Tipo de produto extrativo	Famílias envolvidas	
	(n)	(%)
Coco babaçu	72	47,05
Carvão vegetal	02	1,30

Fonte: Pesquisa de campo, 2012.

Na tabela 37, abaixo, temos a quantidade produzida pela atividade extrativista do município de Lima Campos e da comunidade remanescente de quilombo do Bom Jesus dos Pretos. Observa-se que famílias da comunidade produziram 24.91 toneladas de coco babaçu, correspondendo a 6,98% do total produzido no município. Enquanto, que a produção de carvão vegetal da comunidade é pequena, apenas 0.630 toneladas, participando de 0,31% da produção total.

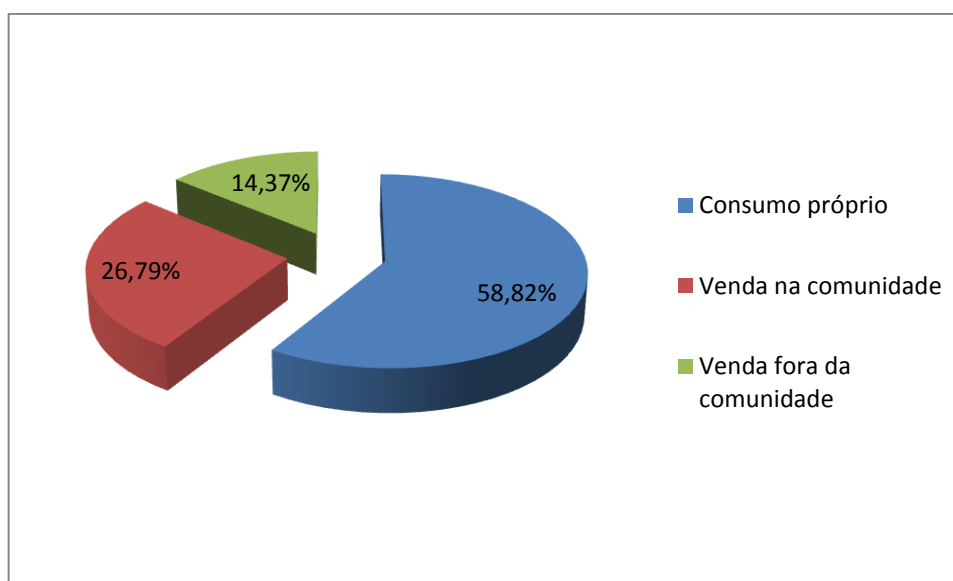
Tabela 37: Quantidade produzida pela atividade extrativista por produto, segundo estimativa das famílias em 2011

Tipo de produto extrativo	Quantidade produzida (cabeças)	
	Lima Campos	Comunidade
Coco babaçu (amêndoa)	428	24.91
Carvão vegetal	198	0.630

Fonte: IBGE, Produção da Extrativa Municipal 2011. Rio de Janeiro: IBGE, 2012./Pesquisa de campo, 2012.

Para a maioria das famílias da comunidade, o extrativismo do coco babaçu está ligado às fases do ciclo agrícola das culturas alimentares básicas, sendo que a maior safra do babaçu ocorre justamente no período da entressafra dos produtos agrícolas, com exceção da mandioca. Já o carvão vegetal, as famílias produtoras da comunidade, relataram as dificuldades com a legislação e fiscalização ambiental. É tanto, que Lima Campos possui a menor quantidade produzida desse produto, dentre os municípios da microrregião do Médio Mearim.

Outro aspecto abordado foi à destinação principal da produção, na qual foram elaboradas as categorias de consumo próprio, venda na comunidade e venda fora da comunidade. Cada família escolhia somente uma categoria para definir a finalidade primeira da produção agrícola, não que a escolha, de uma categoria, elimine as demais do cotidiano dessas famílias. Dessa forma, o gráfico 5, a seguir, mostra-nos que 58,82% (90) relataram que a destinação principal de sua produção é para o consumo próprio. Do total de famílias, 26,79% (41) destinam para a venda na comunidade, e 14,37% (22), para a venda fora da comunidade.

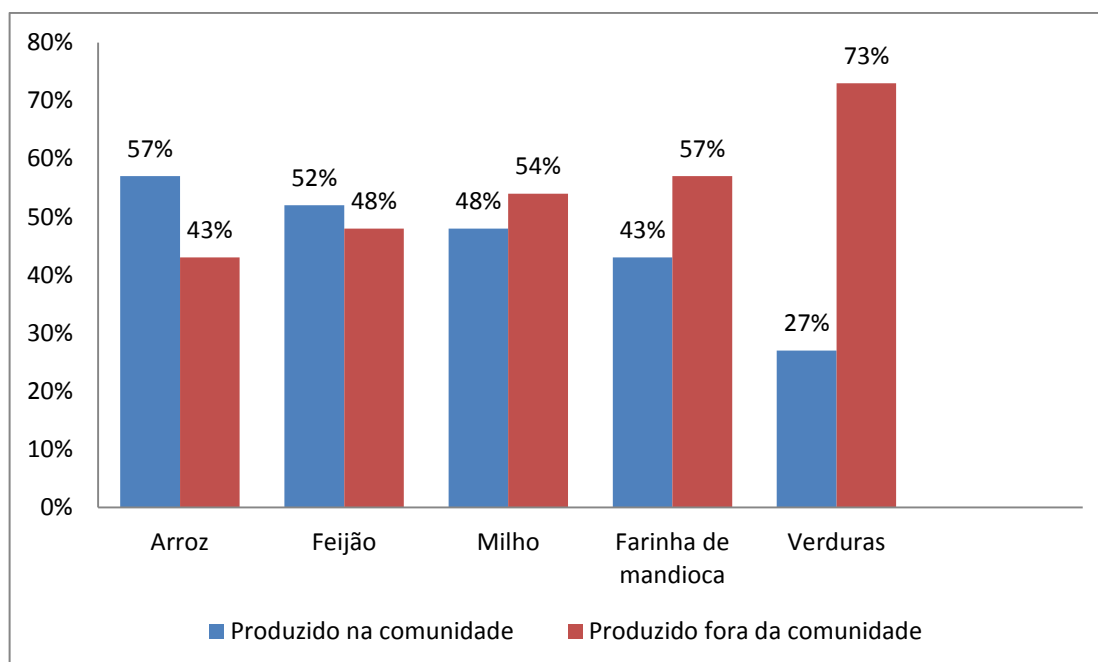
Gráfico 5: Distribuição percentual das famílias quanto à destinação principal da produção

Fonte: Pesquisa de campo, 2012.

Entende-se que grande parte dos produtos agrícolas oriundos das roças é destinada para o autoconsumo. Por isso, a maior parte das famílias da comunidade necessita diversificar suas atividades entre a lavoura, a criação de animais e na coleta extrativista do coco babaçu. E ainda aqueles que destinam a produção para a comercialização, estão presos ao controle de preços externos, no qual não valoriza o trabalho empreendido na lavoura e nem a necessidade de sobrevivência.

Coube-nos saber como era a dinâmica da comercialização de produtos agrícolas oriundos da própria comunidade na relação com os produzidos fora dela. Então, o gráfico 6, a seguir, demonstra que a compra de arroz (57%) e feijão (52%), produzidos na comunidade, é superior ao comprado com origem de fora da comunidade. Entretanto, o milho (54%), a farinha de mandioca (57%) e verduras (73%), produzidos fora da comunidade, são maiores nas compras das famílias em relação aos produzidos localmente.

Gráfico 06: Distribuição percentual de compra em relação à procedência do produto, segundo as famílias



Fonte: Pesquisa de campo, 2012.

Na relação com a quantidade produzida e destinação da produção, os dados revelam, no caso do arroz e feijão, que embora as famílias comprem mais desses cultivos produzidos na própria comunidade, a diferença não é muito grande em relação ao percentual da compra de produtos oriundos de fora. Nesse sentido, como estes possuem um valor maior de mercado, ficou claro nos encontros com as famílias pesquisadas, a preferência de venda, por exemplo, na feira de Lima Campos. Ressalte-se, a partir das informações colhidas, que alguns da própria comunidade compram e revendem para fora.

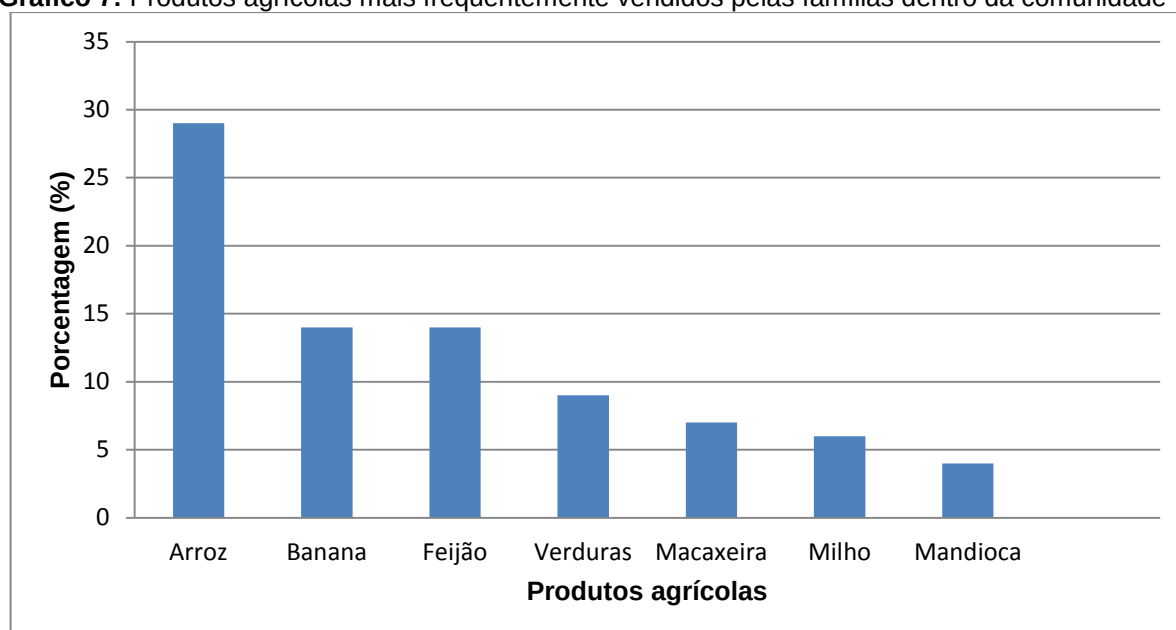
Quando se trata do milho, segundo produto com maior quantidade produzida na comunidade, tem-se que levar em consideração o tamanho do rebanho de galinha das famílias. Pois este consome toda produção da comunidade, e como relatado por algumas famílias, embora plantem, há a necessidade constante de compra do produto dentro e fora da comunidade.

A farinha de mandioca e as verduras foram os que tiveram maior percentual de compra fora da comunidade. Deve-se a isso, a pequena quantidade produzida pelas famílias. Embora, no caso das verduras, haja nos quintais das casas uma espécie de canteiro, onde cultivam algumas ervas para o tempero e hortaliças, mas

não atende a demanda, já que, como vimos anteriormente, somente 3 famílias estão envolvidas na horticultura.

O gráfico 7 abaixo, trata dos produtos agrícolas mais frequentemente vendidos pelas famílias na própria comunidade. Temos o arroz, a banana e o feijão, como os mais comercializados entre as famílias quilombolas. Os outros produtos demonstrados são menos frequentemente vendidos.

Gráfico 7: Produtos agrícolas mais frequentemente vendidos pelas famílias dentro da comunidade



Fonte: Pesquisa de campo, 2012.

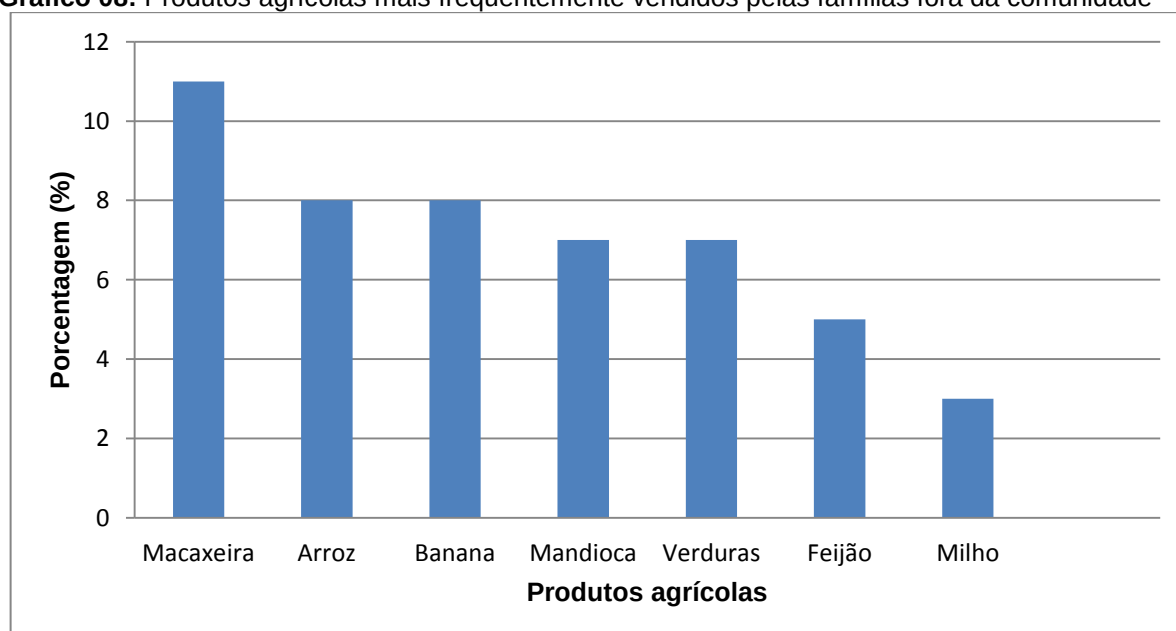
Infere-se diante dos dados, que os três produtos mais vendidos correspondem às lavouras onde há o maior envolvimento das famílias no cultivo destes. Nesse sentido, estas buscam auferir rendas com a comercialização, pois a destinação principal da sua produção era a venda. Entretanto, existem famílias, que mesmo tendo dado como destinação de suas produções, o consumo próprio, podem ter um pequeno excedente, e assim também comercializá-lo para complementar a renda familiar.

Com exceção do milho, que se apresenta como um dos menos vendidos, porém com significativo quantitativo de famílias envolvidas no cultivo, os resultados para os outros produtos refletem, com já vimos anteriormente, o pouco envolvimento das famílias no cultivo dessas espécies. Implicando também, por serem cultivares mais frequentes nos quintais das casas, ou próximas a elas.

O coco babaçu é apontado como o mais vendido pelas famílias, tanto dentro como fora da comunidade. Diante disso, averiguamos junto às famílias como acontece essa venda. Dentro da comunidade as amêndoas são vendidas para alguns comércios locais, onde as famílias, utilizando o dinheiro adquirido, compram café, açúcar, margarina, entre outros, na verdade uma troca. Noutro momento, eles vendem para atravessadores, que vão buscar nos domicílios as amêndoas e as cascas do processo de quebra.

No gráfico 8 abaixo, temos os produtos agrícolas mais frequentemente vendidos pelas famílias fora da comunidade. Temos a macaxeira, o arroz e a banana, como os mais comercializados. Os outros produtos demonstrados são menos frequentemente vendidos.

Gráfico 08: Produtos agrícolas mais frequentemente vendidos pelas famílias fora da comunidade



Fonte: Pesquisa de campo, 2012.

Dentre as formas de comercialização dos produtos agrícolas fora da comunidade, identificou-se durante a pesquisa, que algumas famílias se deslocam para Lima Campos, na maioria das vezes, e para Pedreiras, eventualmente. Também, que a maioria das vendas é feita por encomenda, principalmente a macaxeira e a banana. O arroz é vendido, na maioria das vezes beneficiado¹⁸, a alguns feirantes e pessoas residentes na zona urbana de Lima Campos. A venda

¹⁸ Processo de separação da casca do resto do grão.

desses produtos pelas famílias quilombolas representa uma das alternativas para composição de suas rendas.

Conclui-se que as práticas agrícolas contemporâneas da comunidade remanescente de quilombo do Bom Jesus dos Pretos têm sofrido modificações em relação à diminuição das “terras de quadro” de uso comum. Levando as famílias arrendarem as terras de posseiros interessados nas possibilidades de extração da renda da terra, na especulação imobiliária ou na mera exploração do trabalho dos agricultores arrendatários, para terem suas roças.

Nesse sentido, há a continuidade da apropriação do trabalho familiar para as atividades produtivas. Pois, é das atividades agrícolas desenvolvidas na roça que se obtém a maior parte dos produtos em espécie que servem à reprodução das famílias, podendo ser passíveis de transações mercantis. Assim, na realidade, estes produzem um produto, que pode se trocado por dinheiro para aquisição de outro produto, então, praticam uma economia mercantil simples e não produzem apenas para subsistência.

As lutas cotidianas dos moradores do Bom Jesus dos Pretos influenciam e proporcionam um contexto de criação de novas alternativas na relação com a própria vida, contrariando todos os pré-conceitos elaborados pela sociedade com relação ao homem. Fica nítido, a partir dos contatos com essa comunidade, que não se tem um padrão predeterminado para explicar a vida do homem, pois em cada lugar, a sua organização se dá pela cultura apropriada, e de acordo com suas necessidades e condições. Desse modo, criam modos próprios para a sua sobrevivência e reprodução, mesmo nas adversidades do cotidiano.

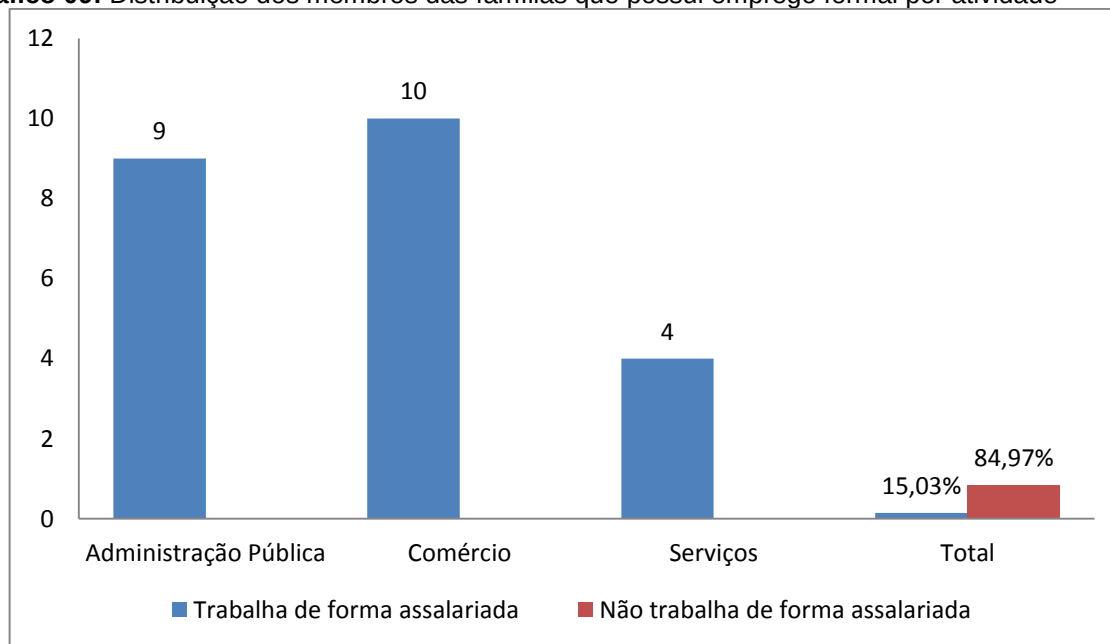
5.3 Trabalho e renda das unidades familiares quilombolas

A comunidade remanescente de quilombo do Bom Jesus dos Pretos, em que pese sua base essencialmente camponesa, faz parte do contexto de exploração da mão de obra, determinado pelo sistema capitalista. Assim, não conseguindo sobreviver apenas da lavoura, se apropria das mais diversas tarefas com o objetivo de garantir seu sustento. Seja produzindo para o autoconsumo, ou vendendo sua

força de trabalho a terceiros, reflete a situação de exploração e expropriação em que vive o homem do campo, principalmente no Nordeste brasileiro.

Contudo, como a maioria das famílias estão ocupadas com as atividades de trabalho na produção agrícola, temos alguns membros dessas que possuem emprego formal, conforme gráfico 9 abaixo:

Gráfico 09: Distribuição dos membros das famílias que possui emprego formal por atividade



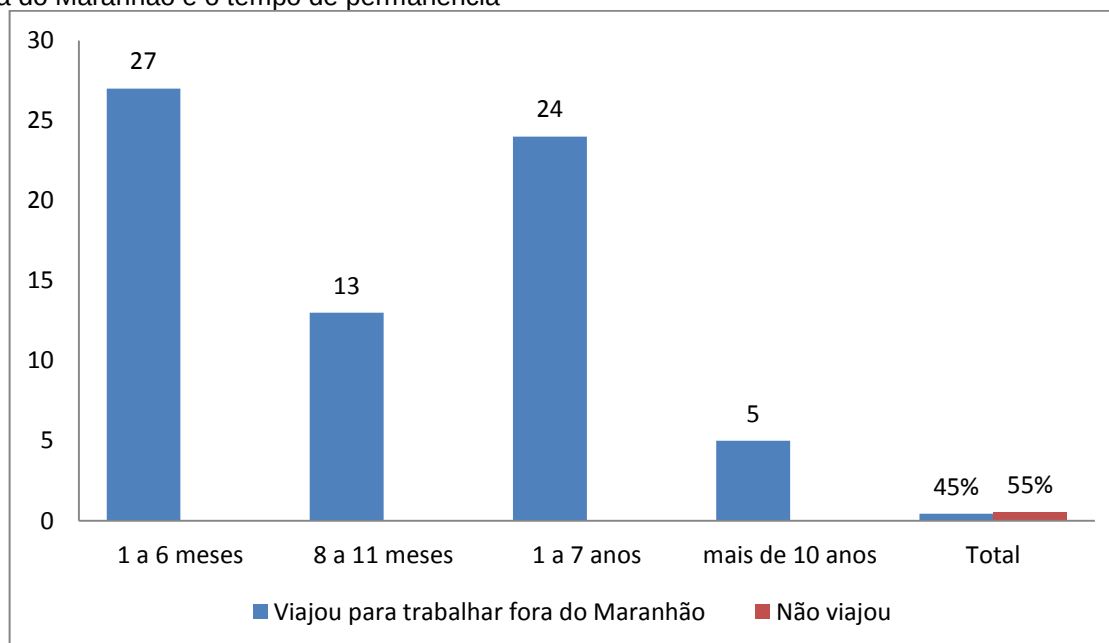
Fonte: Pesquisa de campo, 2012.

Do total destes, temos (9) no ramo de atividade da administração pública, exercendo suas funções no Posto de Saúde e na Escola, localizados na própria comunidade, nos cargos de auxiliares de serviços gerais e merendeira. Temos (10) nos comércios varejistas dos municípios de Lima Campos e Pedreiras, tendo funções que variam entre auxiliares de venda, vendedores internos e externos e de representação comercial. Na atividade de serviços (4), que estão em atividades de organizações sindicais e domésticas.

Mesmo estes, com emprego formal, não recebem salários vultosos diante das funções que exercem. É tanto, que o salário médio em 2011, segundo MTE/RAIS, no setor de comércio em Lima Campos, foi de R\$ 585,93. Já no setor da Administração Pública, segundo a mesma fonte, no município, foi de R\$ 930,00. De certo, há um incremento significativo nas rendas das famílias na qual estes pertencem, em comparação com as demais famílias da comunidade.

Com as dificuldades encontradas na produção agrícola, como já discutido nesse trabalho, visualiza-se um fenômeno que não é particular da comunidade quilombola do Bom Jesus dos Pretos, mas do contexto rural maranhense. Trata-se da saída do estado de vários trabalhadores para ocuparem postos de trabalhos temporários em grandes fazendas, principalmente, das regiões sudeste e centro-oeste. Assim, temos os gráficos 10 e 11 a seguir:

Gráfico 10: Distribuição dos membros das famílias que trabalhou de forma remunerada temporária fora do Maranhão e o tempo de permanência



Fonte: Pesquisa de campo, 2012.

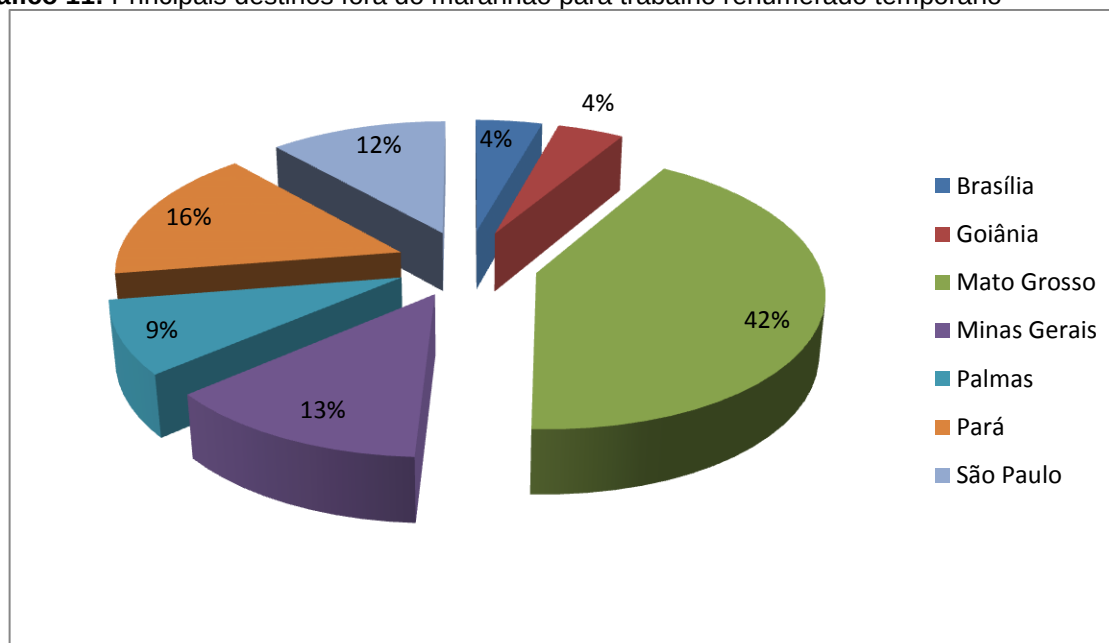
Observa-se que quase a metade das famílias possuem um ou mais membros que já viajaram para outros estados a fim de ocupar postos de trabalhos em atividades agropecuárias. Conforme relato das pessoas da comunidade, quando da pesquisa, são vários os ônibus que levam, na grande maioria homens, entre os meses de junho a agosto de cada ano. Percebeu-se, que estes homens são atraídos por vislumbrar uma oportunidade de aumentar a sua renda, diante de um período de entre safras, com pouco trabalho nas roças. No entanto, há casos de situação análoga ao trabalho escravo, que quando indagados, gerou-se zonas de silêncio. Mas não descartamos a hipótese, pois o Maranhão tem histórico de fornecimento de mão de obra para este fim.

Quanto ao tempo de permanência, notou-se que os que ficam fora do estado de 1 a 6 meses (27) e de 8 a 11 meses (13), têm como atividade característica a

agropecuária. Os outros, de 1 a 7 anos (24) e mais de 10 anos (5), ocupam postos de trabalho na construção civil e outros serviços nos grandes centros urbanos, como São Paulo e Brasília. É nesse período, que o extrativismo do coco babaçu tem maior presença nas atividades produtivas das famílias. Pois, com a saída dos homens, e o período da entressafra dos produtos agrícolas, as mulheres, que frequentemente executam essa tarefa, precisam continuar a luta pela sobrevivência.

Quando observamos o gráfico 11, abaixo, fica nítido que a principal atividade que demanda as vagas de trabalho temporário é a agropecuária. Tanto, que temos o estado do Mato Grosso, Minas Gerais e Pará, como o destino da maioria dessas pessoas que saem da comunidade.

Gráfico 11: Principais destinos fora do maranhão para trabalho renumerado temporário

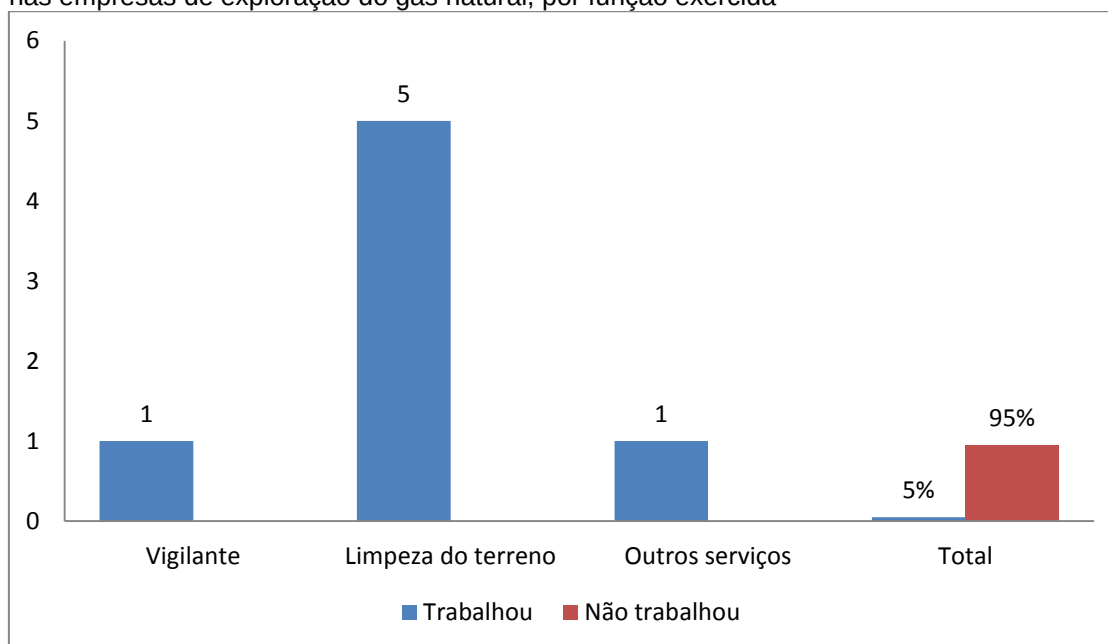


Fonte: Pesquisa de campo, 2012.

No gráfico 12, a seguir, mostra a quantidade pessoas da comunidade que trabalharam de forma temporária nas empresas envolvidas na exploração do gás natural. Temos somente 5% do total de famílias que possuem algum membro que trabalhou na fase inicial de exploração do gás¹⁹. Dentre as funções exercidas, a maioria foi utilizada para serviços de limpeza do terreno (5), restando a de vigilante (1) e outros serviços (1).

¹⁹ Essa fase diz respeito aos serviços de sondagem e perfuração de poços.

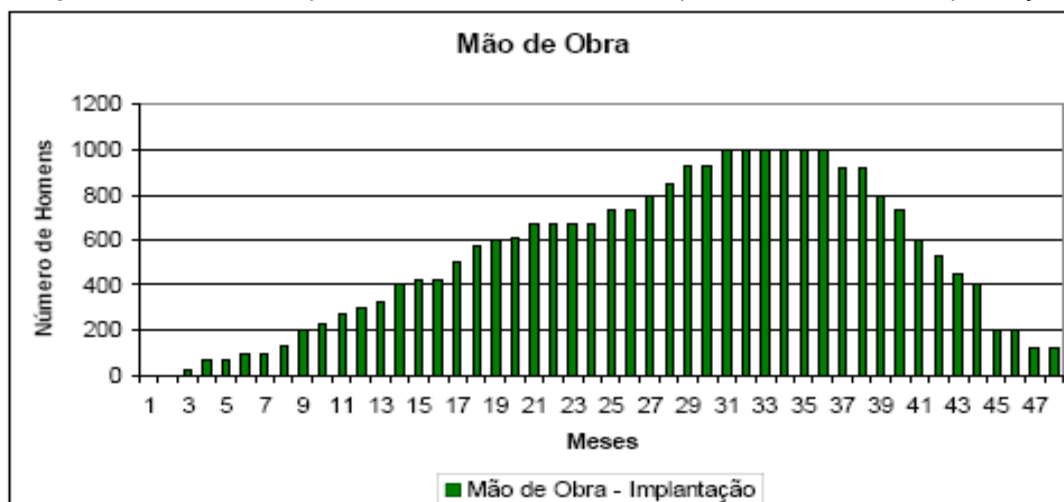
Gráfico 12: Distribuição dos membros das famílias que trabalhou de forma remunerada temporária nas empresas de exploração do gás natural, por função exercida



Fonte: Pesquisa de campo, 2012.

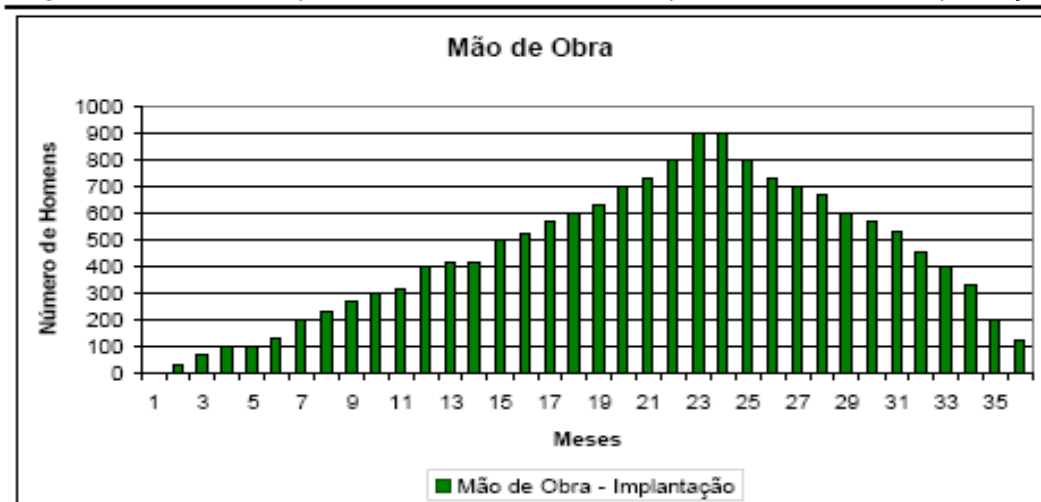
Observa-se, diante dos resultados, que as expectativas geradas na comunidade, de oportunidades de empregos, não têm sido satisfeitas nesse primeiro momento. Vê-se que empreendimentos como esse, que requerem uma mão de obra especializada, traz consigo um cabedal de especulações quanto aos benefícios para uma comunidade local. Entretanto, quando utilizam mão de obra local, fica restrito a serviços que necessitem de força física.

O grupo EBX (OGX + MPX), dentro do EIA-RIMA de licenciamento para instalação de duas Usinas Termelétricas (UTE) na região, caracteriza o empreendimento como propulsor do aumento de arrecadação de impostos, de empregos de serviços, ainda que de forma temporária e pontual nos municípios diretamente envolvidos. Para tanto, disponibiliza gráfico de aproveitamento de mão de obra na fase de implantação das UTE1 e 2, conforme figura 03, a seguir:

Figura 04: Gráfico de aproveitamento de mão de obra para UTE1-Fase de implantação

Nível de escolaridade	Qualificação	Número
Superior	Engenharia/Administração	40
Nível técnico	Supervisão	80
	Encarregado de construção	80
Nível técnico: profissionais especializados	Pedreiros, armadores, soldadores, etc	270
Nível técnico e fundamental Ajudantes de profissionais especializados	Pedreiros, armadores, soldadores, etc	400
Nível técnico e fundamental	Operadores de equipamentos e motoristas	130

Fonte: EIA – RIMA do Licenciamento das UTEs

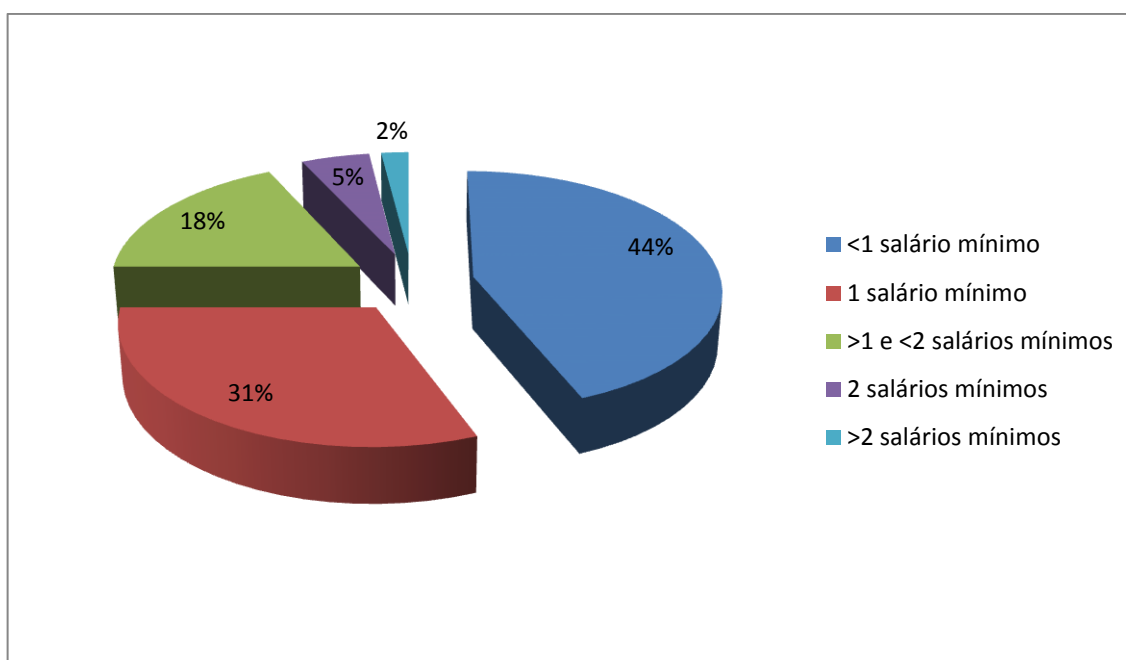
Figura 04: Gráfico de aproveitamento de mão de obra para UTE2-Fase de implantação

Nível de escolaridade	Qualificação	Número
Superior	Engenharia/ Administração	40
Nível técnico	Supervisão	80
	Encarregado de construção	80
Nível técnico: profissionais especializados	Pedreiros, armadores, soldadores, etc	236
Nível técnico e fundamental Ajudantes de profissionais especializados	Pedreiros, armadores, soldadores, etc	350
Nível técnico e fundamental	Operadores de equipamentos e motoristas	114

Fonte: EIA – RIMA do Licenciamento das UTEs

Desta feita, é necessário que haja um planejamento adequado por parte dos entes públicos, com observância para as reais e possíveis oportunidades que poderão englobar a população economicamente ativa da região. Em tratando, dos remanescentes de quilombo do Bom Jesus, devem-se entender sua particularidades enquanto grupo social que tem a terra como elemento essencial de sua reprodução, resguardando seus direitos conquistados, para que não sejam expulsos ou obrigados a fazerem parte de aglomerado urbano.

Tratando-se da distribuição percentual da renda auferida pelas famílias, temos o gráfico 13, a seguir. Percebe-se que a maioria das famílias da comunidade sobrevive com menos de 01 salário mínimo (44%) e/ou até 01 salário mínimo (31%). Partindo da constatação de baixa escolaridade e, concomitantemente, a falta de qualificação, a principal fonte de renda se dá pelo cultivo da terra. Entretanto, sem apoio técnico e de financiamento para produção agrícola, têm-se uma agricultura voltada, quase que exclusivamente, para o consumo próprio. Mesmo com a comercialização de sobras da produção, esta é feita através de atravessadores que pagam um valor mínimo.

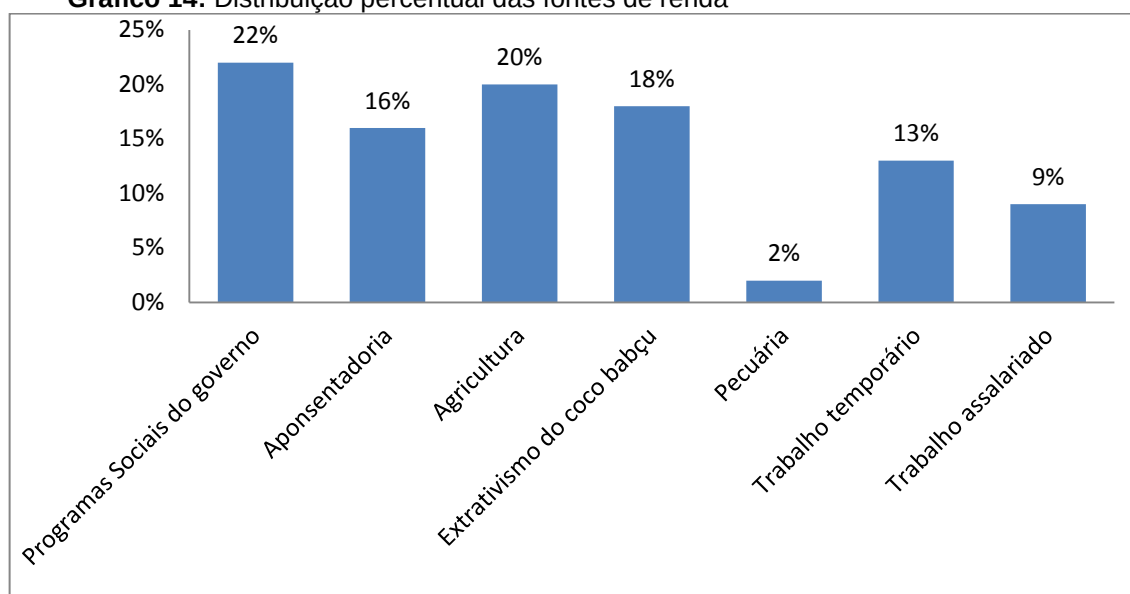
Gráfico 13: Distribuição percentual da renda familiar

Fonte: Pesquisa de campo, 2012.

Infer-se diante dos dados que a maioria das famílias possui uma baixa renda, ou seja, sobrevivem com menos ou até um salário mínimo²⁰. Assim, levando-se em consideração que na maioria das unidades familiares tem de 4 a 5 membros, temos uma renda *per capita* que os colocam na linha da pobreza e/ou baixo dela. O cenário municipal favorece tal situação quando temos um baixo índice de desenvolvimento familiar (IDF) de 0,53, como já tratado nessa dissertação. Também, as condições demográficas, socioeconômicas e referentes às práticas agrícolas, influenciam diretamente na geração dessas rendas.

A principal fonte de renda das unidades familiares da comunidade estudada é o recebimento de benefícios de programas sociais do governo como a Bolsa Família (22%). Em seguida, destaca-se a venda da produção agrícola (20%) e da extrativa vegetal com a amêndoa do coco babaçu (18%). Destaca-se também, o benefício previdenciário como aposentadoria (16%), e a renda proveniente de trabalhos temporários ocasionais em roças de terceiros e em fazendas fora do estado (13%). Temos, ainda, a renda de trabalhos assalariados (9%) e adquiridas pela atividade pecuária (2%). É importante salientar que as várias fontes de renda podem ser cumulativas e não excludentes.

²⁰ Tendo como referência o salário mínimo de R\$ 622,00, em vigor no ano de 2012.

Gráfico 14: Distribuição percentual das fontes de renda

Fonte: Pesquisa de campo, 2012.

Os dados explicam as baixas rendas auferidas pelas famílias, quando temos como principais fontes de renda os benefícios de programas sociais do governo, agricultura e extrativismo do coco babaçu. É tanto, que do total destinado para pagamento do Programa Bolsa Família, em Lima Campos no ano de 2011²¹ (R\$ 2.831.387,00) para 2.213 beneficiários, têm-se em média um recebimento mensal de R\$ 106,61. Não chegando a nem $\frac{1}{4}$ do salário mínimo.²²

Na agricultura, com as restrições de abertura de novas roças devido à legislação ambiental, diminuição dos espaços disponíveis e a questão do arrendamento fundiário favorecem uma menor rotatividade das culturas alimentares e um aumento dos ciclos contínuos de cultivo. Podendo ser fator preponderante no declínio da fertilidade do solo, causando uma baixa produtividade, e implicando em uma parte menor da produção que poderia ser comercializada.

Em relação ao extrativismo do coco babaçu, em particular a comunidade do Bom Jesus que não possui uma cooperativa, sendo a amêndoa vendida aos atravessadores da comunidade e de fora dela, o valor pago geralmente pelos comerciantes é menor. A variação sazonal do preço está entre R\$1,00 no período de safra, e de R\$ 1,30 na entressafra²³.

²¹ Até o término do trabalho não havia disponibilidade de dados completos do ano de 2012.

²² Tendo como base o salário mínimo vigente em 2012 (R\$ 622,00).

²³ Valores informados pelas famílias pesquisadas.

A aposentadoria aparece como a forma mais segura e contínua de provimento de renda para as famílias da comunidade. As famílias com principal fonte de renda, o trabalho assalariado, em particular, as que estão na administração pública, também gozam de certa estabilidade quanto à continuidade do recurso financeiro. As que estão no trabalho temporário, possuem a forma mais frágil quanto à continuidade da renda, pois dependem da sazonalidade da oferta de trabalho. E por fim, a pecuária, que na maioria das famílias quilombolas serve como uma espécie de poupança para os momentos de maior dificuldade.

Na tabela 38, abaixo, temos o quantitativo de famílias envolvidas em outras atividades produtivas não agropecuárias. Indica-se que comércio varejista (9) e beneficiamento de arroz (9) são as atividades com maior número de famílias envolvidas. Em seguida têm-se os bares (05), clubes de festa (2), produção de poupa de fruta (2), banhos particulares (1) e produção de artesanato (1).

Tabela 38: Quantidade de famílias envolvidas em outras atividades produtivas não agropecuárias

Atividades	Famílias envolvidas	
	(n)	(%)
Comércio varejista	9	5,88
Bares	5	3,36
Clubes de festa	2	1,30
Banhos particulares	1	0,65
Beneficiamento de arroz	9	5,88
Produção de poupa de fruta	2	1,30
Produção de artesanato	1	0,65

Fonte: Pesquisa de campo, 2012.

Na comunidade remanescente de quilombo do Bom Jesus dos Pretos as famílias buscam formas e alternativas para o sustento de seus membros, como mencionado anteriormente. Desta feita, procuram outras atividades que se aproximem das atividades agrícolas e extrativistas. Como no caso do comércio varejista, que se observou durante a pesquisa na comunidade, sendo um local para que as pessoas possam vender ou trocar seus produtos agrícolas e/ou extrativistas por outros produtos de suas necessidades. O beneficiamento de arroz, também segue a mesma lógica, pois algumas famílias que o plantam, também estão envolvidas nesse processo.

Outras famílias dedicam-se às atividades voltadas para o lazer da comunidade, com bares e clubes de festas. Somente duas famílias estão envolvidas na produção de poupas de frutas. Estas relataram que vendem conforme encomendas feitas por proprietários de lanchonetes em Lima Campos.

Conclui-se que as formas de trabalho na comunidade estão preferencialmente pautadas no cultivo das roças, no extrativismo do coco babaçu, em trabalhos assalariados e temporários. Também, registra-se, a partir das conversas na comunidade, o aumento da saída de moradores para o trabalho renumerado temporário em estados do sudeste e centro-oeste. Isso afeta diretamente na mão-de-obra utilizada nas roças, que em sua maioria é de natureza familiar.

A diversidade de atividades desenvolvidas pelas famílias reflete as suas lutas cotidianas na geração de renda. Embora o Programa Bolsa Família, seja apontado pela maioria, como a principal fonte de renda, a agricultura e o extrativismo fazem parte da base econômica desses remanescentes de quilombo.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O tema das desigualdades raciais no Brasil somente entra na agenda do Estado a partir da promulgação da Constituição Federal de 1988. Isso se deve às resistências e lutas negras para que fosse garantido o acesso à renda, educação, saúde, habitação, terra e trabalho, na relação com as questões de gênero e igualdade de oportunidades. No entanto, para as comunidades rurais negras enraizadas em territórios quilombolas, serem reconhecidos como remanescentes de comunidades quilombolas a partir do artigo 68 ADCT, não respondeu aos anseios do movimento negro, pois na medida em que trouxe avanços, intensificaram-se os conflitos agrários.

Certo mesmo é que a Constituição não conseguiu uma maior efetivação do direito à terra aos remanescentes de comunidades quilombolas, como dito no texto constituinte. Na verdade, o artigo gerou zonas de conflitos que colocou os interesses privados das elites agrárias, que estão atreladas a um projeto capitalista hegemônico de desenvolvimento para o Brasil com vistas para atender aos interesses do mercado externo, em choque com as demandas socioeconômicas de uma parte da população brasileira, que historicamente esteve na invisibilidade enquanto cidadãos.

Se por um lado, o artigo 68 oportunizou visibilidade a um quantitativo expressivo, em todo território nacional, de comunidades quilombolas, pelo outro, mostrou que a grande maioria sobrevive em condições precárias, e longe dos mecanismos públicos de fomento as atividades produtivas. De certo, as comunidades remanescentes de quilombo, em particular do Maranhão, preservam em suas atividades produtivas as marcas do passado, quando a agricultura tradicional, a pesca artesanal e a criação de gado e outros animais são partes de seus cotidianos. Embora, o trabalho assalariado e outras atividades sejam incorporadas ao convívio destes, por conta das questões socioeconômicas de cada região. As práticas coletivas persistem em meio a um discurso contrário do particular.

Na verdade, na regulamentação do artigo 68, a União e os Estados são obrigados, a partir do texto Constitucional, a fomentar políticas públicas que preservem as comunidades remanescentes de quilombos em suas terras, pois são

“detentores de reminiscências históricas dos antigos quilombos” (Artigo 216, parágrafo 5º, inciso V da Constituição Federal), e protegidos por que fazem parte de “grupos participantes do processo civilizatório nacional” (Artigo 215, parágrafo 1º). Entretanto, a regularização fundiária das comunidades quilombolas enfrenta barreiras construídas no seio do Estado pelas elites agrárias.

Estes entraves incidem diretamente na reprodução econômica e social dessas comunidades. Pois, a violação aos direitos territoriais quilombolas, neste contexto, possui dois momentos. O primeiro refere-se às dificuldades vinculadas à regularização fundiária propriamente dita, ou seja, aos entraves para efetivação da titulação das terras e a consequente instabilidade de garantia da propriedade dos territórios que ocupam. O segundo diz respeito à omissão do Estado no dever de realização de políticas públicas básicas necessárias. Não por acaso, a maioria das comunidades localiza-se em regiões que apresentam os menores índices de desenvolvimento humano - IDH, incluindo Bom Jesus dos Pretos.

Apontou-se que as ações propostas no escopo do Programa Brasil Quilombola, somadas às outras intervenções ministeriais, demonstram certo avanço no processo de enfrentamento da questão quilombola, em seus problemas e necessidades básicas de sobrevivência. Entretanto, há um enorme desafio de atuação do Estado em dar conta do universo de centenas de comunidades espalhadas em todo território nacional, que, em sua maioria, não são contempladas pelas ações do próprio programa, e nem é respeitado o seu direito constitucional. O resultado é a inexistência de amplitude na promoção de melhorias de condição de vida dos quilombolas, como também, a continuidade do desrespeito histórico, cultural e territorial.

Nesse sentido, mesmo percebendo que a luta pela posse definitiva da terra esteve sempre no centro das discussões do Movimento Negro do Maranhão. É necessário que o próprio movimento busque formar nas comunidades sujeitos com força e voz para debater seus temas e demandas na esfera pública. Isso é fundamental, pois, ainda que seja pouco ouvido, estar presente na arena pública já é de grande importância.

No processo de modernização agrícola, embora tanto a região da comunidade em estudo como o Maranhão não experimentem de fato os efeitos positivos, temos alterações no modo de vida dos remanescentes de quilombo como:

a redução das policulturas alimentares, pois se privilegia as monoculturas; a diminuição de oferta de emprego e o subemprego nos grandes empreendimentos rurais, por conta da intensa mecanização; a modernização do consumo, advindo da industrialização agrícola; e a concentração fundiária.

Observa-se, portanto, que os conflitos agrários, a dificuldade na aquisição do crédito, principalmente dos agricultores familiares empobrecidos, o assédio empresarial para suprir as demandas dos grandes empreendimentos rurais e urbano-industriais, e uma facilidade na aquisição de alimentos, a partir da modernização do consumo, implicam diretamente no cotidiano de suas práticas agrícolas, que por vezes, deixam total ou parcialmente a produção.

Portanto, o Estado deve articular uma política que tenha como elementos estratégicos o fortalecimento da agricultura familiar e uma reforma agrária efetiva. Tais elementos são relevantes para o enfrentamento da pobreza, das desigualdades raciais e de gênero, e para promoção da segurança alimentar. Nas comunidades remanescentes de quilombos, esse contexto fica visível e urge o comprometimento do Estado na defesa de seus direitos socioeconômicos e culturais.

Contudo, destaca-se que a comunidade necessita de efetivas ações públicas que promovam mudanças significativas na infraestrutura, na educação, no saneamento básico, no investimento da cultura quilombola, enfim, na promoção da cidadania e dos direitos adquiridos, enquanto comunidade remanescente de quilombolas.

Conclui-se que as práticas agrícolas contemporâneas da comunidade remanescente de quilombo do Bom Jesus dos Pretos têm sofrido modificações em relação à diminuição das “terras de quadro” de uso comum, levando as famílias a arrendarem as terras de posseiros interessados nas possibilidades de extração da renda da terra, na especulação imobiliária ou na mera exploração do trabalho dos agricultores arrendatários, para terem suas roças.

Nesse sentido, há a continuidade da apropriação do trabalho familiar para as atividades produtivas. Pois, é das atividades agrícolas desenvolvidas na roça que se obtém a maior parte dos produtos em espécie que servem à reprodução das famílias, podendo ser passíveis de transações mercantis. Assim, na realidade, as famílias produzem um produto, que pode se trocado por dinheiro para aquisição de

outro produto, então, praticam uma economia mercantil simples e não produzem apenas para subsistência.

As lutas cotidianas das famílias do Bom Jesus dos Pretos influenciam e proporcionam um contexto de criação de novas alternativas na relação com a própria vida, contrariando todos os pré-conceitos elaborados pela sociedade com relação ao homem. Fica nítido, a partir dos contatos com essa comunidade, que não se tem um padrão predeterminado para explicar a vida do homem, pois em cada lugar, a sua organização se dá pela cultura apropriada, e de acordo com suas necessidades e condições. Desse modo, criam modos próprios para a sua sobrevivência e reprodução, mesmo nas adversidades do cotidiano.

As formas de trabalho na comunidade estão preferencialmente pautadas no cultivo das roças, no extrativismo do coco babaçu, em trabalhos assalariados e temporários. Também, registra-se, a partir das conversas na comunidade, o aumento da saída de moradores para o trabalho renumerado temporário em estados do sudeste e centro-oeste. Isso afeta diretamente na mão de obra utilizada nas roças, que em sua maioria é de natureza familiar.

Enfim, a diversidade de atividades desenvolvidas pelas famílias reflete as suas lutas cotidianas na geração de renda. Embora o Programa Bolsa Família seja apontado pela maioria como a principal fonte de renda, a agricultura e o extrativismo fazem parte da base econômica desses remanescentes de quilombo.

REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, Ricardo. **Paradigmas do Capitalismo Agrário em Questão**. 3 ed. São Paulo: EDUSP, 2007.

ALMEIDA, Alfredo W. B. **Terras de preto no Maranhão**: quebrando o mito do isolamento. São Luís: SMDCCCN-MA/PVN, 2002.

ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de. “Terras Tradicionalmente Ocupadas: Processos de Territorialização e Movimentos Sociais”. **Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais**. Rio de Janeiro, v. 6, n. 1, mai., 2004.

ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de. Os quilombolas e a base de lançamento de foguetes de Alcântara. Brasília: IBAMA, 2006.

ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de. **Terra de quilombo, terras indígenas, “babaçuais livre”, “castanhais do povo”, faxinais e fundos de pasto**: terras tradicionalmente ocupadas. 2 ed. Manaus: PGSCA-UFAM, 2008.

ALMEIDA, Jalcione (Org.). **A modernização da agricultura**. Porto Alegre: UFRGS, 2011.

ALMEIDA, Jalcione. Da ideologia do progresso à ideia de desenvolvimento (rural) sustentável. In: ALMEIDA, Jalcione; NAVARRO, Zander. **Reconstruindo a agricultura**: ideias e ideais na perspectiva do desenvolvimento rural sustentável. 3. ed. Porto Alegre: UFRGS, 2009.

ANDRADE NETO, João Augusto de. **O tempo da greve**: o caso da comunidade quilombola Pitoró dos Pretos. 2009. 152 f. Dissertação (Mestrado)- Universidade Federal do Maranhão, Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, São Luís, 2009.

ANDRADE, Manuel Correia de. **Lutas camponesas no Nordeste**. 2. ed. São Paulo: Editora Ática, 2000.

ARRUTI, José Mauricio Adion. Políticas Públicas para Quilombos: Terra, Saúde e Educação. In: PAULA, M. e HERINGER, R. (orgs). Caminhos Convergentes: Estado e Sociedade na superação das desigualdades raciais no Brasil. Rio de Janeiro: Fundação Heinrich Boll / Action AID, 2009.

ASSUNÇÃO, Matthias R. Quilombos maranhenses. In. REIS, João José; GOMES, Flávio dos Santos [Orgs.]. **Liberdade por um fio**: história dos quilombos no Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

BEAUD, Michel. **Arte da Tese**: como preparar e redigir uma tese de mestrado, uma monografia ou qualquer outro trabalho universitário. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997.

BOURDIEU, Pierre. **A Economia das Trocas Simbólicas**. Rio de Janeiro: Perspectiva, 1992.

BOURDIEU, Pierre. **O Poder Simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001.

BRAGA, Ana Socorro Ramos. **Tambores do Piqui, cartas de liberdade**: memória e trajetória da comunidade Piqui da Rampa. São Luís, 2007.

BRASIL. Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional. **A Segurança Alimentar e o Direito Humano à Alimentação Adequada no Brasil**: Indicadores e monitoramento da Constituição de 1988 aos dias atuais. Brasília: CONSEA, 2010.

BRASIL. **Constituição (1988)**. Constituição da Republica Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado Federal.

BRASIL. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo Demográfico 2010**. Rio de Janeiro: IBGE, 2012.

BRASIL. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Extração Vegetal e da Silvicultura Municipal 2011**. Rio de Janeiro: IBGE, 2012.

BRASIL. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Produção da Pecuária Municipal 2011**. Rio de Janeiro: IBGE, 2012.

BRASIL. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Produção Agrícola Municipal 2011**. Rio de Janeiro: IBGE, 2012.

BRASIL. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. Série Igualdade racial. **Políticas sociais**: acompanhamento e análise. Brasília: IPEA, 2005.

BRASIL. Ministério da Cultura. Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial. **Relatório de Avaliação do Plano Plurianual 2008-2011**. Brasília: SEPPIR, 2009.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Agrário. Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária. Diretoria de Ordenamento da Estrutura Fundiária. Coordenação Geral de Regularização de Territórios Quilombolas. **Títulos expedidos à comunidades quilombolas**. Brasília: INCRA/DFQ, 2012.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Agrário. Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária. Coordenação Geral de Regularizações de Territórios Quilombolas. **Relatório 2012**. Brasília: DFQ, 2012.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Agrário. Programa Territórios da Cidadania. **Relatório do Plano de Execução 2010**. Brasília: MDA, 2010. Disponível em: <<http://www.territoriosdacidadania.gov.br/MédioMearim>>. Acesso em: 18 out. 2010.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Agrário. Secretaria Especial para Políticas de Promoção de Igualdade Racial. **Programa Brasil Quilombola**. Brasília: SEPPIR, 2005.

CASTELLS, Manuel. **O poder da identidade**. A era da informação: economia, sociedade e cultura. GERHARDT, Kauss Brandini (Trad.). 5 ed. São Paulo: Paz e Terra, 1999. v. 2.

CUSTÓDIO, André Viana; LIMA, Fernanda da Silva. O direito fundamental à titulação de terras das comunidades remanescentes de quilombos no Brasil. **Espaço Jurídico**, Joaçaba (SC), v. 10, n. 2, p. 275-298, jul./dez., 2009.

DELGADO, Guilherme da Costa. Expansão e modernização do setor agropecuário no pós-guerra: um estudo da reflexão agrária. **Estudos Avançados**, São Paulo, USP, v. 15, n. 43, p. 157-172, set./dez. 2001. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ea/v15n43/v15n43a13.pdf>>. Acesso em: 20 jul. 2012.

FABIANI, Adelmir. Os quilombos contemporâneos maranhenses e a luta pela terra. **Estudos Históricos – CDHRP**, n. 2, ago. 2009.

FLEURY, Lorena Cândido; ALMEIDA, Jalcione. Populações tradicionais e conservação ambiental: uma contribuição da teoria social. **Revista Brasileira de Agroecologia**, Cruz Alta, RS, v. 2, n. 3, p. 3-19, 2007.

FOUCAULT, Michel. **A Arqueologia do saber**. 3 ed. Rio de Janeiro: Florence, 1987.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. MACHADO, Roberto (org.) (trad.). 15. ed. Rio de Janeiro: Graal, 2000.

FURTADO, Celso. **Formação Econômica do Brasil**. 34 ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

GEERTZ, C. A. **Interpretação das Culturas**. Rio de Janeiro: Guanabara, 1989.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 5 ed. São Paulo: Atlas, 2010.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. São Paulo: Atlas, 1999.

GOMES, Lílian Cristina Bernardo. Justiça seja feita: Direito Quilombola ao território. 2009. 357 f. Tese (Doutorado em Ciência Política)- Departamento de Ciência Política da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2009.

HARVEY, David. **A produção capitalista do espaço**. 2 ed. São Paulo: Annablume, 2006. (Coleção Geografia e Adjacências).

HARVEY, David. **Espaços de Esperança**. São Paulo: Edições Loyola, 2009.

HOLSTON, James. Legalizando o ilegal: propriedade e usurpação no Brasil. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, ano 8, n. 21, p. 68-89, 1993.

INSTITUTO DE ESTUDOS SOCIOECONÔMICOS (INESC). **Orçamento Quilombola 2008–2010 e a maquiagem na titulação**. Nota Técnica n. 168. Brasília: INESC, 2010. Disponível em: < <http://www.inesc.org.br/biblioteca/publicacoes/notas-tecnicas/nts-2010/NT.%20168%20-%20Orçamento%20Quilombola.pdf/view>>. Acesso em: 10 out. 2012.

INSTITUTO MARANHENSE DE ESTUDOS SOCIOECONÔMICOS E CARTOGRÁFICOS (IMESC). **Perfil da Região do Médio Mearim 2008**. v. 1 (2009). São Luís: IMESC, 2009.

INSTITUTO MARANHENSE DE ESTUDOS SOCIOECONÔMICOS E CARTOGRÁFICOS (IMESC). **Produto Interno Bruto do Estado do Maranhão: período 2005 a 2009**. v.1 (2005). São Luís: IMESC, 2010.

INSTITUTO MARANHENSE DE ESTUDOS SOCIOECONÔMICOS E CARTOGRÁFICOS (IMESC). **Produto Interno Bruto dos Municípios do Estado do Maranhão: período 2006 a 2010**. v. 1 (2005). São Luís: IMESC, 2011

ISOLDI, Isabel Araújo. **Territorialidades negras no território nacional**: processos socioespaciais e normalização da identidade quilombola. 2010. 145f. Dissertação de Mestrado (Mestrado em Geografia Análise Ambiental e Dinâmica Territorial)- Programa em Geografia Análise Ambiental e Dinâmica Territorial, Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Geociências, Campinas, SP, 2010.

JORGE, Amanda Lacerda; BRANDÃO, André. Comunidades quilombolas, reconhecimento e proteção social. **Revista Vértices**, Campos dos Goytacazes/ RJ, v.14, n. 1, p. 83-101, 2012.

KAGEYAMA, Ângela. **Desenvolvimento rural**: conceitos e aplicações ao caso brasileiro. Porto Alegre: UFRGS, 2008.

LIMA, Ruy Cirne. **Pequena história territorial do Brasil**: sesmarias e terras devolutas. São Paulo: Secretaria do Estado da Cultura, 1990.

LITTLE, Paul E. **Territórios sociais e povos tradicionais no Brasil: por uma antropologia da territorialidade**. Série Antropologia n. 174. Brasília: Departamento de Antropologia. 2002

MESQUITA, Benjamin Alvino de. As mulheres agroextrativistas do babaçu: a pobreza a serviço da preservação do meio ambiente. **Revista de Políticas Públicas**, São Luís, v. 12, n. 1, p. 53-61, jan./jun. 2008.

MILANO, Giovanna Bonilha. **Territórios, cultura e propriedade privada**: direitos territoriais quilombolas no brasil. 2011. 182f. Dissertação (Mestrado em Direito)- Programa de Pós-Graduação em Direito, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2011.

NAVARRO, Zander. **Manejo de recursos naturais e desenvolvimento rural**. Trabalho não publicado, 2001.

NEVES, Fabrício Monteiro. Notas sobre modernidade e progresso. In: ALMEIDA, Jalcione (Org.). **A modernização da agricultura**. Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 2010.

O'DWYER, Eliane Cantarino (Org.). **Quilombos: identidade étnica e territorialidade**. Rio de Janeiro: FGV, 2002.

O'DWYER, Eliane Cantarino. Terras De Quilombo No Brasil: Direitos Territoriais Em Construção. In.: ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de (Org.). **Cadernos de debates Nova Cartografia Social: Territórios quilombolas e conflitos**. Manaus: Projeto Nova Cartografia Social da Amazônia / UEA Edições, 2010.

PALMEIRA, Moacir. Modernização, Estado e Questão Agrária. **Estudos Avançados**, São Paulo, USP, v. 3, n. 7, p. 87-108, set./dez. 1989. Disponível em: < <http://www.scielo.br/pdf/ea/v3n7/v3n7a06.pdf> >. Acesso em: 15 jul. 2012.

PEREIRA, Josenildo de Jesus. **Na Fronteira do cárcere e do paraíso: um estudo sobre práticas de resistência escrava no Maranhão oitocentista**. 2001. Dissertação (Mestrado em História Social) – Programa de Pós Graduação em História. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2001.

PORRO, Roberto; MESQUITA, Benjamin. Alvino de; SANTOS, Itaan de Jesus Pastor. **Expansão e trajetórias da Pecuária na Amazônia: vales dos rios Mearim e Pindaré - Maranhão**. Brasília: UNB, 2004.

PRADO JÚNIOR, Caio. **A Questão Agrária**. 5 ed. São Paulo: Brasiliense, 2007.

PRADO JÚNIOR, Caio. **História Econômica do Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 2006.

PROJETO VIDA DE NEGRO. **FRECHAL Terra de Preto: Quilombo reconhecido como reserva extrativista**. São Luís: SMDDH/CCN-PVN, 1996.

PROJETO VIDA DE NEGRO. **Vida de negro no Maranhão: uma experiência de luta, organização e resistência nos territórios quilombolas**. São Luís: SMDC/CCN-MA/PVN, 2005.

RODRIGUES, Diego Emanuel; FERREIRA, Ildevone Mendes. Modernização da Agricultura e os Reflexos na Agricultura Familiar. **XII Jornada do Trabalho**, Curitiba, 2011.

SANTOS, Alexandra; DOULA, Sheila Maria. Políticas Públicas e Quilombolas: questões para debate e desafios à prática extensionista. **Revista Extensão Rural, DEAER/PGExR – CCR – UFSM**, ano XV, n. 16, jul./dez., 2008.

SANTOS, Milton. **Técnica, Espaço, Tempo: Globalização e Meio Técnico-científico informacional**. São Paulo: EDUSP, 2008.

SILVA, Carlos Benedito Rodrigues da. A Comunidade Negra de Bom Jesus: um estudo. **Caderno de Pesquisa**, São Luís, n. 4, v. 1, p. 5-20, jan./jun., 1988.

SILVA, José de Ribamar Sá. **Segurança alimentar, produção agrícola familiar e assentamentos de reforma agrária no Maranhão**. 203 f., 2006. Tese (Doutorado em Políticas Públicas) – Universidade Federal do Maranhão, 2006.

SILVA, José de Ribamar Sá. **Segurança alimentar, produção agrícola familiar e assentamentos de reforma agrária no Maranhão** São Luís: Edufma, 2008.

SOUZA FILHO, Benedito de. **Bom sucesso: terra de preto, terra de santo, terra comum**. 1998. 226 f. Dissertação (Mestrado em Antropologia)- Centro de Filosofia de Ciências Humanas, Universidade Federal do Pará, Belém, 1998.

SOUZA, H. M. **Reforma de Estado e políticas públicas de etnodesenvolvimento no Brasil, na década de 1990**. Brasília. Dissertação de Mestrado. Departamento de Antropologia. PPGAS/UnB, 2000.

SUNDFELD, Carlos Ari (org.). **Comunidades Quilombolas: Direito à Terra**. Brasília: Fundação Cultural Palmares/MinC/Editorial Abaré, 2002.

TROVÃO, José Ribamar. **O processo de ocupação do território maranhense**. São Luís: IMESC, 2008.

APÊNDICES

Apêndice A: Roteiro de entrevista semiestruturada

- 1) Sobre a fragilidade do território
- 2) A saída das pessoas da comunidade para trabalho temporário fora do estado
- 3) Sobre as práticas para geração de renda e de consumo
- 4) Sobre a organização da comunidade
- 5) Perspectivas em relação ao gás natural
- 6) Processo de regularização fundiária

Apêndice B: Questionário aplicado junto às famílias quilombolas

COLETA DE DADOS COMUNIDADE DO BOM JESUS (LIMA CAMPOS-MA) 2012

Nome do informante: _____

Idade: _____

Quanto tempo mora na comunidade: _____

SOBRE OS MORADORES DA CASA

Quantas crianças moram nesta casa: _____

Quantas adolescentes e jovens mulheres moram nesta casa: _____

Quantos adolescentes e jovens homens moram nesta casa: _____

Quantas mulheres adultas moram nesta casa: _____

Quantos homens adultos moram nesta casa: _____

Quantos homens idosos: _____

Quantas mulheres idosas: _____

Alguém desta casa já viajou para trabalhar fora do Maranhão:

() Sim quanto tempo: _____ Onde: _____ () Não

Alguém desta casa trabalha de forma assalariada:

() Sim, onde: _____ () Não

Qual a faixa de idade das crianças: () 0 a 5 anos () 6 a 11 anos

Qual a faixa de idade de adolescentes e jovens: () 12 a 18 anos () 19 a 25 anos

Qual a faixa de idade dos adultos: () 26 a 40 anos () 41 a 59 anos

Qual a faixa de idade dos idosos: () 60 a 80 anos () mais de 80 anos

Dados sobre a escolaridade

Crianças em idade escolar

Jovens em idade escolar

Adultos alfabetizados/ ou não/ grau de escolaridade

Idosos alfabetizados ou não/ grau de escolaridade

SOBRE A CASA:

() Alvenaria/rebocada () Alvenaria não-rebocada () Taipa () Palha () Madeira

Quantos cômodos: _____

Quantos cômodos para dormir: _____

Quantos banheiros: _____

O esgoto do banheiro é jogado onde:

☐ Fossa ☐ Vala

Água utilizada na casa é:

☐ Encanada ☐ Poço/nascente dentro da propriedade ☐ Poço/nascente fora da propriedade ☐ Açude, coleta da chuva ou lagos e rios

O lixo produzido pela casa:

☐ queimado ☐ Coletado por serviço público ☐ enterrado na propriedade ☐ jogado em terreno baldio

Energia elétrica:

☐ Cemar ☐ gerador próprio ☐ não possui energia elétrica

Existe nesta casa:

Aparelho de som: ☐ Sim ☐ Não

Televisão: ☐ Sim ☐ Não

Máq. de lavar roupa: ☐ Sim ☐ Não

Geladeira: ☐ Sim ☐ Não

Telefone Celular: ☐ Sim ☐ Não

Telefone Fixo: ☐ Sim ☐ Não

Computador: ☐ Sim ☐ Não

Motocicleta para uso particular: ☐ Sim ☐ Não

Automóvel para uso particular: ☐ Sim ☐ Não

Bicicleta: ☐ Sim ☐ Não

SOBRE RENDA E CONSUMO DA FAMÍLIA**Qual a renda total da família:**

☐ menos de 1 salário mínimo ☐ 1 salário mínimo ☐ entre 1 a 2 salários mínimos ☐ 2 salários mínimos ☐ mais de 2 salários mínimos

Quais as principais fontes de renda total da família:

☐ Programas Sociais do Governo ☐ Agricultura ☐ pecuária ☐ extrativismo do coco babaçu ☐ trabalho assalariado ☐ diária de trabalho ☐ outros: _____

Quais destes produtos a família compra que é produzido na comunidade:

☐ Arroz ☐ feijão ☐ milho ☐ farinha de mandioca ☐ verduras

Quais destes produtos a família compra que é produzido fora da comunidade:

☐ Arroz ☐ feijão ☐ milho ☐ farinha de mandioca ☐ verduras

Quais destes produtos a família vende na comunidade:

() Arroz () feijão () mandioca () macaxeira () banana () milho
 () verduras () Outras frutas () coco babaçu () outros: _____

Quais destes produtos a família vende fora da comunidade:

() Arroz () feijão () mandioca () macaxeira () banana () milho
 () verduras () Outras frutas () coco babaçu
 () outros: _____

Onde vende: _____

CARACTERIZAÇÃO DA PRODUÇÃO**Quais são as atividades produtivas da sua família:**

[] lavoura de arroz [] lavoura de feijão [] lavoura de mandioca [] lavoura de milho
 [] criação de cabra [] criação de gado [] criação de galinha [] criação de porco
 [] criação de peixe [] caça [] pesca [] coleta de babaçu []
 outra _____

Qual é a força de trabalho utilizada na propriedade

() própria/familiar () comunitária () contratada (diária)

Qual o sistema utilizado na produção:

() roça própria () roça arrendada () roça comunitária

Na produção você utiliza:

() arado com tração animal () trator () só força manual () energia elétrica
 () irrigação () adubos químicos () defensivos químicos () assistência técnica

Para a produção você possui:

() financiamento de bancos () financiamento de terceiros () financiamento próprio

Faça uma estimativa da produção obtida por sua família na última safra

Produtos agrícolas: (em quantidade de sacas)

arroz: _____ feijão: _____ farinha: _____

milho: _____ outras lavouras: _____

Criação de animais: (em quantidade por cabeça)

cabra: _____ galinha: _____ porco: _____

boi: _____ outros animais: _____

Outros: (quantidade em quilos)

Produção de peixe: _____ Coleta de babaçu: _____

Atividades produtivas não-agropecuárias

☐ comércio varejista ☐ bares ☐ clubes de festa ☐ banhos particulares
☐ produção de artesanato ☐ serviços de reparo em equipamentos eletrônicos
☐ serviços de mecânica de automóveis ☐ borracharia ☐ conserto de bicicletas
☐ beneficiamento de arroz ☐ produção de poupa de fruta ☐ produção de doce
☐ outras atividades de transformação: _____

Destinação principal da produção:

☐ consumo próprio ☐ venda na comunidade ☐ venda fora da comunidade

SOBRE AS DESCOBERTAS RECENTES DE GÁS NATURAL

Qual a sua opinião sobre as descobertas de gás natural na comunidade?

Quais benefícios você acredita que o gás possa trazer para a comunidade?

Quais malefícios você acredita que o gás possa trazer para a comunidade?

Você ou alguém de sua família trabalham ou já trabalhou para as empresas que estão explorando o gás?

() Sim, qual trabalho: _____ () Não

Obrigado pelas informações prestadas!! Estas serão úteis para dar visibilidade à comunidade!!

RODRIGUES, Leonan Pereira

Quilombo Bom Jesus dos Pretos: reminiscências e alterações nas práticas de geração de renda e de consumo/ Leonan Pereira Rodrigues. 2013.

142 f.

Impresso por computador (Fotocópia).

Orientador: José de Ribamar Sá Silva.

Dissertação (Mestrado)- Universidade Federal do Maranhão, Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Socioeconômico, 2013.

1. Quilombo- Comunidade remanescente 2. Famílias quilombolas 3. Agricultura 4. Quilombo- Geração de renda I Título

CDU 316.342.6-054 (812.11)